

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ – UEM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO – PPA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO**

DAYANE ALVES DE SOUZA SILVA

**SOB SOL E CHUVA: PRÁTICAS COTIDIANAS E PROCESSOS DE
TERRITORIALIZAÇÃO DOS TRABALHADORES DOS SEMÁFOROS
DA CIDADE DE MARINGÁ**

Maringá
2019

DAYANE ALVES DE SOUZA SILVA

**SOB SOL E CHUVA: PRÁTICAS COTIDIANAS E PROCESSOS DE
TERRITORIALIZAÇÃO DOS TRABALHADORES DOS SEMÁFOROS
DA CIDADE DE MARINGÁ**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Administração, do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Estadual de Maringá.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Elisa Yoshie Ichikawa.

Agência Financiadora: CAPES

Maringá
2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá, PR, Brasil)

S586s Silva, Dayane Alves de Souza
Sob sol e chuva: práticas cotidianas e processos de territorialização dos trabalhadores dos semáforos da cidade de Maringá. / Dayane Alves de Souza Silva. -- Maringá, 2019.
162 f. : il., color., figs., quadros.

Orientador(a): Prof^a. Dr^a. Elisa Yoshie Ichikawa.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Administração, Programa de Pós-Graduação em Administração, 2019.

1. Cotidiano. 2. Territorialização. 3. Trabalho informal. 4. Trabalho de rua. 5. Trabalho - semáforos. I. Ichikawa, Elisa Yoshie, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Administração. Programa de Pós-Graduação em Administração. III. Título.

CDD 21.ed. 658.4

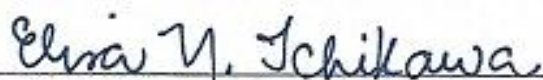
AHS-CRB-9/1065

DAYANE ALVES DE SOUZA SILVA

**SOB SOL E CHUVA:
práticas cotidianas e processos de territorialização dos trabalhadores dos
semáforos da cidade de Maringá**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Administração, do Programa de Pós-Graduação em Administração, da Universidade Estadual de Maringá, sob apreciação da seguinte banca examinadora:

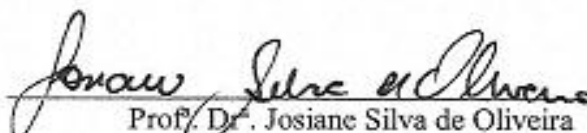
Aprovada em 18 de março de 2019



Prof.^a. Dr.^a. Elisa Yoshie Ichikawa
(presidente)



Prof. Dr. Fábio da Silva Rodrigues
(membro examinador convidado - UFMS)



Prof.^a. Dr.^a. Josiane Silva de Oliveira
(membro examinador PPA)

MARINGÁ
2019

Aos meus pais e à minha irmã, por todo apoio e compreensão.

AGRADECIMENTOS

Chegar até aqui foi um caminho árduo e ao término desta dissertação posso resumir em uma palavra o meu sentimento: gratidão! Agradecer, para mim, é uma forma de reconhecer aqueles que estiveram ao meu lado e que fizeram parte da construção desta pesquisa. Para tanto, todos os resultados aqui apresentados são frutos de um esforço individual e também coletivo.

Primeiramente, agradeço a Deus por ter me permitido realizar o Mestrado em Administração. Agradeço-o por me conceder a oportunidade de seguir firme, sustentando-me e amparando-me nos momentos mais difíceis. Tenho certeza que Ele se faz presente em minha vida e que tudo acontece com base em Teus planos.

Agradeço aos meus pais, Antônio e Docilene, por me apoiarem em todas as minhas decisões. Agradeço imensamente ao meu pai que sempre me apoiou e que todas as vezes, com sono ou não, me levava até o ponto de ônibus para que eu pudesse me deslocar a Maringá. Agradeço à minha mãe que nunca mediu esforços para me ajudar, me compreendeu, me apoiou em todas as minhas decisões e nunca, nunca me deixou cair. Amo vocês e tenho a consciência de que foram fundamentais para que eu chegasse até aqui.

Agradeço à minha irmã, Tatiane, por incentivar, compreender e acreditar, não só durante o Mestrado, mas durante toda a minha vida. Sempre me reergueu quando eu pensava que fosse cair. Eu amo muito você!

Agradeço a todos os professores da minha graduação em Administração na Universidade Estadual do Paraná – Campus de Paranavaí, em especial ao professor Luciano Gonçalves de Lima e à professora Adriana Vinholi Rampazo. Tenham certeza de que vocês foram fontes de inspiração para que eu prosseguisse na academia. Se eu estou terminando o Mestrado em Administração hoje, tenho a ciência de que vocês também fizeram parte deste processo.

Agradeço aos professores do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Estadual de Maringá pelos ensinamentos. Agradeço especialmente às professoras Priscilla Borgonhoni Chagas e Josiane Silva de Oliveira, e ao professor William Antônio Borges pelas contribuições nas disciplinas das quais fiz parte.

Agradeço às professoras Priscilla Borgonhoni Chagas e Josiane Silva de Oliveira pelas valiosas contribuições na banca de qualificação e que me fizeram “abrir os olhos” para novos horizontes, tanto nos aspectos teóricos quanto práticos.

Agradeço ao professor Fábio da Silva Rodrigues e à professora Josiane Silva de Oliveira por terem aceitado o convite em participar da banca de defesa desta dissertação e, principalmente, por suas valiosas contribuições.

Um agradecimento especial vai para minha orientadora, professora Elisa Yoshie Ichikawa, por ter me direcionado pelo melhor caminho. Agradeço por sua paciência, suas correções e seus “puxões de orelha”. Muito obrigada!

Agradeço aos colegas que estiveram comigo durante os dois anos de Mestrado. Compartilhamos momentos de dificuldades, descobertas, tristezas e alegrias. Todos serão merecedores dos resultados alcançados. Um agradecimento especial vai para a Elisângela, que nos conhecemos antes mesmo de ingressarmos no Mestrado e, assim, sempre esteve comigo, me dando conselhos e me ajudando. Agradeço também ao Marcelo pela amizade e por me acompanhar no período noturno em busca de trabalhadores informais pela Avenida Colombo de Maringá.

Agradeço ao Bruhmer por toda sua presteza e dedicação junto ao trabalho que realiza na Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Administração da UEM.

Agradeço aos trabalhadores dos semáforos da cidade de Maringá que participaram desta pesquisa e que agora tornaram-se colegas. Aprendi muito com vocês e cada um será sempre lembrado por mim.

Também agradeço à CAPES pelo apoio financeiro que viabilizou a realização desta pesquisa.

Muito obrigada a cada um de vocês que contribuíram para que eu chegasse até aqui!

*“A tarefa não é tanto ver aquilo que ninguém viu,
mas pensar o que ninguém ainda pensou sobre
aquilo que todo mundo vê”
(Arthur Schopenhauer)*

RESUMO

Nesta dissertação, busquei compreender como ocorrem as práticas cotidianas no processo de territorialização dos trabalhadores dos semáforos da cidade de Maringá - PR. Me alicercei teoricamente em Certeau (2014), Certeau, Giard e Mayol (2013) e Raffestin (1993), tendo em vista que considero que é a partir das práticas cotidianas que o sujeito ressignifica determinados espaços e, assim, os territorializa. Em outras palavras, o cotidiano não se trata apenas de uma rotina ou dos simples acontecimentos diários, mas ele acontece por meio dos movimentos realizados pelo homem ordinário a partir de suas práticas. A territorialização, por sua vez, é entendida como um processo pelo qual os sujeitos agem em um sistema territorial envolto por relações de poder. Para tanto, por meio de uma pesquisa de natureza qualitativa, realizei observação participante e entrevistas de história oral temática com os trabalhadores dos semáforos, entre os meses de maio e setembro de 2018. Para interpretar os dados coletados, utilizei a análise de narrativas. A análise permitiu verificar práticas de apropriação, práticas de sobrevivência, práticas de resistência, bricolagens e pequenas artimanhas no sentido de (sobre)viverem nos semáforos. Ressalto que os aspectos tempo, idade e hierarquização são fundamentais para que o trabalhador tenha poder sobre os demais e territorialize. Assim, observo que em meio às incertezas e ao preconceito que lidam diariamente, os trabalhadores resistem e fazem um uso diferente daquilo que consomem, ou seja, eles utilizam o espaço à sua maneira, por meio de táticas, estratégias, conveniências, delimitação de espaço e criação de redes, e assim constroem suas territorializações com a prática do trabalho informal nos semáforos.

Palavras-chave: Cotidiano. Territorialização. Trabalho informal. Trabalho de rua. Semáforos.

ABSTRACT

In this dissertation, I sought to understand how the daily practices in the process of territorialization of traffic lights workers in the city of Maringá - PR. I founded theoretically on Certeau (2014), Certeau, Giard and Mayol (2013) and Raffestin (1993), bearing in mind that I consider that it is from the daily practices that the subject resignify certain spaces and thus territorializes them. In other words, the everyday is not just a routine or simply the events of everyday life, but it happens through the movements performed by the ordinary man from their practices. Territorialization, in turn, is understood as a process by which the subjects act in a territorial system enveloped by power relations. Thus, through qualitative research, I performed participant observation and oral history interviews with the workers, between the months of May and September 2018. In order to interpret the data collected, I used narrative analysis. The analysis allowed to verify appropriation practices, survival practices, resistance practices, bricolage and small tricks in the sense of (about) living at traffic lights. I emphasize that time, age and hierarchy are fundamental for the worker to have power over the others and territorialize. Thus, I observed that in the midst of the uncertainties and prejudices they deal with daily, workers resist and make a different use of what they consume, that is, they use space in their own way, through tactics, strategies, conveniences, space delimitation and networking, and thus build their territorializations with the practice of informal work at traffic lights.

Key words: Daily. Territorialization. Informal work. Street work. Traffic light.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Descrição dos entrevistados.....	77
--	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	- Recorte da pesquisa.....	73
Figura 2	- Pacotes de balas com mensagens distintas.....	101
Figura 3	- Inácio com seu colete e o carrinho amarrado.....	104
Figura 4	- Prática de apropriação em pé de árvore.....	119

SUMÁRIO

1 CONSTRUÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA	16
2 CONSTRUÇÃO DA BASE TEÓRICA	27
2.1 O COTIDIANO COMPREENDIDO A PARTIR DA PERSPECTIVA DE MICHEL DE CERTEAU	28
2.1.1 A invenção do cotidiano pelo homem ordinário a partir de suas práticas cotidianas	34
2.2 COMPREENDENDO O PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO	41
3 O TRABALHO INFORMAL	54
3.1 CONSIDERAÇÕES ACERCA DO TRABALHO INFORMAL	54
3.1.1 A formação do mercado de trabalho no Brasil e a informalidade	61
3.2 OS TRABALHADORES DE RUA NO CONTEXTO DA INFORMALIDADE	67
4 PERCURSO METODOLÓGICO PARA A REALIZAÇÃO DA PESQUISA	71
5 SEMÁFORO: UM LUGAR PRATICADO POR TRABALHADORES INFORMAIS	81
5.1 BUSCANDO UMA APROXIMAÇÃO COM O CAMPO: ENTRE OBSERVAÇÕES E CONVERSAS INFORMAIS	81
5.2 O COTIDIANO OBSERVADO E VIVENCIADO DOS TRABALHADORES DOS SEMÁFOROS	90
5.2.1 Augusta: “me dá uma ajudinha”	90
5.2.2 João: “viva!”	95
5.2.3 Roberto: “tem que ter persistência”	99
5.2.4 Inácio: “o povo só compra de mim por causa da minha idade avançada”	103
5.2.5 Bianca: “as despesas da faculdade”	107
5.2.6 Panfleteira: “melhor aceitação”	109
5.3 TRABALHO NOS SEMÁFOROS: ESTRATÉGIA DE SOBREVIVÊNCIA OU ALTERNATIVA DE VIDA?	111
5.4 PRÁTICAS COTIDIANAS DOS TRABALHADORES DOS SEMÁFOROS	117
5.5 RELAÇÕES ENTRE TRABALHADORES, MOTORISTAS E TRANSEUNTES ...	131
5.6 AS PRÁTICAS COTIDIANAS E AS RELAÇÕES CONSTRUINDO TERRITORIALIZAÇÕES	145
6 CONCLUSÕES	150
REFERÊNCIAS	153
APÊNDICE A	162

APRESENTAÇÃO

Eu nasci e cresci em Paranaíba, município localizado no Noroeste do Paraná, que conta com uma população estimada em oitenta e oito mil habitantes. Minha mãe é do lar e meu pai é pedreiro, e, além disso, tenho uma irmã mais velha do que eu.

Desde pequena sempre procurei me esforçar a fim de alcançar os meus objetivos e isso não foi diferente em relação à minha escolha acadêmica. Eu me formei em Administração no ano de 2014 pela Universidade Estadual do Paraná – Campus de Paranaíba. Nesse sentido, observo que na própria sociedade as pessoas tendem a relacionar a Administração com o “planejar e organizar” de uma organização, com o intuito de alcançar resultados satisfatórios, ter vantagem competitiva e obter lucro. Até certo ponto elas não estão enganadas, visto que ao adentrarmos num curso de Administração, aprendemos de início as tais das funções administrativas, “planejar, organizar, dirigir e controlar”, como também as demais ferramentas para administrar o seu negócio.

Confesso que quando tive acesso ao nível superior, no ano de 2011, não foi diferente comigo, pois, a princípio, a minha escolha se deu porque eu acreditava que com o curso de Administração as portas se abririam com maior facilidade em relação ao mercado de trabalho ou eu poderia aprender a “receita” de como ter o meu próprio negócio. Contudo, logo no início da graduação, a partir das leituras dos textos das disciplinas de Teoria Geral da Administração e Gestão de Pessoas, principalmente, as quais ensinavam como recrutar seus funcionários, como remunerá-los, como motivá-los e como proporcionar qualidade de vida no trabalho a eles, comecei a observar que a empresa não diz respeito somente à sua estrutura, somente aos cálculos e somente ao planejamento, uma vez que existem pessoas que a constituem também e estas não são sujeitos passivos que estão na organização apenas para realizarem um trabalho. Vejo que as pessoas têm sentimentos, têm emoções, têm uma vida e têm uma história. E, com esse olhar, comecei a reforçar a minha ideia de que a Administração não se restringe somente ao *mainstream*, mas é preciso estudar os sujeitos ou até mesmo outras formas de organização.

A partir de então, surgiu o meu interesse em estudar e compreender o indivíduo nas organizações. Nisso, questões como identidade e cultura começaram a despertar uma paixão muito forte em mim. Com esse objetivo, decidi ingressar no Mestrado em Administração da UEM, na linha de pesquisa de Estudos Organizacionais e Sociedade, pois o meu intuito era

dar prosseguimento aos estudos e aprofundar mais os conhecimentos sobre as organizações de uma forma geral e, sobretudo, a compreender mais o ser humano, com as suas singularidades.

No Mestrado, o tema de pesquisa proposto pela minha orientadora foi as “práticas cotidianas de territorialização”. Com isso, diversos campos começaram a emergir como possibilidades de estudo para se conhecer e pesquisar. Aqui, trabalharei com o cotidiano e a territorialização na perspectiva de Michel de Certeau e Claude Raffestin, respectivamente, com o propósito de trazer para este estudo o enfoque nas relações que ocorrem entre os sujeitos em suas ações diárias e em seus territórios. A partir disso, vejo a necessidade do mundo social ser compreendido a partir da perspectiva dos indivíduos que estão envolvidos diretamente com o fenômeno a ser estudado, compreendendo “de dentro” e não somente “de fora” (BURREL; MORGAN, 1979).

Nesta pesquisa, intento compreender o mundo tal como ele é, procurando entender a natureza fundamental do mundo social, ao nível da experiência subjetiva dos indivíduos pesquisados. Isto é, busco explicações na perspectiva dos participantes do fenômeno estudado e não na dos observadores (BURREL; MORGAN, 1979). E, assim, vejo que a realidade não é dada *a priori*, mas ela vai sendo construída socialmente pelos indivíduos a partir de suas diversas interações.

Isto posto, muitas ideias surgiram, porém um fenômeno que despertou maior interesse em mim foi a informalidade nas relações de trabalho. Aqui, eu retomo o pensamento sobre meu pai. Há muitos anos ele tem trabalhado como pedreiro nas empresas da cidade de Paranavaí e, com os conhecimentos da construção civil, eu sempre o via e ainda o vejo fazendo “bicos”, como uma forma de complementar a renda de casa. Do mesmo modo, tenho diversos conhecidos e familiares que buscam formas alternativas de ganhar dinheiro, além de complementar sua renda, haja vista que o mercado de trabalho se torna cada vez mais concorrente e as oportunidades de emprego escassas, em suas visões. Bem como, ressalto que o trabalho informal trata-se de uma escolha para determinadas pessoas, em virtude de aquele lhes proporcionar mais autonomia, dentre outros aspectos. Nisso, o que eu não posso negar e acredito que você também não, é que diversas formas de trabalho informal podem ser percebidas num simples caminhar pela cidade.

Então, ao caminhar pela cidade ou mesmo no bairro em que moro, em Paranavaí, o que tem chamado a minha atenção é o fato de ter aumentado consideravelmente o número de pessoas vendendo cachorros-quentes, espetinhos, guardanapos, CDs, DVDs, além de indígenas que ficam vendendo seus artesanatos nos semáforos. Da mesma forma, quando me desloquei a Maringá para fazer o Mestrado, percebi uma presença marcante de trabalhadores

nos semáforos da cidade, tais como malabaristas, vendedores ambulantes, panfleteiros, pedintes, dentre outros.

Um aspecto que considero importante é que acredito que as pessoas são únicas, cada uma tem uma vida, uma história e emoções que podem ser evidenciadas a partir de suas falas e/ou ações. Assim, ao direcionar o olhar para os sujeitos no que concerne a determinado fenômeno, suas visões podem ajudar a compreender o mundo de outra forma.

Com esta breve apresentação, você pode notar que eu escrevo este trabalho em primeira pessoa, não no sentido de negar as influências intelectuais, mas porque acredito que dessa forma consigo me sentir atuante na pesquisa, consigo expor meus pensamentos e angústias no decorrer do estudo e acredito que consigo me posicionar melhor tanto ontológica quanto epistemologicamente.

Diante desta breve apresentação, vejo que neste trabalho encontro espaço para discutir o trabalho informal, especificamente sobre o dia a dia das pessoas que trabalham nos semáforos. Assim, penso que esta pesquisa não só enriqueceu a mim enquanto pessoa, mas acredito que ela possa agregar ao campo da Administração, em especial aos Estudos Organizacionais, ao olhar para os sujeitos marginalizados pela sociedade.

1 CONSTRUÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

O mundo do trabalho tem passado por um intenso processo de transformação ao longo do tempo. Dentre tais mudanças, é possível ver o aumento da precarização das relações e condições de trabalho, bem como o crescimento acelerado do desemprego que, por sua vez, intervém diretamente na vida diária dos indivíduos. Diante deste cenário, o trabalho informal é uma das faces que se apresenta para aqueles que buscam alternativas de geração de emprego e de renda. Por esta razão, para dar início à discussão, faz-se necessária uma contextualização atual no contexto brasileiro.

No Brasil, a partir da década de 1990, os novos padrões tecnológicos e competitivos do comércio internacional provocaram mudanças estruturais econômicas, assim como no mercado de trabalho (COSTA, 2010b). Segundo a autora, a abertura econômica e as privatizações forçaram o processo de reestruturação produtiva sistêmica, o que acabou por afetar não apenas o nível do emprego, como também a sua qualidade no que diz respeito à flexibilização dos vínculos e dos regimes trabalhistas. Com isso, Costa (2010a) afirma que o resultado foi o enxugamento de plantas, subcontratação, terceirização, fechamento de fábricas e os consequentes processos de demissão em massa. Assim, no decorrer dos anos 90 os trabalhos formais foram reduzidos em mais de três milhões (MATTOSO, 1999), implicando no aumento do número de pessoas desempregadas.

Nesse contexto, de acordo com Iriart *et al.* (2008), ficou evidente o aumento do número de desempregados e a queda da qualidade dos vínculos trabalhistas, sendo que uma das consequências a ser observada trata-se da informalidade. Com base em dados do Banco Mundial, os autores argumentam que no período de 1992 a 2002, 50% da mão de obra não rural brasileira encontrava-se no mercado informal da economia, sendo mais expressivo nos grandes centros urbanos, em que os trabalhos sem carteira assinada correspondiam a 87% das ocupações. Da mesma forma, segundo Sabadini e Nakatani (2002), o grau de informalidade no Brasil que era de 36,6% em 1986, aumentou para 37,6% em 1990 e para 50,8% em 2000.

Observo, desta maneira, que a informalidade não era tão evidente até o final da década de 1980. Ulyseia (2006), por exemplo, afirma que no período de 1983 a 1989 o mercado de trabalho brasileiro estava estável. Porém, a partir de 1990 houve um aumento do trabalho informal, resultado do crescimento de trabalhadores por conta própria e daqueles sem carteira de trabalho assinada. Isto porque, a população passou a encontrar sua fonte de renda no mercado de trabalho informal, tal como autônomo, ambulante, temporário, irregular e

precário, como aponta Costa (2010a), ficando evidente o crescimento já naquele período do número de trabalhadores nas ruas dos grandes centros urbanos realizando a venda de roupas, alimentos, produtos importados da China, dentre outros.

Todavia, conforme afirma Mattei (2018), no século XXI esse cenário sofreu algumas alterações importantes, visto que o governo adotou um conjunto de políticas que evitou o aprofundamento do grau de desestruturação do mercado de trabalho. Com isso, a taxa de desemprego das décadas anteriores foi diminuindo aos poucos e os empregos informais pararam de crescer, dando espaço a um processo de formalização do mercado de trabalho. Segundo o autor, tais resultados decorrem das prioridades dadas no campo social, com a reestruturação da política de salários, principalmente do salário mínimo, e com a ampliação dos programas sociais os quais eram destinados ao combate à pobreza, como no caso do Fome Zero e do Bolsa Família.

Contudo, com a crise econômica a partir de 2015, houve uma retração das atividades econômicas que afetou diretamente o mercado de trabalho brasileiro, desfazendo-se, assim, a conjuntura favorável predominante no período 2003-2014. Para se ter ideia, em 2015 e 2016 houve uma das maiores recessões econômicas já registradas no Brasil, causando resultados desastrosos para todos os segmentos sociais, principalmente para a classe trabalhadora que foi afetada diretamente pelo problema do desemprego e queda dos salários (MATTEI, 2018).

Diante desse cenário, em 2017 tem-se a reforma trabalhista, por meio da Lei nº 13.467/17, com a promessa de criação imediata de milhares de empregos. Entretanto, segundo Mattei (2018), tal reforma visava unicamente a redução dos custos laborais e a ampliação das margens de lucros empresariais, mesmo que legalizando a precarização do trabalho e acarretando o desequilíbrio entre capital e trabalho no que tange às relações econômicas e sociais de produção.

A fim de ilustrar o cenário atual, dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua¹ (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostram que o Brasil fechou o ano de 2017 com 12,3 milhões de pessoas em busca de emprego e com 92,1 milhões de pessoas empregadas (IBGE, 2018b). Neste último caso, a pesquisa demonstra que houve um aumento de 2,0% em relação ao ano anterior, mas este aumento resulta dos empregos sem carteira assinada e por conta própria, pois em 2017 o número de empregados sem carteira assinada foi de 11,1 milhões e o número de trabalhadores

¹ Segundo dados do IBGE, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua produz informações sobre a inserção da população no mercado de trabalho conforme as características demográficas e de educação, sobre o estudo do desenvolvimento socioeconômico do país, bem como a produção de resultados anuais sobre temas permanentes da pesquisa (trabalho infantil e outras formas de trabalho, migração, fecundidade, etc.).

por conta própria foi de 23,2 milhões. O número de trabalhadores com carteira assinada, por sua vez, foi de 33,3 milhões (IBGE, 2018b). Depreendo, assim, que a soma dos primeiros trabalhadores ultrapassa em quase um milhão o número de trabalhadores com registro na carteira de trabalho. Ou seja, embora haja um aumento do número de pessoas empregadas, fica nítido que milhares de trabalhadores continuam indo para a informalidade.

Nesse ínterim, segundo dados do IBGE (2018a), o trabalho informal está contribuindo para a desaceleração do desemprego e aumento do número de empregados, uma vez que os trabalhadores que partem para a informalidade saem da fila do desemprego e são contabilizados como se estivessem empregados. Lembrando que, para o IBGE, uma pessoa é considerada desempregada quando procura emprego, mas não o encontra. Do contrário, aquela que não procura emprego não é tida como desempregada. Enfim, o aumento do número de empregados deve ser visto com cautela, visto que ao mesmo tempo em que o crescimento da taxa de desemprego desacelerou quando verificadas as pesquisas mensais de 2017, a qualidade das ocupações caiu, sendo que o mercado de trabalho está cada vez mais voltado para a informalidade (IBGE, 2018a). Observo, então, que o desemprego e a consequente informalidade nas relações de trabalho estão presentes no cenário brasileiro, demonstrando que eles persistem e que fazem parte da vida de muitas pessoas.

É importante ressaltar, além disso, que atualmente 61,2% (dois bilhões de pessoas) da população empregada no mundo se encontra no trabalho informal, segundo estudo da Organização Internacional do Trabalho (OIT) (2018). Como também, o estudo mostra que a proporção de emprego informal varia em diferentes partes do mundo, sendo que a grande maioria do emprego na África (85,8%) é informal. A Ásia e o Pacífico (68,2%) e os Estados Árabes (68,6%) têm quase o mesmo nível de informalidade. Nas Américas (40,0%) e na Europa e Ásia Central (25,1%), menos da metade do emprego é informal. No Brasil, especificamente, a informalidade representa 46% do emprego total. Ainda é preciso destacar que 93% do emprego informal do mundo se encontra nos países emergentes e em desenvolvimento, o que confirma as discussões.

Porém, de quais formas o trabalho informal pode se apresentar neste contexto? Essa denominação pode representar fenômenos muito distintos, a saber: evasão e sonegação fiscais, terceirização, microempresas, comércio de rua, trabalho ambulante, contratação ilegal de trabalhadores assalariados nativos ou migrantes, trabalho temporário, trabalho em domicílio, dentre outros (CACCIAMALI, 2000). Assim, é possível notar que os trabalhos informais são bastante heterogêneos, visto que podem se tratar de pessoas que trabalham nas ruas, inseridas em uma empresa ou até mesmo em suas casas. Neste último caso, é preciso ponderar que a

própria tecnologia contribui para o trabalho informal. Por conta disso, a OIT (2006) defende que ele engloba todas as atividades econômicas de trabalhadores e unidades econômicas que não estão contemplados por disposições formais, seja em virtude da legislação ou até mesmo da prática, pressupondo que tais trabalhadores são aqueles que não teriam trabalho nem rendimentos caso não optassem pela informalidade.

Ademais, os trabalhadores informais, na maioria das vezes, não são reconhecidos pelas agências governamentais, são mensurados nas estatísticas oficiais de maneira imprecisa, não estão protegidos pela legislação trabalhista e se beneficiam de forma limitada da seguridade social, ficando impossibilitados de desfrutar dos direitos sociais que alicerçam a cidadania, afirmam Krein e Proni (2010). Os autores ainda reforçam que quando estes trabalhadores reivindicam outra forma de tratamento, raramente são ouvidos pelas autoridades públicas, em virtude de não estarem organizados e não possuírem representantes legítimos. E por não desfrutarem de seus direitos, os trabalhadores informais ficam submetidos a péssimas condições de trabalho, pois, além do não cumprimento das leis econômicas de mercado e da legislação trabalhista, eles ficam sujeitos à precariedade e à pobreza (MENDES; CAVEDON, 2012).

Nesse ínterim, Dalbosco e Kuyumjian (1999) argumentam que com o desemprego estrutural decorrente da reestruturação produtiva do setor formal, o trabalho informal passa, então, a se constituir verdadeiramente numa garantia de sobrevivência para um elevado número de trabalhadores. Logo, o trabalho formal aos poucos se torna privilégio de uma minoria, onde “a precarização e a informalidade condena a maioria a ocupações precárias de sobrevivência” (DALBOSCO; KUYUMJIAN, 1999, p. 216).

No entanto, apesar de o desemprego ser um aspecto importante que contribui para o aumento do trabalho informal, deve-se levar em consideração que existem outras causas para tal. Existem pessoas que se inserem no mercado informal por necessidade e pelo acesso mais fácil em relação ao mercado formal, especialmente no caso dos trabalhadores que não possuem escolaridade ou qualificação (LEONE, 2010). Como aborda Cacciamali (1983), o setor informal pode absorver os trabalhadores que não possuem relações de assalariamento em função de força física, idade, sexo, habilidade, etc., desempregados ou subempregados em função do ciclo econômico, ou trabalhadores que optam por abandonar o formal e veem no informal uma alternativa de sobrevivência, que é denominado pela autora como processo de informalidade.

Mas, onde eles estão? Os trabalhadores informais estão em diversos lugares, como foi dito anteriormente, porém o sujeito que trabalha nas ruas, especificamente nos semáforos a

fim de garantir sua sobrevivência e/ou dignidade, ganha centralidade nesta pesquisa. Sendo assim, Guimarães (2012) reforça que a pobreza, a desigualdade, a informalidade, o desalento dos jovens e a precariedade do trabalho, além da grande quantidade de pessoas que nas ruas e praças das cidades ainda tem esperança por uma vida mais plena e satisfatória, revelam a existência de importantes *déficits* de trabalho formal.

Deste modo, a literatura mostra que o trabalho exercido nas ruas é diverso. Nascimento, Reis e Teodósio (2017, p. 1121) denominam “economia de rua” as formas alternativas de negócios praticadas pelas pessoas nas ruas. Nesta economia de rua, por exemplo, os autores registraram uma diversidade de comércio informal como: catador de material reciclável, tomador de conta de carro, *hippies*, ambulantes, flanelinhas, malabaristas, engraxates e atividades exercidas por pessoas em situação de rua, os quais “fazem uso da rua como forma de sobrevivência”. Como também, os produtos e os serviços oferecidos são bastante heterogêneos, sendo possível observar vendas de frutas, legumes, água, guardanapos, além do oferecimento de limpeza de carros, apresentação de artes, dentre outros.

Porém, além da heterogeneidade das atividades, produtos e serviços, as características dos trabalhadores de rua também se apresentam bastante diversificadas. No estudo de Alves e Garcia (2012), por exemplo, foi observada a predominância de algumas características entre os trabalhadores de rua, tais como renda mensal e índice de escolaridade baixos, além de ficar evidente uma relativa desilusão em relação ao retorno ou procura por trabalho formal, em virtude da idade avançada ou porque acreditam que trabalhando na informalidade as oportunidades de aumentar a renda familiar serão maiores. Ademais, a maioria dos trabalhadores ambulantes pesquisados morava em bairros de periferia, distantes dos bairros em que trabalhava. Como também, foi possível perceber que alguns deles moravam em outras cidades.

Os trabalhadores que vivem da informalidade nas ruas costumam enfrentar dificuldades na realização de suas atividades. Nesta perspectiva, Caldas (2013) assevera que na rua, tida como um meio de trabalho para certo número de pessoas, são encontradas várias situações adversas, como chuva, sol, banca improvisada, cliente desconfiado, colega que faz concorrência, dentre outros, sendo necessário que o trabalhador aja de maneira a se sobressair diante de tais situações.

Por outro lado, para que o comércio de rua seja notado pelas pessoas, os melhores lugares para os trabalhadores de rua instalarem suas atividades são os logradouros e praças localizados no centro da cidade ou, ainda, em locais de grandes aglomerações. Desta forma,

os trabalhadores de rua se concentrarão em locais que exercem centralidades, devido ao grande fluxo de pessoas, que podem ser seus possíveis consumidores (SANTOS, 2015).

Além de todos os obstáculos presentes no dia a dia, ainda é possível perceber a resistência pela permanência no espaço público. Neste caso, Perdigão, Carrieri e Saraiva (2014) estudaram a remoção dos camelôs das ruas de Belo Horizonte para os *shoppings* populares decorrente de um projeto de “limpeza” do espaço público. Os autores constataram que a remoção atendeu a diversos interesses da prefeitura e do mercado, sendo que este último sofria os impactos da concorrência com o comércio informal que era realizado pelos camelôs. Assim, percebo que existe uma disputa pelo uso do espaço público e, muitas vezes, aqueles que estão marginalizados pela sociedade são os mais prejudicados.

Nessa conjuntura, é preciso destacar que o comércio de rua deixa evidente o processo de apropriação do espaço público, visto que há a produção de um novo espaço, pois o que outrora era público acaba por se tornar privado (SANTOS, 2015). Ou seja, o trabalhador tomará aquele espaço como seu, de forma física e/ou simbólica, para exercer suas atividades. Nesse contexto, Cunha (2009, p. 81) coloca que “a apropriação dos espaços públicos como locais de trabalho é justificada pelos trabalhadores, como normal, natural, necessária para a sobrevivência, logo relacionada à importância de ganhar a vida honestamente”. Esta autora reforça, ainda, que os trabalhadores de rua esforçam-se para serem reconhecidos como trabalhadores e fugirem do estigma de “vagabundo”, “marreteiro”, “marginal”, que é a visão que parte da sociedade possui sobre as pessoas que trabalham nos espaços públicos. Com base nisso, as ruas estão cheias de trabalhadores, sejam malabaristas de sinal, vendedores ambulantes, pedintes, camelôs, catadores de materiais recicláveis, flanelinhas, lavadores de carro, dentre outros (CALDAS, 2013), e o meu olhar se volta para os trabalhadores dos semáforos. E nessa ânsia por conhecê-los, surgem os seguintes questionamentos: De onde eles vêm? Por que estão trabalhando informalmente? O motivo condiz com o que as pesquisas mostram? Como fazem para se manter no trabalho? E como se apropriam de um espaço, para realizar o seu trabalho, seja de forma física ou simbólica?

Alguns estudos já foram desenvolvidos acerca dos trabalhadores dos semáforos. Em seu estudo, Santos e Abonizio (2016) denominam as pessoas que trabalham nos sinais como personagens dos sinais vermelhos. Os autores afirmam que os personagens dos sinais vermelhos precisam convencer os motoristas de que eles são a plateia e de que os personagens dos sinais vermelhos são os atores que encenam em um palco improvisado, cuja ocupação informal constitui uma forma de trabalho reconhecida no momento em que os motoristas abrem os vidros de seus carros para receberem propagandas, comprarem água gelada ou para

gratificarem o curto espetáculo artístico dos malabaristas. Por sua vez, em seu estudo, Façanha (2009) diz que a emergência de personagens no cenário dos cruzamentos com semáforos na cidade de Fortaleza-CE intensificou-se no final da década de 1980, sendo que ainda nos dias atuais é quase impossível trafegar em Fortaleza e não topar com figuras que atualmente são típicas dos semáforos, como flanelinhas, pedintes e vendedores ambulantes. Além disso, o autor reflete sobre falas, gestos e códigos de sujeitos que reinventam determinados espaços urbanos por meio de táticas próprias e astúcias da arte de fazer.

No caso de Maringá (PR), especificamente, vejo uma presença marcante de vendedores ambulantes, panfleteiros, malabaristas, flanelinhas e pedintes nos semáforos da cidade que, talvez, migraram para a informalidade como forma de sustento. E é justamente para os sujeitos dos semáforos desta cidade que volto o meu olhar.

No que tange à questão legislativa do trabalho informal, um aspecto que tem chamado minha atenção e que também observo nas demais cidades brasileiras, é que Maringá possui a Lei nº 5855/02 que disciplina o comércio ambulante no município. No parágrafo único do art. 1º, o comércio ambulante é considerado como aquele exercido em instalações removíveis, como balcões, barracas, mesas, tabuleiros e semelhantes, exceto as bancas em feiras livres, desde que definida, por meio de regulamento, a localização específica e padronizada dos equipamentos. Em contrapartida, além de outras proibições, o inciso V do art. 26º dispõe que é proibido comercializar nos semáforos. Isto quer dizer que além de estarem desempregadas ou terem o desejo de realizar o seu trabalho, as pessoas não podem exercer o trabalho nas ruas, pois se exercê-lo estarão subvertendo uma lei municipal.

Então, com essa possibilidade de estudo, vejo que a proliferação de trabalhadores dos semáforos demonstra que determinado número de brasileiros parte para a informalidade como alternativa ao desemprego, mas penso que não seja só este motivo, pois existem trabalhadores que estão ali por outras razões, seja complemento de renda, prazer, autonomia, por estarem em situação de rua e/ou até os significados dos produtos que são vendidos ou das artes que são realizadas. Como diz Ferreira (2007), os trabalhadores escolhem a informalidade em decorrência do desemprego que exclui um contingente de mão de obra disponível no mercado, mas também pela flexibilidade da jornada de trabalho, pela possibilidade de ter uma renda melhor à que recebiam anteriormente no mercado formal, pelo acesso contínuo a uma parcela dos rendimentos, pela inexistência de chefia, bem como por uma perspectiva de ascensão social. Ou seja, pode ser uma estratégia de sobrevivência ou uma alternativa de vida.

Conforme explicam Nascimento, Reis e Teodósio (2017, p. 1085), “as pessoas que vivem do sustento de rua geralmente necessitam se reinventar para permanecerem nas vias

urbanas, saindo ou tangenciando a lógica tradicional do sistema capitalista”. Presumo, portanto, que o sujeito que trabalha nas ruas precisa agir entre as brechas para tentar driblar o poder dominante e então conseguir realizar o seu trabalho em meio aos empecilhos que surgem em seu dia a dia, ou seja, em seu cotidiano.

O cotidiano é entendido, nesta pesquisa, para além da repetição e da banalidade. Aqui, trabalho com o cotidiano em que as pessoas possuem a capacidade de inventá-lo, recriá-lo e transformá-lo, pois não são pessoas que apenas reproduzem o que lhes é imposto ou o que está formalmente estabelecido, mas elas podem encontrar fissuras na estrutura e conseguir agir de acordo com seus interesses, causando pequenas mudanças em seu dia a dia. Nesse sentido, as práticas cotidianas, trabalhadas por Certeau (2014), permitem que os sujeitos se apropriem dos espaços organizados.

De modo a complementar os argumentos anteriores, Cabana e Ichikawa (2017) apontam que embora muitas vezes sejamos colonizados e oprimidos, existe um espaço à resistência para que possamos defender nossas diferenças. No ambiente organizacional, por exemplo, “os indivíduos ou grupos podem acolher, recusar ou realizar uma bricolagem com os produtos impostos pela organização, que são as normas, as punições, os formalismos, as condutas, as disciplinas, entre outros, valendo-se para isso de pequenas ações” (CABANA; ICHIKAWA, 2017, p. 291) que reinventam o seu cotidiano.

Estas pequenas mudanças, consideradas como formas de resistência, são trabalhadas por Certeau (2014) e Certeau, Giard e Mayol (2013) a partir dos conceitos de tática, estratégia e conveniência² em que por meio deles ocorre a invenção do cotidiano. Nesta pesquisa, parto do princípio de que a partir destas práticas cotidianas o sujeito ressignifica determinados espaços, isto é, os territorializa. Porém, nesse momento, surge o questionamento: como ele se apropria de determinados espaços para realizar o seu trabalho? Como acontece sua territorialização? Como ocorrem as relações de poder entre os sujeitos? Destaco que neste trabalho a territorialização dos trabalhadores dos semáforos não se trata de algo simples, mas de um processo complexo, em que eles agirão a partir de objetivos intencionais para territorializarem determinado(s) espaço(s). Parto do pressuposto de que esse processo acontece por meio das relações entre os motoristas, os transeuntes e os próprios trabalhadores, em que eles agem no sistema territorial (RAFFESTIN, 1993) para conseguirem territorializar.

Segundo Raffestin (1993), ao se apropriar de um espaço seja de forma concreta ou abstrata, o sujeito territorializa o espaço. O autor ressalta que qualquer projeto que ocorre no

² Os conceitos de tática, estratégia e conveniência, de Michel de Certeau, serão trabalhados de forma mais aprofundada no capítulo 2, sobretudo na seção 2.1.1 que trata acerca das práticas cotidianas.

espaço e que é expresso por uma representação evidencia a imagem de um território. Por conseguinte, qualquer produção se sustenta por conhecimentos, ações, comportamentos e uma prática que supõe a posse de sistemas sêmicos e que ocorrem em um campo que é envolto por relações de poder. A partir disso, entendo que existem práticas dos trabalhadores dos semáforos que são responsáveis pelo processo de territorialização.

Neste estudo, depreendo que a territorialização ocorre por meio de pequenas ações e comportamentos dos sujeitos que trabalham nos semáforos. Portanto, é no cotidiano que o processo de territorialização acontece e para que se possa compreendê-lo, faz-se necessário também compreender as práticas cotidianas dos trabalhadores.

Assim, com base nesta discussão inicial, entendo que por meio das práticas cotidianas o homem ordinário³, aqui denominado trabalhador dos semáforos, pode territorializar determinados espaços, tornando-os seus. Diante destas minhas observações juntamente com as proposições teóricas, construí o seguinte problema de pesquisa: **como ocorrem as práticas cotidianas no processo de territorialização dos trabalhadores dos semáforos da cidade de Maringá?**

Logo, meu objetivo geral consiste em compreender como ocorrem as práticas cotidianas no processo de territorialização dos trabalhadores dos semáforos da cidade de Maringá. Para alcançar o objetivo proposto, tive que:

- a) Descrever as práticas cotidianas dos trabalhadores dos semáforos da cidade de Maringá-PR;
- b) Caracterizar como ocorrem as relações entre os trabalhadores dos semáforos da cidade de Maringá-PR, transeuntes e motoristas;
- c) Interpretar, por meio das práticas cotidianas e das relações, como os trabalhadores dos semáforos da cidade de Maringá-PR constroem suas territorializações.

Os saberes e práticas oriundos dos países centrais ocupam um lugar de destaque na Administração, sendo considerados universalizáveis. Já os estudos realizados com objetos ou baseados em teorias não hegemônicas permanecem marginais, fazendo com que a história da disciplina seja narrada a partir da realidade dos Estados Unidos. À vista disso, faz-se importante olhar para as singularidades na construção das teorias, tanto no que se refere à elaboração de análises situadas no tempo e no espaço, quanto na ênfase nos “esquecidos” da

³ Ao entender que existe uma cultura múltipla, Michel de Certeau (1925-1986) dá importância às pessoas comuns, aquelas aparentemente fracas na sociedade. Para tanto, ele utiliza o conceito de “homem ordinário” para se referir a todo aquele (indivíduo, grupo, homem, mulher, jovem, idoso, etc.) que tem a capacidade de fugir ou burlar a ordem estabelecida, por meio de seus movimentos e ações táticas, ou seja, de suas práticas ordinárias. Assim, quando, nesta dissertação, for citado o termo “homem ordinário” quero me referir aos menos favorecidos e/ou excluídos da sociedade, seja homem ou mulher.

Administração. Isto porque, a realidade desta área é diversa, podendo ser estudada no cotidiano das pessoas, nas estratégias e práticas de sobrevivência utilizadas no dia a dia, sendo possível, também, lançar luzes sobre a gestão ordinária, a qual é realizada cotidianamente por diversos sujeitos anônimos (BARROS; CARRIERI, 2015).

Neste ponto, vejo que existem diversas pessoas que praticam atividades administrativas para além das realizadas por “grandes pessoas”, porém, muitas vezes, são deixadas de lado no que tange aos estudos da Administração, como no caso tanto de trabalhadores formais quanto de informais. Esta gestão, dita ordinária, pode ser trabalhada a partir da perspectiva de Michel de Certeau, que mostra que esses indivíduos não apenas reproduzem o que é imposto pela estrutura dominante, mas têm a capacidade de agir perante ela, causando pequenas mudanças em seu cotidiano.

Diante deste cenário, a realização desta pesquisa justifica-se pelo fato de incrementar a área da Administração, especificamente o campo dos Estudos Organizacionais, com estudos acerca do cotidiano que, por parecer algo sem importância, muitas vezes é relegado a segundo plano. Para o senso comum, as ações realizadas diariamente podem parecer mesmice e alienação num primeiro momento, mas Certeau (2014) mostra que o homem comum é capaz de inventar o cotidiano a todo o momento, procurando driblar o que lhe é imposto a partir de suas práticas cotidianas. Desse modo, é preciso reconhecer os sujeitos anônimos, os quais têm suas histórias ignoradas, esquecidas e/ou abafadas pela sociedade.

Segundo Courpasson (2017), estudar as coisas e ações do “micro” podem revelar o que as macro estruturas e as decisões tomadas em outros lugares podem obscurecer, em particular a textura política da vida cotidiana, trazendo a vida de volta aos lugares dos quais ela pode ter sido simplesmente removida. Assim, o sujeito que se encontra nos semáforos e que, às vezes, nem percebemos ou ignoramos sua presença em meio a uma parada, precisa ter visibilidade nos estudos acadêmicos, especificamente no campo da Administração. Isto porque, no contexto brasileiro, o comércio de rua envolve uma grande quantidade de pessoas e, por isso, não deve ser ignorado, assevera Pamplona (2013).

Ademais, o trabalho informal ainda é um tema incipiente nas pesquisas acadêmicas em Administração. Lima e Costa (2016) afirmam que a informalidade se trata de um tema oportuno a ser estudado, uma vez que permite o debate sobre as alternativas possíveis para contornar essa preocupante situação, sobretudo em um país que registra um crescimento rápido da informalidade. Em seu estudo, os autores constataram que não há tantos pesquisadores da área de Administração que enfatizam o trabalho informal em suas publicações, demonstrando a necessidade de fóruns de debates para estimular a produção de

estudos nessa vertente, pois o mercado de trabalho informal é uma realidade próxima da sociedade brasileira. Além disso, os autores lembraram que é bem possível que alguns pesquisadores nacionais em Administração publiquem sobre esse assunto em eventos e periódicos de outras áreas, visto que sofrem empecilhos em seu próprio campo, devido este ser profundamente enunciado pela ideia do *management* (LIMA; COSTA, 2016).

O tema da territorialização, por sua vez, é discutido predominantemente na área da Geografia. Todavia, ao trazê-lo para o campo da Administração torna-se possível enriquecer as discussões, como no caso desta pesquisa, ao trabalhá-lo a partir da perspectiva do cotidiano.

Assim, com base em toda discussão realizada até aqui, pressuponho que a territorialização trabalhada a partir da perspectiva do cotidiano no contexto do trabalho informal mostra-se como um aspecto importante a ser estudado e que pode revelar diversas singularidades da labuta diária dos sujeitos pesquisados. Então, para reforçar os argumentos, a partir de agora apresento os pensamentos dos autores mencionados.

2 CONSTRUÇÃO DA BASE TEÓRICA

Este capítulo é dedicado às teorias que alicerçam esta pesquisa. Para tanto, discuto sobre o cotidiano na visão de Michel de Certeau e em seguida o processo de territorialização a partir da perspectiva de Claude Raffestin, uma vez que suas visões convergem com o objetivo deste trabalho que é estudar as práticas cotidianas no processo de territorialização dos trabalhadores dos semáforos.

No sentido de fazer um breve esboço sobre as discussões que serão realizadas no decorrer deste capítulo, ressalto que, primeiramente, destacarei o pensamento de Michel de Certeau, com foco na obra “A invenção do cotidiano” (volumes 1 e 2). Para além da teoria do cotidiano trabalhada por ele, friso que outros autores também se dedicaram a estudar o cotidiano, como Henry Lefebvre e Agnes Heller, evidenciando-o como um instrumento de grande importância para ter conhecimento e poder analisar a realidade social, com destaque para a dinâmica dos processos de acomodação e de mudança social (LEVIGARD; BARBOSA, 2010). Entretanto, nesta pesquisa serão adotadas as ideias de Certeau, tendo em vista que ele traz uma nova forma de enxergar o cotidiano, qual seja: as micropráticas cotidianas do homem ordinário.

Em seguida, trarei algumas discussões sobre o território e suas nuances, para que as ideias fiquem bem articuladas e haja uma melhor compreensão sobre o que vem a ser a territorialização e o seu produto final que é a territorialidade. Claude Raffestin foi escolhido como autor principal neste quesito, com a obra “Por uma geografia do poder”, visto que enfatiza as relações de poder existentes na construção de territórios, o que, de certa forma, complementa os conceitos de Certeau.

Diante disso, poderei fazer um entrelaçamento entre os conceitos trabalhados por Certeau e os conceitos de Raffestin, a fim de atingir o objetivo proposto inicialmente nesta pesquisa. Reforço que neste estudo considero que o processo de territorialização acontece a partir das práticas cotidianas do homem ordinário, isto é, a partir das práticas dos trabalhadores dos semáforos.

2.1 O COTIDIANO COMPREENDIDO A PARTIR DA PERSPECTIVA DE MICHEL DE CERTEAU

Início esta parte do capítulo com o seguinte questionamento: o que é cotidiano? Sempre considerei que o cotidiano trazia a ideia de monotonia, rotina, banalidade ou aquilo que acontecia diariamente de modo repetitivo e sem importância, como o simples fato de ir e vir, seja da casa para o trabalho ou do trabalho para a casa. E este cotidiano me fazia pensar (ou não fazia) que nós, seres humanos, estávamos sempre passivos e obedecendo ao que nos era imposto, ou melhor, aquilo que nos era dado. E, desse modo, não tínhamos o poder de transformá-lo. Contudo, a partir das primeiras leituras de Certeau (2014) e Certeau, Giard e Mayol (2013) para construir este trabalho, comecei a perceber e, principalmente, a refletir que o homem é capaz de inventar o seu cotidiano a todo o momento por meio de suas práticas, indo na contramão do pensamento de que o cotidiano se trata apenas de uma rotina.

Neste ponto, é importante caracterizar o referido autor. Michel de Certeau (1925-1986) foi um historiador, teólogo, jesuíta e psicanalista francês. Nesse contexto, logo na introdução de “A invenção do cotidiano – 1. Artes de fazer”, Giard (2014, p. 9) o descreve como “um destes espíritos anticonformistas e perspicazes”, pois ele era uma pessoa crítica e inconformada com o que era tido como verdade em sua época e, assim, seguiu caminhos estranhos à lógica das instituições, sejam elas universidade, igreja ou estado.

Com base nisso, Ferrazo, Soares e Alves (2017) ressaltam que a formação de Certeau foi bastante eclética, visto que integrou diferentes disciplinas das Ciências Humanas e Sociais, tais como história, filosofia, teologia, antropologia, sociologia, psicanálise, semiótica, dentre outras. Segundo os autores, Certeau avançou por diferentes campos, em que inventava o melhor percurso de investigação a fim de abordar as questões com as quais trabalharia. De fato, a partir das leituras realizadas por mim, vejo que o cotidiano, quando trabalhado na perspectiva deste autor, é discutido em diferentes áreas, como educação, antropologia, sociologia, psicologia, enfermagem e administração, o que permite uma melhor compreensão a partir de diversas óticas.

Mas, o que vem a ser cotidiano na visão de Certeau?

o cotidiano é aquilo que nos é dado cada dia (ou que nos cabe em partilha), nos pressiona dia após dia, nos oprime, pois existe uma opressão no presente. [...] O cotidiano é aquilo que nos prende intimamente, a partir do interior. É uma história a meio-caminho de nós mesmos, quase em retirada, às vezes velada. [...] O que interessa ao historiador do cotidiano é o

Invisível... (CERTEAU; GIARD; MAYOL, 2013, p. 31).

Vejo que, para Certeau, o cotidiano não deixa de ser aquele que nos oprime no dia a dia. Todavia, o autor se interessa por aquilo que está invisível nesse cotidiano. Ou seja, os movimentos realizados pelo homem comum são tão sutis, que muitas vezes são quase imperceptíveis aos olhos da sociedade, o que demanda muita atenção para captar as pequenas práticas dos indivíduos que têm a capacidade de subverter e resistir à ordem dominante. Nesse contexto, Duran (2007) reforça que Michel de Certeau se maravilha e confia na inteligência e na inventividade do mais fraco, e com isso enxerga diferenças e, conseqüentemente, percebe as microrresistências que constroem microliberdades.

Para Courpasson (2017) o cotidiano designa aspectos alienantes da vida humana, tais como a natureza repetitiva do trabalho, a fadiga e a frustração, porém ele também está relacionado ao desenvolvimento de situações inesperadas e aos potenciais criativos surpreendentes dos indivíduos. Assim, o cotidiano nos é dado, mas nós podemos inventá-lo de acordo com nossos interesses e práticas. Dito de outra forma, em meio a tudo que é imposto pela/na sociedade por aquele que possui o poder, seja a partir do meio televisivo ou urbanístico, por exemplo, o homem pode não aceitar o que lhe é dado, podendo consumir estes “produtos” de uma forma diferente.

Vale frisar que em virtude de a contemporaneidade possuir um caráter fragmentado e multifacetado, é quase impossível pensá-la sem mencionar as rupturas que certas práticas sociais imprimem na vida cotidiana, comumente tornando instáveis e rompendo determinadas regularidades sociais, sejam elas reais ou esperadas (LEITE, 2010). E é nesse sentido que reforço a importância do estudo de Michel de Certeau nesta pesquisa, pois embora na experiência urbana contemporânea o cotidiano seja construído na normatividade e na rotinização, é possível pensar que mais do que uma configuração fluída, ele também se constitui a partir de “lapsos de impulsividades não esperados” (LEITE, 2010, p. 738). Ou seja, o cotidiano é constituído por rupturas imprevisíveis de sujeitos anônimos, indo na contramão do que era proposto até então.

Dessa forma, para Leite (2010, p. 745), “o pressuposto certeuniano central para analisar a vida cotidiana são os lances táticos e situacionais que informam as artes de fazer”. Isto é, o cotidiano não se trata apenas da repetição e da rotina, mas o homem o inventa a partir de suas artes de fazer (ler, habitar, caminhar), o que demanda mais atenção para compreendê-las em decorrência de suas sutilezas.

Com base nisso, Leite (2010) diz que a perspectiva de Certeau é heterodoxa, pois o

cotidiano não se define pelas regularidades sociais, mesmo que seja formado por recorrências. Desse modo, “o cotidiano na perspectiva de Certeau são procedimentos” (LEITE, 2010, p. 746). Segundo o autor, alicerçado na Microfísica do Poder (Michel Foucault), na Teoria das Práticas (Pierre Bourdieu) e na abordagem do antropólogo e historiador Marcel Detienne, Certeau aproxima seu conceito de cotidiano à noção de jogo, sendo as ações proporcionais às situações vividas.

Dessa maneira, Ortega (2016) reforça que existem três pontos que devem ser entendidos para uma melhor compreensão do cotidiano certeuniano. Primeiro, Certeau demonstra uma grande preocupação pelos lugares e modos de produção do saber. Segundo, Certeau se ocupa constantemente do que ele chama de “artes de fazer”, os modos de consumo ordinário e a forma como o homem comum resiste ao poder hegemônico. Terceiro, Certeau reflete sobre a alteridade e o lugar do homem ordinário na sociedade.

E é com esse olhar que Michel de Certeau dedica seu estudo ao homem ordinário, como ele denomina as pessoas comuns (CERTEAU, 2014). Este homem ordinário não se trata somente de um sujeito que aceita tudo que lhe é imposto, mas pode burlar o que está formalmente estabelecido. Uma frase que diz muito sobre o pensamento de Certeau é que “sempre é bom recordar que não se devem tomar os outros por idiotas” (GIARD, 2014, p. 19), pois ele acredita na inteligência e na inventividade do mais fraco, que se movimenta de maneira tática diante das estratégias do forte. Isto é, Certeau (2014) nega a passividade do homem ordinário e lhe confere a habilidade de criar situações a partir de suas ações.

Mas, por que Michel de Certeau se interessou em estudar o homem comum? Por que ele não estudou quem oferece os produtos a este homem? Por que ele não estudou algo mais generalizável? Num primeiro momento, é importante dizer que embora ele não menospreze os estudos quantitativos, Certeau (2014) acreditava que tais estudos generalizavam os indivíduos, ou seja, tinham um olhar totalizador em relação ao indivíduo e, assim, deixavam escapar as operações e os usos individuais. Além disso, os estudos estatísticos apreendem apenas o material destas práticas e não a sua forma. E, desse modo, só encontra o que é homogêneo, reproduzindo o sistema a que pertence (GIARD, 2014). Por isso, Giard (2014, p. 15) destaca que Michel de Certeau “não sucumbe ao canto da sereia do quantitativo ou as seduções modernistas da informatização”, o que o caracteriza com as referidas características mencionadas anteriormente.

Num segundo momento, Courpasson (2017) reforça que a sociologia da vida cotidiana surgiu a partir de uma crítica às abordagens contidas na teoria macroeconômica, em que o ator é representado como uma norma passiva de internalização de normas e valores e como agente

desenvolvendo características e comportamentos em grande parte com base na sua participação em classe. Para o autor, enquanto Lefebvre está particularmente interessado na análise de aspectos alienantes da vida moderna, Certeau, por sua vez, olha profundamente os potenciais subterrâneos que essa alienação pode desencadear. Desse modo, Michel de Certeau tenta revelar a inventividade da vida cotidiana de modo a combinar em uma visão única os aspectos alienantes da vida social com o potencial das atividades humanas comuns (COURPASSON, 2017). Nessa acepção, é válido destacar que Certeau (2014) buscou estudar os modos de operação e não o sujeito em si.

Em suma, retomando o entendimento do homem ordinário, Sousa Filho (2002) ressalta que Certeau não teve receio em estudar essas pequenas práticas cotidianas dos indivíduos, embora para muitos intelectuais estudar o cotidiano seja algo banal e que gera estranheza. Desse modo, deu importância ao “sem nome”, ao “rumor sem qualidade”, ao “minúsculo”, buscando entender de maneira minuciosa a sua realidade. Dessa maneira, Certeau (2014) procura entender as operações dos usuários, já que sempre foram vistos como passivos e disciplinados, e isso ocorre “num ato singular que se liga a uma situação, circunstâncias e a atores particulares” (BARBOSA; D’AVILA, 2017, p. 93) em suas atividades diárias.

Outrossim, Salamon (2016) destaca que Michel de Certeau atribui autonomia, independência e até mesmo uma inteligência pessoal e política ao homem ordinário. Ao considerar o cotidiano como uma espécie de batalha, Certeau rompe não somente com o caráter normativo da ação social cotidiana, como também atribui papel importante às relações de poder que refletem na construção social da vida cotidiana (BARBOSA; D’AVILA, 2017).

Então, a atenção de Certeau se volta para o homem comum a fim de tratar das minúcias de sua vida cotidiana. Talvez, isso ocorreu, “porque o ato ‘estranho’ da transgressão é, por esse homem, praticado sem pudor – condições da vida lhe obrigam” (SOUSA FILHO, 2002, p. 2). Ele desloca a atenção do “consumo supostamente passivo dos produtos recebidos para a criação anônima, nascida da prática do desvio no uso desses produtos” (GIARD, 2014, p. 12). Isso ocorre, segundo Duran (2007), graças às “artes de fazer”, “astúcias sutis”, “táticas de resistência” que vão alterando silenciosamente os objetos e os códigos, estabelecendo, dessa forma, uma (re)apropriação do espaço e do uso de acordo com a sua conveniência. Assim sendo, na perspectiva de Certeau (2014, p. 38), “o cotidiano se inventa com mil maneiras de *caça não autorizada*”, o que, de certa forma, pode se contrapor ao formalmente estabelecido ou o que foi feito pelo poder dominante para um determinado fim.

Nesse sentido, Certeau acredita nas possibilidades de a multidão anônima escolher como fazer dos produtos impostos pelas políticas culturais, numa liberdade em que cada um

procura viver a sua maneira (DURAN, 2007). Portanto, segundo Courpasson (2017, p. 848), Certeau entende o cotidiano “como uma esfera de resistência”. Da mesma forma, para Dey e Teasdale (2015), a preocupação fundamental de Certeau se baseou na questão da resistência e, por isso, desenvolveu uma compreensão da resistência como a potencialidade criativa inerente às práticas cotidianas.

Para Dey e Teasdale (2015), Certeau deixou claro que seus conceitos se prestam à adaptação e aos novos usos. E como isso acontece? Certeau (2014) vai dizer que nós consumimos os produtos não necessariamente conforme o que nos foi dado, mas podemos subvertê-los. Conquanto, Gaffuri (2016) diz que na perspectiva certeuniana esse consumo não diz respeito a algo que se compra, como um refrigerante, uma roupa e uma marca. Pelo contrário, diz respeito ao consumo de um discurso, uma ideologia, uma religião, dentre outros. Assim sendo, segundo Sousa Filho (2002, p. 4), Certeau se interessa “não pelos produtos culturais como oferecidos no mercado dos bens, mas pelas maneiras diferentes de ‘marcar socialmente a distância’ adotadas pelos consumidores nos atos de consumir”.

Tal maneira de fazer uso diferente daquilo que é imposto ou dado denomina-se bricolagem, podendo ser melhor compreendida quando Certeau (2014) dá o exemplo dos colonizadores espanhóis sobre as etnias indígenas. Para Certeau (2014, p. 39) os indígenas “faziam das ações, rituais, representações ou leis que lhes eram impostas outra coisa que não aquela que o conquistador julgava obter por elas”. Os indígenas não as rejeitavam e nem as modificavam, mas as subvertiam pela sua maneira de usá-las. Com o propósito de deixar mais claro o conceito de bricolagem, ao estudarem o homem ordinário, na figura de um catador de material reciclável, Rodrigues e Ichikawa (2015) perceberam que ele se apropria dos subprodutos da sociedade, ou seja, produz novos significados ao lixo que não é lixo e, nesse sentido, constitui o seu modo de vida.

Nas palavras de Courpasson (2017) não somos usuários passivos ou sujeitos de instituições e discursos, nós os modificamos e subvertemos constantemente, redesenhando o equilíbrio de forças mediante negociações inventivas com o sistema que compõe nosso ambiente, atenuando os aspectos negativos do cotidiano. Esses usos e consumos que estou dizendo são apresentados por Callefi (2017) que realizou um estudo com velhos que se encontravam num asilo. A autora percebeu que no asilo os velhos reagem à sua maneira no que tange às regras. Por exemplo, mesmo tendo um horário estipulado para o almoço, os velhos que definem qual o melhor horário para eles aguardarem na fila, ou seja, eles não fazem necessariamente aquilo que lhes foi oferecido.

Assim sendo, Sousa Filho (2002) considera que as análises de Certeau sobre a vida

cotidiana partiam da ideia de que seria erro supor que o consumo feito pelos sujeitos era uma prática passiva e de puro conformismo às imposições do mercado e dos poderes sociais, uma vez que os indivíduos usam os produtos de acordo com o que lhes convêm. Do mesmo modo, segundo Ferrazo, Soares e Alves (2017, p. 14), “o estudo das práticas ou das ‘artes de fazer’ cotidianas implica, para Certeau, interrogar as operações dos usuários dos produtos culturais, buscando compreender o que eles fabricam com os usos que fazem do que recebem”. Nesse sentido, conforme afirma Ortega (2016), para compreender o cotidiano na perspectiva de Certeau é necessário penetrar na lógica do praticante e do consumidor, visto que o consumo constitui uma forma de pensar.

Segundo Frers e Meier (2017) as práticas de resistência empregam uma estética diversificada e seguem diferentes modos de operação, mas elas podem mudar o significado simbólico de um lugar. É importante enfatizar que, segundo Frers e Meier (2017), em muitos lugares do mundo, tanto no passado como no presente, tanto a mídia como a academia se concentram nas práticas de resistência no espaço público. Estas resistências contra uma ordem dominante também podem ser vistas em práticas micropolíticas como o grafite, um pedestre imprudente e o uso dos espaços públicos de formas não sancionadas, como quando as pessoas plantam em espaços públicos (jardinagem de guerrilha). Logo, as áreas, como a exploração urbana, são particularmente analisadas como práticas de resistência, pois os sujeitos e suas trajetórias não seguem rotas planejadas e, portanto, podem redefinir regras e estruturas em espaços públicos (FRERS; MEIER, 2017).

Assim, Certeau (2014) se interessa pelas pequenas resistências. Desse modo, em seu estudo, ele procura “esboçar uma teoria das práticas cotidianas para extrair do seu ruído as maneiras de fazer” (GIARD, 2014, p. 16), em que busca compreender os movimentos quase invisíveis realizados diante do poder dominante e perceber microdiferenças onde tantos outros só veem obediência, uniformização e conformismo. Para tanto, de acordo com Courpasson (2017), Certeau deseja descobrir a resistência do vivido ao concebido, por meio da observação minuciosa das práticas cotidianas e das astúcias que os indivíduos constantemente planejam para se libertar dos protocolos que lhes são impostos.

A fim de demonstrar a resistência nas atividades diárias, acredito ser importante apresentar algumas pesquisas feitas sobre tal assunto. Em seu estudo, por exemplo, Barbosa e D’Avila (2017) buscaram analisar o cotidiano e as táticas de resistência na perspectiva da colonialidade, com o objetivo de identificar as formas de resistência e subversão. O estudo foi realizado no povoado do Bichinho em Minas Gerais, com um sujeito de pesquisa. Nele, foi possível perceber “pequenas vinganças com sabor de vitória do fraco sobre o forte”

(BARBOSA; D'AVILA, 2017, p. 98). Percebeu-se que no cotidiano do sujeito pesquisado “o lazer da dança e a possibilidade de desejar ou não um parceiro, surgem como capacidade para fazer escolhas, subvertendo as determinações de algumas heranças coloniais: o patriarcado e o sexismo” (BARBOSA; D'AVILA, 2017, p. 98). Ou, conforme dizem as autoras, constituem-se em táticas das artes de fazer, onde a pesquisada se rebelou silenciosamente e, por vezes, até inconscientemente em relação à colonialidade.

As resistências também podem ser observadas no ambiente de trabalho. Paulsen (2015), por exemplo, relacionou o conceito de resistência às maneiras de apropriação do tempo no local de trabalho, em que explicou as astúcias que os trabalhadores, na Suécia, enfrentavam em suas jornadas de trabalho. Foi percebido que eles gastavam mais do que metade do seu horário de trabalho em assuntos privados, tais como navegar na internet, escrever e-mails privados, ler, jogar jogos de computador, assistir filmes e dormir (PAULSEN, 2015). O autor concluiu que os momentos de “vagabundagem” podem implicar aspectos de resistência e surgem devido ao trabalho assalariado não incluir necessariamente o trabalho, a baixa sensação de obrigação de trabalho, o trabalho vazio e a resistência subjetiva.

Assim, perante tudo que foi discutido até aqui, assumo que o homem ordinário não é passivo, mas ele resiste. E acredito que tais resistências, oriundas das práticas cotidianas, também ocorrem com os trabalhadores dos semáforos. Para tanto, no próximo tópico faço uma discussão sobre as práticas cotidianas do homem ordinário do ponto de vista de Michel de Certeau.

2.1.1 A invenção do cotidiano pelo homem ordinário a partir de suas práticas cotidianas

Diante do exposto anteriormente, vejo que não há um consumidor passivo, mas existe sim aquele que é capaz de consumir a sua maneira o que lhe é imposto. Não digo que ele chegará a causar “grandes conflitos” com o poder dominante ou com o que está formalmente estabelecido, porém o homem ordinário pode subverter ou resistir, isto é, pode fazer um uso diferente daquilo que consome. Dessa maneira, os estudos de Certeau se basearam nas “maneiras de fazer”, em que estas se referem às “mil práticas pelas quais os usuários se reapropriam do espaço organizado” (CERTEAU, 2014, p. 41). Isto é, o sujeito vai ressignificando as estruturas de forma criativa. Tais práticas dizem respeito ao ler, caminhar, habitar que, a princípio, podem parecer simples, mas na verdade são bem complexas, visto

que a “multiplicidade das práticas e dos gestos técnicos é que configuram e dão contornos à vida cotidiana, enriquecendo o tecido social e as relações” (BARBOSA; D’AVILA, 2017, p. 93).

Para Certeau (2014), as práticas são vistas enquanto estratégias e táticas, sendo que “com esse par de conceitos, Certeau rompe com a definição de cotidiano como rotinização para dar lugar à ideia de cotidiano como movimento” (LEITE, 2010, p. 746). Dito de outro modo, o cotidiano como práticas, sejam estratégias ou táticas, subverte seu entendimento como rotina ou regularidades. Segundo Sousa Filho (2002) o mundo diário contém as táticas do fazer, as invenções anônimas, os desvios da norma do formalmente estabelecido, que embora sem grandes confrontos, não são menos instituintes.

Antes de falar especificamente sobre táticas e estratégias, gostaria de abrir um espaço para falar a respeito de um termo que está presente em ambos os conceitos e que merece destaque, o qual é denominado “próprio”. Segundo Certeau (2014, p. 94) o “próprio” se refere à conquista do lugar sobre o tempo, que permite “capitalizar vantagens conquistadas, preparar expansões futuras e obter assim para si uma independência em relação à variabilidade das circunstâncias”. Ou seja, o próprio proporciona poder e legitimidade àquele que o detém. Além disso, segundo o autor, o próprio atribui domínio pela vista, em que é possível ver de longe e, assim, prever e antecipar-se ao tempo pela leitura de um espaço. Como também, o próprio permite o poder do saber, culminando na capacidade de transformar as incertezas da história em espaços legíveis.

Com esta explicação da noção do próprio, acredito que a leitura a seguir ficará mais clara, uma vez que as práticas cotidianas vão depender da força que o “próprio” se apresenta. Partindo dessa ideia, as práticas, segundo Certeau (2014), se distinguem entre estratégias e táticas. Conforme Certeau (2014, p. 93) a estratégia seria praticada pelo sujeito que detém o poder e é operada de maneira calculista, sendo definida como,

[...] o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças (os clientes ou os concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e objetos da pesquisa etc).

De acordo com Honorato e Saraiva (2016) as estratégias são atos cotidianos que estabelecem uma organização, o que acaba por definir uma hierarquia, uma estrutura própria

de funcionamento e um lugar de poder. No entanto, “as estruturas criadas pelas estratégias podem conter fissuras, as quais possibilitam movimentos da parte ‘fraca’ da hierarquia” (HONORATO; SARAIVA, 2016, p. 176). Nesse contexto, embora a estratégia seja descrita por aquele que detém o poder, é preciso levar em consideração que este poder não é permanente, uma vez que pode haver frestas por onde o sujeito pode agir e assim driblá-lo. Daí, surge o conceito de tática.

A tática é praticada pelo sujeito desprovido de poder que, utilizando-se de suas artimanhas, procura driblar o formalmente estabelecido. Ela é,

[...] a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha. [...] Ela não tem, portanto, a possibilidade de dar a si mesma um projeto global nem de totalizar o adversário num espaço distinto, visível e objetivável. Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveitas as “ocasiões” e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas (CERTEAU, 2014, p. 94-95).

Apesar de seus conceitos serem distintos, vejo que estratégias e táticas não podem ser vistas de maneira antagônica. Isto porque elas coexistem, sendo em que num determinado momento o homem comum pode possuir o “próprio” e em outro pode não possuí-lo. Nesse sentido, “pensar em táticas implica tratar da dissolução da ordem, uma vez que a ordenação é da esfera da estratégia” (HONORATO; SARAIVA, 2016, p. 177). Além disso, segundo estes autores, conforme a estratégia for buscando o controle do seu espaço organizado, vão surgindo resistências, o que implica em táticas.

Com a intenção de elucidar o que foi explicado até aqui, apresento alguns estudos que enfatizaram as práticas cotidianas, táticas e estratégias. Um deles é o trabalho de Munro e Jordan (2013) que desenvolveram um estudo etnográfico sobre o trabalho dos artistas num festival de rua na Escócia, onde buscaram investigar as táticas espaciais que os artistas usam para criar espaços de trabalho híbridos nos espaços públicos, ou seja, como eles negociam o uso de espaços públicos com outros usuários do espaço a fim de darem voz às suas artes. Neste estudo, os autores mostraram que os artistas empregam um conjunto distinto de táticas espaciais a fim de se apropriarem e socializarem um espaço de trabalho híbrido e darem voz às suas artes. Como resultado, Munro e Jordan (2013) identificaram várias táticas espaciais que os artistas de rua empregam para se apropriar de um espaço público dentro do qual eles podem trabalhar, incluindo o arremesso, a borda, a altura, o uso de adereços e a fórmula. Por

exemplo, eles desenham uma linha no chão, com água, objetivando demarcar o espaço e aproximar o público.

Outro exemplo é o trabalho de Cabana e Ichikawa (2017) que realizaram um estudo com o objetivo de compreender como as práticas cotidianas dos feirantes foram se alterando na medida em que ocorriam alterações na identidade organizacional da Feira do Produtor de Maringá. As autoras observaram que existem dois momentos que marcam a história da feira, em que o primeiro é dado pelo seu início e o segundo é dado a partir da criação da Associação da Feira do Produtor Rural de Maringá. No primeiro período “existiam mais táticas e estratégias ligadas a novos saberes, novas experiências, novas aprendizagens. No período seguinte, essas táticas e estratégias estão ligadas às aprendizagens laborais, mas também ao jogar o jogo em questão” (CABANA; ICHIKAWA, 2017, p. 301). Ou seja, nesse segundo momento foi elaborado um estatuto e um regimento interno, o que fez com que tanto as táticas quanto as estratégias estivessem “atreladas a artes da camuflagem para driblar o estatuto, assim como também às questões políticas e reivindicações identitárias dentro da feira” (CABANA; ICHIKAWA, 2017, p. 300).

Para Cabana e Ichikawa (2017) os achados da pesquisa evidenciaram que enquanto muitos podem permanecer calados e reprimidos, outros podem se expressar por meio de táticas, mostrando a sua não obediência às prescrições, por meio de uma queixa ou um movimento de protesto diante de imposições identitárias não aceitas. Destarte, Cabana e Ichikawa (2017, p. 301) constataram que “à medida que aumenta a formalização da feira e seus instrumentos disciplinares, muitas táticas foram criadas para driblar esses novos instrumentos de controle, assim como para amenizar a situação das identidades reprimidas”. Assim, os feirantes acabam reinventado e recriando o seu cotidiano, em parte, devido a essas mudanças identitárias.

Por sua vez, em seu estudo, Aguiar, Carrieri e Souza (2016) buscaram compreender as práticas e estratégias presentes na gestão cotidiana de circos itinerantes do Brasil. Aguiar, Carrieri e Souza (2016) perceberam a existência de táticas e estratégias. Por exemplo, ao trabalhar com circo itinerante pode ser que ocorra um imprevisto, tal como surgir outro circo na mesma rota que tinha sido originalmente planejada. Nisso, um circo pode chegar a uma cidade antes de outro e recolher todo o dinheiro que o último teve como objetivo alcançar. Neste ponto, o que realmente conta são as táticas, ou seja, repensar sobre situações e improvisar como os artistas fazem em seus shows, criando novas rotas e até mesmo incluindo novos itinerários.

Já em seu trabalho, Palacios (2016) buscou examinar como as práticas dos vendedores

de rua em Santiago, Chile, se relacionam com as mudanças em suas identidades que foram reconfiguradas juntamente com a forma e organização da cidade sob o sistema econômico capitalista. Conforme a autora descreve, os vendedores de rua apresentam diversas técnicas espaciais (para contornar o aumento do policiamento, por exemplo). Nesse sentido, segundo Palacios (2016), os vendedores utilizam diferentes meios para exibir e transportar seus produtos, como: carrinhos de bebê, lençóis que podem ser varridos para formar sacos, fotos de mercadorias que são carregadas em mochilas ou malas que se abrem em casos de exposição. Além disso, comumente eles costumam esconder seus bens perto de onde os vendem ou os mantêm com um terceiro confiável que trabalha em uma loja ou quiosque nas proximidades. Como resultado, Palacios (2016) observou que os vendedores desenvolvem habilidades e atitudes relativas à economia do trabalho flexível, como a capacidade de se adaptar para novas empresas e ambições individuais, e que essas novas disposições reconfiguram suas identidades. Como também, os vendedores ambulantes são capazes de improvisar suas trajetórias de vida reagindo a oportunidades e espaços, ou seja, eles desenvolvem talentos específicos para situações particulares (PALACIOS, 2016).

Considerando toda discussão feita até aqui, entendo que as práticas cotidianas – estratégias e táticas – vão ocorrer sutilmente, porém da forma que for mais conveniente. Assim, outro conceito não discutido até o momento, mas que também merece destaque, trabalhado no segundo volume de “A invenção do cotidiano”, trata-se da conveniência. A conveniência foi um termo cunhado por Pierre Mayol, juntamente com Michel de Certeau e Luce Giard, em um estudo sobre as práticas culturais dos usuários da cidade no espaço do seu bairro. Para Mayol (2013), todavia, o objetivo da pesquisa não foi estudar a personalidade dos indivíduos da família pesquisada e sim descrever e interpretar os processos de apropriação no espaço de um bairro de Lyon, a Croix-Rousse.

Mayol (2013) afirma que a organização da vida cotidiana no bairro se articula por meio de dois registros, sendo: os “comportamentos”, visíveis no espaço social da rua pelos códigos de cortesia, o modo de se vestir, o ritmo de andar, a valorização ou não de certos espaços públicos; e os “benefícios simbólicos”, sendo o que se espera obter pela maneira como se porta no espaço do bairro. De antemão, percebo que os aspectos corporais exercem o papel de transmitir tais comportamentos. Já os benefícios são inconscientes, implícitos e culminam em recompensas por meio do bom comportamento. Só que estes benefícios simbólicos são inconscientes e, de um modo geral, se apresentam a partir da maneira como o usuário consome o espaço público. Logo, existe uma regulação articulada destes dois aspectos que, segundo Mayol (2013), denomina-se “conveniência”.

A conveniência é grosso modo comparável ao sistema de “caixinha” (ou “vaquinha”): representa, no nível dos comportamentos, um compromisso pelo qual cada pessoa, renunciando à anarquia das pulsões individuais, contribui com sua cota para a vida coletiva, com o fito de retirar daí benefícios simbólicos necessariamente protelados. Por esse “preço a pagar” (saber “comportar-se”, ser “conveniente”), o usuário se torna parceiro de um contrato social que ele se obriga a respeitar para que seja possível a vida cotidiana (MAYOL, 2013, p. 39).

Desta forma, a conveniência seria um contrato tácito, que tem por objetivo afastar o que não convém e manter em ordem a vida cotidiana dos indivíduos. Para tanto, vejo que ela ocorre em meio ao coletivo, haja vista que o público e o privado “não tem significação sem o outro” (MAYOL, 2013, p. 43). No espaço do bairro ou em qualquer outro grupo, existe uma relação entre os indivíduos e, para manterem a sua homogeneidade, eles precisam renunciar certos aspectos relacionados à sua vontade e estar de acordo com os padrões da coletividade.

Ao tratar da conveniência, o autor a discute a partir do contexto do bairro. Neste, a conveniência é entendida como a privatização do espaço público. O autor parte do pressuposto de que o bairro diz respeito a uma organização coletiva com práticas individuais, o que faz com que um indivíduo que nasce ou se instale em um determinado bairro seja obrigado a levar em conta o seu meio social, com o objetivo de se inserir nele e, assim, poder viver (MAYOL, 2013). Entretanto, essa conveniência acontece por meio de um contrato implícito, onde, de acordo com Mayol (2013, p. 47), a “prática do bairro é uma convenção coletiva tácita”. Mesmo não estando escrita, a lei da conveniência pode ser percebida pelos usuários do bairro a partir dos códigos de linguagem e comportamento.

No que diz respeito aos elementos que constituem a conveniência, Mayol (2013) ainda reforça que ela se encontra no lugar da lei, reprimindo o que não convém. Ademais, segundo Mayol (2013, p. 49), “ela se encarrega de promulgar as ‘regras’ do uso social, enquanto o social é o espaço do outro, e o ponto médio da posição da pessoa enquanto ser público”. Assim, a conveniência se trata de um contrato implícito com o intuito de estabelecer uma ordem e impor “uma justificação ética dos comportamentos, que se poderia medir intuitivamente” (MAYOL, 2013, p. 49). Por esta razão, indivíduos que não agem convenientemente, acabam sendo excluídos do grupo.

Por outro lado, para gozar dos benefícios da conveniência, é necessário que o usuário do bairro não dê muito na vista. Isso porque, o autor coloca que todo desvio explícito dá a entender que o sujeito está indo contra a integridade simbólica e, dessa forma, repercute no nível da linguagem em relação à qualidade moral do usuário. Mas, esse “dar muito na vista”

também reflete intrinsecamente, onde o sujeito pode se perguntar: “‘o que é que vão pensar de mim?’ ou então ‘o que é que os vizinhos vão dizer...?’” (MAYOL, 2013, p. 50). Ou seja, existe uma confluência entre o sujeito e o social nessa situação.

Outros aspectos também podem ser observados nas práticas cotidianas do bairro, tais como a transparência social do bairro. Aqui, o autor fala que o bairro é um palco diurno, onde os personagens são identificados de acordo com o que é atribuído pela conveniência e, portanto, os usuários do bairro utilizam máscaras para poderem usufruir dos benefícios simbólicos. Nesse contexto, a tagarelice e a curiosidade por um lado “alimentam a motivação das relações de vizinhança e, da outra, tentam abolir sem cessar a estranheza contida no bairro” (MAYOL, 2013, p. 51). Ou seja, se a pessoa se comportar de acordo com os padrões da coletividade, ela será vista como uma pessoa de boa reputação. Do contrário, se suas ações forem incongruentes, ela será excluída do grupo.

Outro elemento que a conveniência abrange se trata do registro do consumo e da postura do corpo. Segundo o autor, este elemento deixa mais visível os benefícios simbólicos, onde existe uma proporcionalidade entre aquilo que se dá e recebe. Nesse sentido, comprar é muito mais do que trocar dinheiro por alimentos, já que para ser bem servido é preciso ser bom freguês (MAYOL, 2013). Ou seja, a conveniência diz respeito a um contrato tácito entre o cliente e o freguês que transparece no nível de gestos e palavras.

O trabalho social dos sinais, por sua vez, também deve ser considerado na conveniência. Mayol (2013) aponta que ele explica a complexidade das relações sociais presentes no espaço do bairro. Segundo Mayol (2013, p. 53), o trabalho social dos sinais manifesta-se por meio de “linguagem de meias-palavras, fixando-se no sorriso da polidez, cumprimento mudo do homem que se apaga diante de uma mulher, ou, ao inverso, vigor silenciosamente agressivo com o qual alguém ‘conserva o seu lugar na fila’ (‘é meu...’) [...]”. Em suma, o olhar, o rosto e as mãos podem mostrar o que é mais conveniente em um determinado espaço.

Assim, a partir de todos esses elementos contidos na conveniência, para que o usuário se mantenha conveniente, ele precisa saber jogar o perde-ganha, pois quando renuncia-se a certas situações, os benefícios tendem a aumentar (MAYOL, 2013). Nesse aspecto, segundo o autor, o corpo desempenha papel importante, pois ele lê no corpo do outro a cólera que se mostra de maneira sutil quando um determinado pedido excede o que está previsto nos costumes.

Com o propósito de iluminar como a conveniência acontece, em estudo recente Paniza, Ichikawa e Cassandre (2017) buscaram compreender a conveniência na vida de uma

trabalhadora transexual. Os autores perceberam que a vida dela diverge de outras pessoas transexuais, visto que ela teve apoio de sua família, não foi excluída dos ambientes escolares e conseguiu um trabalho formal. Apesar disso, “ela teve de lidar com uma série de situações que lhe foram impostas pela conveniência, e a reprimiram” (PANIZA; ICHIKAWA; CASSANDRE, 2017, p. 360). Por exemplo, ter o cabelo comprido na infância era uma característica que não seguia o “padrão” dos meninos e, dessa forma, teve que cortá-lo.

No que concerne aos resultados da pesquisa, Paniza, Ichikawa e Cassandre (2017) mostraram que embora a pesquisada tenha conseguido alguns ganhos simbólicos em sua trajetória de vida, decorrentes do seu consentimento às microrrepressões que foram impostas, ela é vítima das mesmas violências e agressões que são vividas pelas pessoas transgêneros em geral, como no caso de tentar enquadrá-la no sexo biológico em que nasceu e relacionar as mulheres transexuais à atividade de prostituição.

Percebo, dessa forma, que as ações diárias dos sujeitos vão ocorrer de acordo com a conveniência e esta ocorre no coletivo. Isto porque, conforme mencionei anteriormente, a conveniência seria a lei que define como o sujeito deve agir para ser aceito em um determinado grupo ou grupos. No caso da informalidade nas relações de trabalho, os trabalhadores agirão conforme a conveniência de um determinado grupo, ou seja, conforme as repressões minúsculas a fim de obterem algum benefício, seja no presente ou no futuro.

Em suma, o homem ordinário pode localizar-se em calçadas, ruas, cruzamentos, trânsitos, prédios abandonados e embaixo de marquises, conforme apontam Rodrigues e Ichikawa (2015). Nesta pesquisa, ele se localiza nos semáforos, agindo de modo estratégico, tático e conveniente. Assim, com base em tudo que foi discutido até aqui, pretendo levar comigo a ideia de que o homem não é um sujeito passivo, mas ele tem a habilidade de inventar o seu cotidiano constantemente, a partir da tática, estratégia e conveniência. Dessa forma, percebo que essas práticas são confluentes com as relações de poder e que, então, ressignificam os espaços organizados. Para tanto, em seguida abordo sobre a territorialização que trata-se do processo que acontece quando os sujeitos se apropriam de dado espaço.

2.2 COMPREENDENDO O PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO

Os conceitos de lugar, espaço e território são oriundos da Geografia, da mesma forma que esta se trata de uma área que mais os enfatiza. Nos últimos anos, porém, é possível

perceber que outras áreas, como a Administração, estão levando-os para seus respectivos campos de estudo a fim de enriquecer suas discussões, sendo as perspectivas apresentadas e trabalhadas de acordo com a ótica do pesquisador, originando, desta forma, variações e diversas interpretações. Contudo, é preciso deixar claro que, na concepção de Raffestin (1993), espaço e território não são termos equivalentes e pelo fato dos geógrafos os terem utilizado sem critério, gerou grande confusão no campo científico, o que acabou privando de distinções consistentes sobre tais conceitos. Partindo destas ideias, busco explanar a princípio a respeito de lugar, espaço e território, para que posteriormente haja um melhor entendimento de suas diferenciações e seja possível compreender o que vem a ser a territorialização e a territorialidade.

Não pretendo, todavia, me ater ao conceito de lugar, mas acredito ser importante expor seu conceito a fim de compreender as convergências e divergências entre os autores que o abordam. Conforme mencionei na seção anterior, as práticas, na perspectiva de Certeau (2014), ocorrem no cotidiano e os indivíduos, por sua vez, procedem à criação de espaço por meio de suas ações. Nesse sentido, Certeau (2014) é um autor que apresenta a distinção entre os conceitos de lugar e espaço, o que de certa forma se aproxima do conceito de espaço e território de Raffestin (1993), conforme mostrarei posteriormente. Para ele, o lugar é a ordem que permite a distribuição de elementos nas relações de coexistência, sendo impossível duas coisas ocuparem o mesmo lugar. Isso faz com que no lugar haja a predominância do próprio. Logo, segundo Certeau (2014, p. 184), um lugar é “uma configuração instantânea de posições” que implica numa relação de estabilidade. Um exemplo que pode ilustrar bem o conceito de lugar seria a rua que é desenhada pelos gestores urbanos com a finalidade de atender determinado fim.

Compreendida a noção de lugar, Certeau (2014, p. 184) também explica que o espaço existe devido a “vetores de direção, quantidades de velocidade e a variável tempo”. Para o autor, o espaço é movimento, uma vez que é praticado pelos sujeitos a partir de suas ações. Certeau (2014) salienta que o espaço se constitui por um conjunto de operações que o orientam, que criam circunstâncias, que o temporalizam e que lhe dão a forma de funcionar em uma unidade polivalente. Disso resulta a diferença no que diz respeito ao lugar, já que não possui a “univocidade nem a estabilidade de um ‘próprio’” (CERTEAU, 2014, p. 184). Por esta razão, sendo movimento, Certeau (2014) entende o espaço como um lugar praticado. Aqui, ele traz o exemplo da rua novamente, mas desta vez explica que desenhada pelos gestores para determinado fim, ela é transformada em espaço pelos pedestres a partir de suas práticas. Em suma, as práticas cotidianas ocorrem no lugar que, por ser praticado, é

transformado em espaço.

Nesse contexto, o lugar se trata de um conjunto de posições que resulta em estabilidade. O espaço, por sua vez, situa-se como um ato presente, o qual é modificado por meio das transformações provocadas a partir de específicos contextos sucessivos (IPIRANGA; LOPES, 2017). Nesta pesquisa, percebo de antemão que o lugar é transformado em espaço no momento em que o semáforo, que tem o propósito de controlar o tráfego de veículos e pedestres que circulam pelas vias, é transformado em um ambiente de trabalho pelos sujeitos.

Outros autores, ao contrário, entendem que o espaço antecede o lugar. É o caso, por exemplo, de Yu-Fu Tuan que faz parte da corrente humanística da Geografia e trabalha com os conceitos de espaço e lugar, os diferenciando. Na visão de Tuan (1983) espaço e lugar são termos interligados, pois geralmente o significado de espaço se funde com o de lugar. Tuan (1983) esclarece que espaço é mais abstrato que lugar, e à medida que conhecemos melhor um espaço e passamos a investir nele mais importância e significado/valor, ele acaba se transformando em lugar. Tal transformação ocorre a partir da experiência que, conforme Tuan (1983, p. 9), é um “termo que abrange as diferentes maneiras através das quais uma pessoa conhece e constrói a realidade”. Então, na perspectiva deste autor, a partir das significações que são projetadas num determinado espaço, este acaba se transformando em lugar.

Com essas duas visões, percebo que, para Certeau (2014), o lugar se transforma em espaço por meio das ações dos sujeitos. Do outro lado, Tuan (1983) defende que o espaço é transformado em lugar a partir dos significados atribuídos pelos sujeitos. Além disso, é possível perceber que aquilo que Tuan denomina como experiência, Certeau denomina como prática, ambas com a finalidade de transformação. Desta maneira, as visões destes autores convergem com a de Raffestin (1993), embora este se utilize de outras conceituações, ao dizer, por exemplo, que o território se forma a partir do espaço, resultado das ações de um ator. Mais para frente, você poderá ver claramente estas convergências.

Neste ponto, trago para a discussão o conceito de território. Segundo Haesbaert (2011) o território é um conceito polissêmico, pois por mais que seja central à Geografia, é utilizado em outras áreas como Ciência Política, Economia, Antropologia, Sociologia, Psicologia, etc., cada qual compreendendo o conceito de acordo com a sua perspectiva. Ademais, segundo o autor, o território possui diversas definições na própria Geografia, sendo entendido, por exemplo, como um espaço apropriado e outras vezes aludindo a um caráter inato da territorialidade humana. Por esta razão, é possível notar que existe certa confusão no que diz respeito à utilização do conceito de espaço e território, tendo em vista o grande leque

existente. Ressalto, além disso, que tal confusão ocorre em virtude de o próprio termo sofrer variações ao longo do tempo.

Desde a sua origem, o conceito de território passou a ter variações e diversas interpretações, o que contribuiu para tal polissemia. Na Geografia Política, por exemplo, o território era tido como uma determinada porção da terra, geralmente, de domínio do Estado (CANDIOTTO; SANTOS, 2009). No transcorrer do tempo, entretanto, o território passou a ser compreendido para além de algo concreto, abrangendo também aspectos simbólicos.

Haesbaert (2004, p. 1) alega que ele,

nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de *terra-territorium* quanto de *térreo-territor* (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo, especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no “territorium” são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por extensão, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de usufruí-lo, o território inspira a identificação (positiva) e a efetiva “apropriação”.

Percebo que desde a sua origem, ele não deixa de levar em consideração a questão da posse da terra, ou melhor, o domínio de uma determinada porção da terra, mas ele também carrega uma carga simbólica. Depreendo, então, que no transcorrer do tempo o território passa a ser compreendido como não sendo apenas aquele pertencente ao Estado-Nação, como foi dito anteriormente, ou apenas uma delimitação física, mas que abrange vários grupos presentes na sociedade. Com este avanço, segundo Oliveira e Silva (2017), um dos elementos que começa a ser manifestado e enfatizado no conceito de território diz respeito ao “poder”, seja ele político, econômico, cultural, material ou imaterial, não se relacionando somente à dimensão física e interna do território, mas compreendendo também as representações e as relações com os agentes externos.

Nesse contexto, Souza (2009) é um autor que afirma que o território leva em consideração o “poder”, sendo que a dimensão política, primeiramente, define o perfil, mas não se deve pensar “que a cultura (o simbolismo, as teias de significados, as identidades...) e mesmo a economia (o trabalho, os processos de produção e circulação de bens) não sejam relevantes ou não estejam ‘contemplados’ ao se lidar com o conceito de território” (SOUZA, 2009, p. 59). Subentendo que por mais que a dimensão política tenha uma “força” no território, os demais aspectos não devem ser desconsiderados, posto que o território envolve elementos culturais, naturais e econômicos. Daí, o território passa a ser entendido pelo autor como um campo de força, pois além de dizer respeito a uma dimensão do espaço social,

dependendo, muitas vezes, de sua dimensão material, ele também é intangível por si só devido se tratar de uma relação social.

Dito isso, nas palavras de Souza (1995), em qualquer contexto o território tem a ver com poder, não se restringindo apenas ao tradicional “poder político”. Assim, segundo o autor, os territórios não devem ser vinculados somente ao Estado, uma vez que eles existem e são construídos e desconstruídos nas mais diversas escalas espaciais e temporais, de uma rua para o estado, por exemplo, podendo durar séculos, meses ou até mesmo dias e ainda ter um caráter permanente ou cíclico. Sendo assim, na visão de Souza (1995, p. 78), o território trata-se de um “espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”, onde a questão primordial é quem domina ou influencia e como domina ou influencia esse espaço.

Assim como o poder não se circunscreve ao Estado nem se confunde com a violência e a dominação [...] da mesma forma o conceito de território deve abarcar infinitamente mais que o território do Estado-Nação. Todo espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder é um território, do quarteirão aterrorizado por uma gangue de jovens até o bloco constituído pelos países-membros da OTAN (SOUZA, 1995, p. 111).

Compreendo, assim, a partir do autor supracitado, que existem múltiplos territórios dentro do Estado-Nação que estão envoltos por relações de poder e estas podem ocorrer em diferentes escalas, fazendo com que um indivíduo ou mesmo um Estado sejam construtores de territórios.

No âmbito da Administração, estudos vêm sendo realizados com estes avanços. Assim, com a finalidade de deixar mais clara toda discussão realizada até aqui, apresento o estudo de Mendes e Cavedon (2015) sobre o território e as relações de poder construídas entre camelôs, poder público e comerciantes formais na cidade de Três Lagoas no Mato Grosso do Sul, em que os autores perceberam que houve a apropriação (material) e a dominação (simbólica) das calçadas para exercerem suas atividades.

os camelôs, ao se organizarem em locais fixos no centro da cidade, possibilitavam certo ordenamento das atividades realizadas, todavia, com o aumento das estruturas e barracas de camelôs, durante os anos após o surgimento deste mercado na cidade, novamente o caos começou a se implantar. Essa ordem instituída pelos camelôs no centro da cidade, com o posicionamento das barracas em locais fixos, acabou gerando o caos nos espaços apropriados, por serem espaços de trânsito (MENDES; CAVEDON, 2015, p. 20).

Para Mendes e Cavedon (2015) as relações de poder resultaram no caos, que

promoveu a necessidade de sustentação assim como de defesa dos aspectos imateriais que legitimavam a permanência dos camelôs no espaço dominado por eles. Assim, no ato de territorializar, é inevitável escapar dos atributos materiais e imateriais conjuntamente que, no decorrer do tempo, podem alterar, modificar, extinguir, ressignificar ou até mesmo constituir novos espaços, os quais serão palcos de conflitos e de manifestações de poder (MENDES; CAVEDON, 2015). Percebo, então, que o território é construído em diferentes escalas, o poder permeia as relações e ainda pode abranger aspectos materiais e imateriais.

Esclarecido o que foi debatido até o momento, darei prosseguimento à discussão. Outro autor que também trata sobre território e que também leva em consideração a questão do poder, é Marcos Aurélio Saquet. Do ponto de vista de Saquet (2013) território e espaço são indissociáveis, visto que o primeiro é resultado da dinâmica socioespacial. Além disso, o autor considera que os territórios são produzidos no espaço-tempo por meio do exercício do poder de um grupo ou classe social. Saquet (2007) argumenta que a construção do território constitui-se de movimento histórico e simultaneidades, em que há um movimento constante que se materializa na vida cotidiana e no território, o qual é centrado na intersecção entre os tempos histórico e multiescalar. Ainda, para o autor, no território há uma conjugação entre aspectos econômicos, políticos, culturais e naturais (E-P-C-N). Depreendo, desta maneira, que a visão de Saquet vai além, visto que ele considera estes quatro elementos constituintes do território.

Porém, ao enxergar a constituição do território a partir das relações sociais marcadas pelo poder, vejo que Raffestin (1993) com a sua obra “Por uma geografia do poder”, é um importante autor que ajuda a entender melhor este processo e, principalmente, a compreender como ocorrem as práticas cotidianas no processo de territorialização dos trabalhadores dos semáforos. O autor trabalha com o território a partir de uma perspectiva relacional, visto que o território se constrói por meio das relações sociais, geralmente marcadas pelo poder e que se efetua no espaço.

Simultaneamente a essa discussão sobre poder, assim como Souza (2009), Raffestin (1993) faz uma reflexão crítica sobre as relações de poder centradas no Estado e para isso se baseia nas ideias de Michel Foucault. Nesse contexto, o território passa a ser comparado a produção, pois toda relação social é permeada pelo poder. Ao se basear em Michel Foucault, Raffestin (1993) considera que o poder está presente nas relações sociais. Nesse sentido, é preciso:

não tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo

de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras, mas ter bem presente que o poder - desde que não seja considerado de muito longe - não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e o detém exclusivamente e aqueles que não o possuem e lhe são submetidos. O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder, e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles (FOUCAULT, 1989, p. 183).

Visto que o poder é produção, ele se transmite entre as pessoas a partir das relações. Desse modo, percebo estes argumentos quando Raffestin (1993) diz que o Estado, as grandes ou pequenas organizações, ou até mesmo um indivíduo que constrói sua casa, são atores que produzem territórios. Embora com o Estado tal construção seja mais explícita, o autor pondera que em momentos diferentes e em lugares variados, todos somos atores que produzem territórios. Por isso, segundo Foucault (1989, p. 183), “o indivíduo é o efeito do poder e, simultaneamente, ou pelo próprio fato de ser um efeito, é seu centro de transmissão. O poder passa através do indivíduo que ele constituiu”. É possível observar que assim como Certeau (2014), Raffestin (1993) se baseia na ótica foucaultiana para apresentar as suas ideias.

Com base nisso, Raffestin (1993) defende que o espaço é anterior ao território, sendo que o território se forma a partir do espaço no momento em que um ator se apropria dele, seja de forma concreta ou abstrata. Desta forma, todo trabalho, energia e informação transformam o espaço em território, revelando que o poder permeia tais relações. Sendo assim, “o espaço é a ‘prisão original’, o território é a prisão que os homens constroem para si” (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Para Raffestin (1993) o espaço preexiste a qualquer ação, ou seja, trata-se de um elemento dado, como se fosse uma matéria-prima ou algo sem significação, o qual se tornará território somente a partir da ação de um sujeito. Por isso, ele acaba sendo um local de possibilidades que antecede qualquer conhecimento e/ou prática dos quais serão objetos no momento que um sujeito tenha a intenção de se apropriar daquele espaço. Assim sendo, segundo Raffestin (1993, p. 144), “o território se apoia no espaço, mas não é o espaço”, visto que se trata de uma produção a partir dele. Nesse ínterim, em virtude desta produção envolver relações, ela se inscreve em um campo de poder, assevera Raffestin (1993). Deste modo, a produção de uma representação do espaço já se trata de uma apropriação, como no caso de uma empresa, mesmo que este controle ainda permaneça nos limites do conhecimento, mas

que já demonstra as relações que serão estabelecidas no território. Assim, qualquer projeto que é realizado no espaço e que é expresso por meio de uma representação evidencia a imagem desejada de um território, ou seja, de um local de relações.

Aqui, abro um espaço para fazer uma aproximação entre o pensamento de Raffestin (1993) e Certeau (2014). Com a leitura de sua obra, percebo que este último traz em sua discussão o termo “representação” no momento em que fala sobre a cristianização dos indígenas pelos colonizadores espanhóis. Para o autor, por fora, parecia que aqueles se submetiam e se conformavam com o que era imposto pelos colonizadores, mas, na verdade eles metaforizavam a ordem dominante, fazendo das ações, rituais, “representações” ou leis outra coisa que não aquela que os colonizadores julgavam obter, ou seja, eles faziam uma bricolagem.

A presença e a circulação de uma representação (ensinada como o código da promoção socioeconômica por pregadores, por educadores ou por vulgarizadores) não indicam de modo algum o que ela é para seus usuários. É ainda necessário analisar sua manipulação pelos praticantes que não a fabricam. Só então é que se pode apreciar a diferença ou a semelhança entre a produção da imagem e a produção secundária que se esconde nos processos de sua utilização (CERTEAU, 2014, p. 39).

Raffestin (1993) salienta que a partir de uma representação, ou seja, de uma imagem desejada, o ator agirá (conhecimentos e práticas) para construir o território de acordo com seus objetivos. Ou seja, para que ocorra a apropriação existe a produção de uma representação. Certeau (2014), por sua vez, diz que as representações se tratam daquilo que é imposto pelo meio televisivo, por exemplo, e basta ao homem aceitar aquela representação ou não. Assim, observo que a representação em Raffestin (1993) também se encontra em Certeau (2014) e ambas influenciam nas práticas cotidianas dos sujeitos no território.

E agora continuo a discussão em Raffestin (1993). Este autor considera que todo projeto se apoia num conhecimento e numa prática, ou melhor, em ações e comportamentos que sugerem a posse de sistemas sêmicos, ou seja, códigos e símbolos. É preciso lembrar que os processos sociais são resultados das objetivações do espaço que são feitas por meio destes sistemas sêmicos. Assim, segundo Raffestin (1993, p. 144), é preciso “compreender que o espaço representado é uma relação e que suas propriedades são reveladas por meio de códigos e de sistemas sêmicos”, sendo que a representação só atinge no espaço aquilo que corresponde às suas utilidades, ou seja, aos seus interesses e estratégias. Portanto, para o autor, a representação tem o propósito de compor o cenário e a organização visa ser o espetáculo da

tomada original do poder.

Com base nesta linha de pensamento, ao considerar que o poder circula entre as pessoas, isto é, que existe uma produção, Raffestin (1993) faz uma distinção entre Poder e poder. O Poder, com letra maiúscula, se manifesta por meio dos aparelhos institucionais, do Estado. Já o poder, com letra minúscula, é aquele presente em cada relação, que se esconde em todos os lugares por trás do Poder do Estado. Sendo assim, este “é invisível e, por conseguinte, mais perigoso” (CANDIOTTO; SANTOS, 2009, p. 317).

Logo, a fim de explicitar como ocorre a territorialização, Raffestin (1993) apresenta de modo bem simples os objetivos intencionais de um único sujeito situado em um ponto do espaço, em que ele irá representar o espaço para si. Trata-se, portanto, de uma percepção egocêntrica da representação, partindo do “eu” para o “não eu”, ou seja, da interioridade para a exterioridade e, assim, acaba por ressignificar aquele espaço. Segundo o autor, a representação se caracteriza como egocêntrica, pois ela é definida de acordo com os objetivos de um ator, o qual comunica suas intenções por meio de sistemas sêmicos. Portanto, percebe-se que existe uma relação social e, assim, “o espaço representado não é mais o espaço, mas a imagem do espaço, ou melhor, do território visto e/ou vivido. É, em suma, o espaço que se tornou o território de um ator, desde que tomado numa relação social de comunicação” (RAFFESTIN, 1993, p. 147).

A partir das relações sociais de comunicação é que surgem os sistemas territoriais e por meio de uma representação original o ator pode decidir construir diversos tipos de tessituras e, posteriormente, articular todos ou somente alguns pontos em redes, afirma Raffestin (1993). Isso mostra que as imagens territoriais e os objetivos dos atores serão diversos, implicando numa relação de poder. Por conta disso existirão conflitos, uma vez que a representação parte da perspectiva de um ator.

Mas, o que é o sistema territorial? Raffestin (1993) argumenta que ele constitui-se de elementos do espaço juntamente com os sistemas de objetivos e de ações, conhecimentos e práticas, sejam eles econômicos, políticos, sociais ou culturais. Com isso, “a partir de uma representação, os atores vão proceder à repartição das superfícies, à implantação de nós e à construção de redes” (RAFFESTIN, 1993, p. 150), denominada de “essencial visível” das práticas espaciais, ou seja, trata-se das ações realizadas pelos sujeitos. Segundo Raffestin (1993) mesmo não sendo discernível, isto é, observável, o sistema territorial possui uma existência com a qual é preciso levar em consideração, visto que interfere nas estratégias dos indivíduos. Entretanto, no que diz respeito ao território concreto, tais atos são observáveis. O autor ainda coloca que toda prática realizada no espaço é induzida por um sistema de ações ou

de comportamentos e pode ser considerada uma produção territorial, sucedendo, assim, em tessitura, nó e rede, pois, “nenhuma sociedade, por mais elementar que seja, escapa à necessidade de organizar o campo operatório de sua ação” (RAFFESTIN, 1993, p. 150). Em razão de ser organizado hierarquicamente, o sistema permite que se assegure o controle de tudo aquilo que pode ser distribuído, alocado ou possuído pelos indivíduos, garantindo, assim, a ordem. Nesse sentido, segundo Raffestin (1993, p. 151), “tessituras, nós e redes podem ser muito diferentes de uma sociedade para outra, mas estão sempre presentes [...] em todas as práticas espaciais”, o que mostra que ele é universal.

E o que seria cada um destes elementos? A tessitura, para Raffestin (1993), diz respeito a limite, que, de forma explícita ou implícita, demonstra como um grupo se relaciona numa porção do espaço. Os nós, por sua vez, significam onde os atores se localizam, ou melhor, a posição dos atores, aqueles que podem ajudar ou não, ou que tem acesso ou não a determinados recursos (RAFFESTIN, 1993). E as redes, segundo Raffestin (1993, p. 156), tratam-se de “um sistema de linhas que desenham tramas”, podendo ser abstratas ou concretas, que deveriam assegurar a comunicação, porém, muitas vezes, asseguram apenas aquilo que é de seu interesse ou de interesse de seu grupo.

Assim, segundo Raffestin (1993), o sistema territorial pode ser considerado tanto um meio quanto um fim das combinações estratégicas, que possui energia e informação por meio de códigos, ou seja, aqueles sistemas sêmicos que mencionei anteriormente. Dessa forma, como objetivo, o sistema territorial pode ser compreendido a partir das combinações estratégicas que são realizadas pelos atores e, como meio, ele pode ser entendido a partir dos ganhos e dos custos que são gerados para os atores. Além disso, o sistema territorial se trata de um produto e meio de produção, o que leva a discutir sobre a territorialidade.

Desse modo, o ato de territorializar é compreendido por Raffestin (1993) como um processo que ocorre a partir de um jogo de sinais e códigos, no sistema territorial, e tem como desfecho a territorialidade. Para o autor, esta é dinâmica, pois indivíduo, relações e exterioridade (que constituem a territorialidade) são propensos de variações no tempo. Segundo Raffestin (1993, p. 158) “a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do vivido territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral”. Além disso, ela envolve relações resultantes de três dimensões - sociedade, espaço, tempo - que além de ser multidimensional, sofrem as variações do tempo, conforme esclarece Raffestin (1993). Assim, os homens vivem o processo territorial e o produto territorial resultantes do sistema territorial, sendo impossível viver uma relação que não seja marcada pelo poder.

Nas palavras de Raffestin (1993, p. 160) “a territorialidade pode ser definida como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaco-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema”. O autor ainda diz que a territorialidade se constitui de relações que podem ser tanto simétricas ou dissimétricas, ou seja, os ganhos para os atores podem ser equilibrados ou não. Assim, conforme afirma Raffestin (1993), a territorialidade não pode ser concebida apenas como uma ligação com o espaço, mas deve ser sempre pensada como uma relação entre os sujeitos e o tempo.

A própria estrutura tessituras, nós e redes pode criar vizinhanças e acessos, porém ela também pode resultar em disjunções e distanciamentos para os indivíduos. Isto porque, ela “se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais; ela é consubstancial a todas as relações e seria possível dizer que, de certa forma, é a ‘face vivida’ e a ‘face agida’ do poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 162). Assim, com base neste autor, entendo que a territorialidade diz respeito a tudo aquilo que é vivido no território, incluindo as relações, e ocorre em diversas escalas em dado território. De modo a complementar e compreender a discussão, Saquet (2013) argumenta que as territorialidades são resultados, condicionantes e caracterizadoras da territorialização e também do território.

A territorialidade acontece em todas as relações sociais cotidianas, seja no trabalho, na família, na rua, no trem, de maneira múltipla e híbrida (SAQUET, 2009). Dessa forma, a territorialidade se trata de um fenômeno social que envolve indivíduos, em que estes podem pertencer a um mesmo grupo social ou não. Além disso, segundo o autor, as territorialidades se caracterizam pelas continuidades e descontinuidades no tempo e no espaço. E, assim, estão ligadas diretamente a cada lugar, em que “elas dão lhe identidade e são influenciadas pelas condições históricas e geográficas de cada lugar” (SAQUET, 2009, p. 88).

Entretanto, a territorialidade não se apresenta de uma única forma. Saquet (2009) alega que o indivíduo vive diferentes temporalidades e territorialidades, num processo constante de desterritorialização e reterritorialização o que acaba por gerar sempre novas territorialidades e novos territórios que possuem características dos velhos territórios e territorialidades.

Haesbaert (2011), por sua vez, diz que vivemos uma multiterritorialidade, visto que estamos passando constantemente de um território para outro. Assim como toda relação social implica uma interação territorial, ela também resulta em um entrecruzamento de diferentes territórios. Dessa forma, a multiterritorialidade,

[...] implica assim a possibilidade de acessar ou conectar diversos territórios,

o que pode se dar tanto através de uma ‘mobilidade concreta’, no sentido de um deslocamento físico, quanto ‘virtual’, no sentido de acionar diferentes territorialidades mesmo sem deslocamento físico, como nas novas experiências espaço-temporais proporcionadas através do ciberespaço (HAESBAERT, 2011, p. 343-344).

Assim, o autor considera a desterritorialização, isto é, a destruição do território como um mito, uma vez que o indivíduo, ao longo de sua vida, transita por diferentes territórios. Daí, a multiterritorialidade passa a ser defendida por este autor. Aqui, posso fazer uma conexão com os argumentos de Raffestin (1993) a respeito de uma visão relacional do território, tendo em vista que ele é construído por diferentes grupos e em escalas distintas.

Para elucidar o processo de territorialização e a territorialidade, apresento o estudo de Palacios (2016), onde foi observado que um dos vendedores estudados não deixa ninguém trabalhar na “sua” esquina, seja vendendo ou realizando outras atividades. Sempre que alguém tentou compartilhar o espaço com ele, foi deixado claro que não há espaço para outra pessoa e conseguiu se livrar dela. Segundo Palacios (2016) os vendedores de rua fizeram assim a própria rua: aqueles que vendem em um ponto estabelecido reconhecem seus limites, ou seja, a parte que lhes pertence.

A partir de tudo que foi discutido até aqui, vejo a necessidade de fazer um entrelaçamento entre as ideias de Michel de Certeau e Claude Raffestin, até para deixar clara a minha escolha por este último. Reforço que neste estudo o meu foco é nas práticas cotidianas que ocorrem no processo de territorialização dos trabalhadores dos semáforos. Desta forma, nesta pesquisa discuto as práticas dos sujeitos (CERTEAU, 2014) que ocorrem no sistema territorial (RAFFESTIN, 1993) e que ocasionam os processos de territorialização dos trabalhadores dos semáforos e, conseqüentemente, a territorialidade. O próprio Certeau (2014) diz que as maneiras de fazer, oriundas das práticas cotidianas, permitem a apropriação do espaço organizado. Assim, é por meio das ações dos sujeitos, seja na condição de tática, estratégia ou conveniência, que esse processo acontece.

Outro ponto que também merece destaque é quando Certeau (2014) utiliza o “próprio”, em que aqueles sujeitos que possuem mais poder numa relação, determinam as regras de acordo com seus interesses e, dessa forma, têm um maior domínio no sistema territorial (RAFFESTIN, 1993). Diante deste cenário, entendo que o processo de territorialização acontece por meio das práticas dos indivíduos e a partir de uma representação que, por sua vez, construirá tessituras, nós e redes. E quando o sujeito atua no processo de territorialização, ele está realizando uma prática cotidiana.

Assim, os usuários do espaço não são passivos, mas eles produzem seus próprios

espaços e significados, apropriando-se não apenas das características físicas, mas também das representações criadas por aqueles que têm legitimidade para construir e produzir narrativas públicas, sendo que a ênfase é estabelecida nas inúmeras práticas diárias que permitem que os indivíduos reajustem o espaço organizado por técnicas de produção sociocultural (PEREIRA, 2015). Deste modo, percebo que existe uma confluência entre as práticas cotidianas e os processos de territorialização, ou seja, entre as ideias de Michel de Certeau e Claude Raffestin.

Pensando nisso, buscarei compreender como ocorre a territorialização dos trabalhadores dos semáforos a partir de suas práticas cotidianas. Para isso, é importante conhecer o histórico do trabalho informal, suas facetas no Brasil e no mundo e o que leva os sujeitos a trabalharem nele.

3 O TRABALHO INFORMAL

Neste capítulo, faço uma discussão a respeito do trabalho informal, buscando fazer um paralelo com as primeiras discussões sobre tal assunto e como ele vem se mostrando no cenário atual. A partir destas discussões, o meu intuito é evidenciar o trabalho realizado informalmente nas ruas. Em outras palavras, meu objetivo é direcionar a discussão ao trabalho exercido pelas pessoas nos semáforos, sejam malabaristas, panfleteiros, vendedores ambulantes, pedintes, dentre outros.

Vejo que o trabalho informal tem muito a ser discutido, principalmente no campo da Administração, uma vez que há pouco incentivo de “estudos críticos que ferem a lógica capitalista de produtivismo exacerbado para a obtenção imediata de lucro, na qual se sobressai socialmente aquele que acumula maior renda” (LIMA; COSTA, 2016, p. 132). Dessa forma, faz-se necessário ir além da visão da Administração *for business*.

Trazendo para o meu estudo e articulando a discussão sobre trabalho informal com a temática do cotidiano e da territorialização, observo que os trabalhadores dos semáforos, para realizarem suas atividades diárias, partem de uma representação que, posteriormente, influencia diretamente em suas práticas cotidianas e no processo de territorialização.

Então, a partir de agora, discorro sobre o trabalho informal, uma vez que se refere ao tipo de trabalho que os sujeitos de pesquisa estão inseridos.

3.1 CONSIDERAÇÕES ACERCA DO TRABALHO INFORMAL

O trabalho informal tem sido uma alternativa bastante comum em diversas partes do mundo e ao longo do tempo ele tem tido diversas alterações. Segundo Cacciamali (2000) ele pode significar diversos fenômenos, tais como evasão e sonegação fiscais, terceirização, microempresas, comércio de rua, trabalho ambulante, contratação ilegal de trabalhadores assalariados nativos ou migrantes, trabalho temporário, trabalho em domicílio, dentre outros. Contudo, um traço comum observado nessas atividades, conforme reforça a autora, é que elas desconsideram as regras expressas em lei.

Mas, a atividade informal é algo recente? Ao contrário do que possa parecer, o trabalho informal é um fenômeno relativamente antigo, o qual se inicia juntamente com a

Revolução Industrial. Segundo Singer (2000), em “O Capital”, Marx denomina esta condição de trabalho de “diversas formas de existência da população relativamente excedente”, em que os trabalhadores informais são entendidos como a população que excede momentaneamente as necessidades do capital, isto é, a procura por mão de obra das empresas, o que não quer dizer que seja desnecessária à economia.

Singer (2000) salienta que Marx dividiu esta população excedente em três categorias: líquida, latente e estagnada. A primeira seria uma reserva móvel de trabalho, que está sempre disponível às empresas para quando estas necessitarem expandir rapidamente o seu número de empregados. A segunda parte da população excedente seria formada por moradores do campo em vias de serem expulsos da agricultura, esperando somente por uma conjuntura favorável para se dirigirem às cidades em busca de trabalho. A terceira categoria da população relativamente excedente, que aqui é a parte que me interessa, seria formada por parte do exército ativo de trabalhadores, mas com ocupação inteiramente irregular. Ela proporciona, assim, ao capital um reservatório inesgotável de força de trabalho que está disponível. Caracteriza-se por um período máximo de tempo de trabalho e mínimo de remuneração. Assim, o que se conhece hoje como trabalho informal equivale-se ao segmento estagnado da população excedente que Marx mencionava.

Já o termo “setor informal” foi utilizado tardiamente. Cacciamali (1983) argumenta que a OIT lançou em 1969 o Programa Mundial de Emprego (PME) o qual continha entre seus principais objetivos, propor estudos sobre as estratégias de desenvolvimento econômico com foco na criação de empregos, ao invés do crescimento rápido de produtos. E como resultado, este programa empreendeu um conjunto de missões e convênios internacionais em diversos países que visavam analisar as questões de emprego e renda. Krein e Proni (2010, p. 9) alegam que,

o que norteava tais estudos era o entendimento, bastante difundido na época pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal), de que o crescimento econômico não vinha sendo suficiente, nos países economicamente atrasados ou subdesenvolvidos de um modo geral, para universalizar as relações de assalariamento e estruturar um mercado de trabalho homogêneo, que pudesse propiciar remunerações adequadas para melhorar as condições sociais das camadas populacionais que continuavam vivendo em condições de pobreza absoluta e marginalidade social.

O termo “setor informal” caracteriza-se por atividades financeiras desprovidas de registros. De acordo com Filgueiras, Druck e Amaral (2004) ele foi denominado pela OIT e discutido pela primeira vez no início da década de 1970, no âmbito do Programa Mundial de

Emprego, resultado de um estudo sobre a estrutura produtiva, emprego e renda do Quênia, África. Segundo Cacciamali (1983) tal relatório foi um marco importante para a discussão do conceito de “setor informal”, visto que detalhava com maior precisão as condições que caracterizariam as atividades e os trabalhadores informais, e serviu como padrão de referência em estudos posteriores realizados pela OIT.

Vale ressaltar que este estudo foi realizado por Keith Hart em um artigo seminal em 1971, com foco no subproletariado urbano, mas foi publicado somente em 1973. Neste estudo foi constatado que o setor informal,

é consequência do excedente da mão-de-obra resultante do elevado crescimento demográfico, que produziu um processo de migração de indivíduos das zonas rurais para as cidades, havendo, assim, um aumento da força de trabalho urbana desproporcional à capacidade de absorção dos segmentos modernos – associados ao processo de industrialização ocorrido no pós-guerra nos países em desenvolvimento (FILGUEIRAS; DRUCK; AMARAL, 2004, p. 213).

Como também, no estudo desenvolvido por Hart (1973), foi comprovada a inflação dos preços, os salários inadequados e um excedente crescente para as exigências do mercado de trabalho urbano. Diante desse cenário, a indústria urbana não foi capaz de oferecer empregos suficientes e bem remunerados a todas as pessoas, levando “parcela expressiva destes migrantes a constituir um excedente de mão de obra, que foi obrigado a ‘inventar’ seu próprio trabalho – principalmente no comércio e no setor de serviços – como meio de sobrevivência” (JAKOBSEN, 2000, p. 14). Segundo este autor, o êxodo rural compôs mais de 35 milhões de pessoas entre os anos de 1950 e 1980, na América Latina e no Caribe.

O setor informal era visto como uma alternativa de sobrevivência, tendo em vista o aumento demográfico e as constantes migrações do campo para os centros urbanos, uma vez que atendia a população que não estava absorvida pelo setor formal da economia na época do amplo desenvolvimento industrial ocorrido na segunda metade do século passado (DURÃES, 2006).

Com base nisso, de acordo com Andrade (2014), o conceito desenvolvido pela OIT adotava uma visão dualista, ao passo que a existência do setor informal era tida como um indício do processo de desenvolvimento capitalista não completado, isto é, funcionava à parte do setor formal. Nesta perspectiva, este último é que determina o emprego e a renda da economia, enquanto o primeiro serve apenas como um espaço de ajuste em relação aos que não são utilizados pela produção capitalista. Assim sendo, tal perspectiva dualista relaciona a

informalidade à pobreza e ao subdesenvolvimento, indicando que o setor se refere a uma opção de trabalho aos trabalhadores desqualificados que buscavam inserir-se economicamente no mercado formal, afirma Andrade (2014).

Só que segundo Krein e Proni (2010, p. 9), “acreditava-se que o setor informal tenderia a desaparecer à medida que o setor moderno se expandisse e se tornasse economicamente viável a formalização de algumas atividades informais”. Apesar desse pressuposto, o setor informal não foi um fenômeno transitório como se esperava, mas ao longo das décadas foi tomando grandes proporções, que o torna visível na sociedade.

O resultado de inúmeros estudos realizados no âmbito do programa da OIT (1972) pontuaram um conjunto de características que compõem o setor informal, a saber: (a) facilidade de entrada; (b) origem e aporte próprio dos recursos; (c) propriedade familiar do empreendimento; (d) pequena escala de produção; (e) uso intensivo do fator trabalho e de tecnologia adaptada; (f) qualificações adquiridas fora do sistema escolar formal; e (g) participação em mercados competitivos e não regulamentados.

Corroborando a conceituação da OIT, conforme afirma Durães (2006), passou-se a caracterizar o setor informal urbano como “unidade econômica”, uma vez que se caracterizava por ocorrer em pequena escala, ter reduzido emprego de técnicas, utilizar o trabalho familiar e devido à quase inexistente separação entre capital e trabalho. Além disso, segundo a autora, tais unidades também se caracterizam pela baixa capacidade de acumulação de capital, pelas unidades produtivas serem pouco organizadas e pelo fato de oferecerem empregos instáveis, desprovidos de proteção social e rendas baixas. No entanto, essa denominação da OIT “possibilita outra perspectiva à relação que concebia os trabalhadores informais como obstáculos ao desenvolvimento de determinado país – forças do *atraso* impedindo o *moderno*, onde o setor informal representava um entrave para o progresso” (DURÃES, 2006, p. 18).

Logo, surgiram outras perspectivas que objetivavam romper com a visão dualista tida até então. De acordo com Durães (2006), a partir da década de 1980 passou-se a utilizar outra concepção de informalidade nos países centrais, dizendo respeito às atividades e práticas econômicas ilegais e/ou ilícitas no que concerne às normas e regras instituídas pelo Estado. Nesse sentido, o setor informal passou a se identificar com a economia subterrânea⁴ ou não

⁴ Segundo Krein e Proni (2010) a economia subterrânea se caracteriza como sinônimo de ilegalidade, sendo que o motivo para agir na informalidade seria o não pagamento de impostos federais ou municipais e o não cumprimento da legislação trabalhista.

registrada, e também com a economia submersa. Assim, seu conceito passou a ser visto à luz de um critério jurídico.

De igual modo, segundo Durães (2006), desde a década de 1980 verificou-se que nos países centrais houve a intensificação da economia submersa e nos países periféricos, por sua vez, houve o surgimento da “nova informalidade”, resultado da reestruturação produtiva, da retração dos postos de trabalho formais e da entrada na informalidade de trabalhadores advindos do setor formal, que até então era protegido e seguro. Desta forma, muito desse processo, certamente, é resultado de um fenômeno estrutural e de dimensões globais, ou seja, o desemprego estrutural.

Entretanto, em 2002, na 90ª Conferência Internacional do Trabalho, adotou-se uma abordagem mais ampla, em que a importância social e política daquelas atividades foi reconhecida. Nesse sentido, a principal novidade foi a mudança conceitual, onde passou-se a utilizar o termo economia informal com o intuito de englobar toda diversidade e dinamismo encontrados neste universo complexo e heterogêneo. Ou seja, ao contrário de dois setores distintos, salientou-se que há distintos graus de formalização na estrutura econômica dos países, podendo variar da absoluta informalidade à total formalidade (KREIN; PRONI, 2010).

Segundo os autores supracitados, esse novo conceito passou a incluir as seguintes categorias: a) trabalhadores independentes típicos (como microempresa familiar, trabalhador em cooperativa, trabalhador autônomo em domicílio); b) falsos autônomos (como trabalhador terceirizado subcontratado, trabalho em domicílio, trabalhador em falsa cooperativa, falsos voluntários do terceiro setor); c) trabalhadores dependentes flexíveis e/ou atípicos (como assalariados de microempresas, trabalhador em tempo parcial, emprego temporário ou por tempo determinado, trabalhador doméstico, teletrabalhadores); d) microempregadores; e) produtores para o autoconsumo; e f) trabalhadores voluntários do terceiro setor e da economia solidária.

Ademais, no debate contemporâneo, Cacciamali (2000) propôs a utilização de outro conceito para discutir este fenômeno, visto que o “setor informal” se tornou muito estreito para ser discutido nos países latino americanos. Trata-se, portanto, do processo de informalidade. Este remete às mudanças estruturais na sociedade e na economia, implicando na redefinição das relações de produção, das formas de inserção dos trabalhadores na produção, assim como nos processos de trabalho, que culminam em formas de trabalho assalariado não registrado junto aos órgãos da seguridade, como cooperativas de trabalho, empreiteiras de mão de obra, agências de trabalho temporário, locadoras de mão de obra, prestação de serviços temporários sob a forma de trabalho autônomo, etc. Apresentam,

entretanto, como traços comuns deste aspecto, a vulnerabilidade na relação de trabalho e menores salários.

Em consonância com o parágrafo anterior, Cacciamali (2000) ainda cita que o autoemprego e outras estratégias de sobrevivência empreendidas pelas pessoas que, seja por dificuldade em se reinserir no mercado de trabalho formal ou por opção, obtêm renda a partir de formas de trabalho por conta própria ou em microempresas, são também aspectos que caracterizam o processo de informalidade. Assim, para Cacciamali (2000, p. 174), o processo de informalidade “pode constituir-se em um instrumento relevante para analisar as mudanças nas relações de produção e nas formas de inserção do trabalho no capitalismo contemporâneo”.

Em suma, conforme assevera Pamplona (2013), o “setor informal” enfatiza a natureza do processo produtivo, a natureza da empresa, da unidade produtiva, da baixa produtividade e também da pobreza; a “economia informal”, por sua vez, enfatiza o problema da ocupação, da baixa qualidade do emprego e da ausência de proteção social; e o “processo de informalidade” foca na questão das mudanças estruturais da economia e da sociedade, que acabam criando e recriando formas do informal, limitando as possibilidades de regulação da atividade econômica por parte do Estado e, assim, estimulando a não aceitação desta regulação pelos agentes produtivos.

Nesse contexto, Ferreira (2007) apresenta uma “nova informalidade” a partir de dois enfoques. O primeiro deles é denominado pela autora como *estratégia de sobrevivência*. Aqui o trabalho informal decorre do desemprego, culminando no surgimento de condições precárias de trabalho. Neste caso, a informalidade resulta da mudança estrutural no mundo do trabalho, uma vez que a inserção de novas tecnologias no modo de produção contemporâneo gera desemprego e, assim, exclui um contingente de mão de obra disponível no mercado. O outro enfoque é denominado como *alternativa de vida*. Neste caso, os trabalhadores optam pela informalidade de modo racional, ou seja, tendo consciência e planejamento. Comumente os trabalhadores escolhem a informalidade pela flexibilidade da jornada de trabalho, inexistência de chefia e até mesmo por possibilidade de ascensão social.

Pamplona (2013) corrobora tais argumentos, ao afirmar que os trabalhadores que estão inseridos no setor informal não são necessariamente pobres, embora a maioria possa ser, visto que a informalidade pode ser tanto “espaço de sobrevivência” quanto de “ascensão social”, demonstrando que ela possui uma imensa heterogeneidade. Além disso, existem grandes diferenças de renda, de perfil ocupacional e de condições de trabalho. Assim, para o autor, há trabalhadores no setor informal tanto por escolha quanto por falta de opção.

Estar inserido no trabalho informal, não significa uma chance de sobrevivência, mas também pode tratar-se de uma escolha por parte das pessoas. Nas palavras de Oliveira (2015), a informalidade pode ser vista como uma possibilidade de renda e de produtividade para determinados trabalhadores. A informalidade analisada como alternativa de vida se confirma na escolha de muitos brasileiros que saem do mercado formal de forma voluntária, tendo como expectativa desenvolver um trabalho que lhes garanta autonomia em suas decisões e maiores possibilidades de renda. Dessa forma, segundo a autora, estar no setor informal não indica necessariamente pobreza ou miséria, porém pode indicar uma busca pela autonomia profissional.

Entretanto, esses trabalhadores informais não são reconhecidos pelas agências governamentais, são mensurados nas estatísticas oficiais de maneira imprecisa, não estão protegidos pela legislação trabalhista e se beneficiam da seguridade social de forma limitada, o que faz com que eles fiquem impossibilitados de desfrutar dos direitos sociais que alicerçam a cidadania (KREIN; PRONI, 2010).

A partir dessa discussão, percebo que assim como o conceito é bastante heterogêneo, as próprias atividades informais também são, uma vez que, conforme foi descrito no início do capítulo, existem diversas maneiras pelas quais o trabalho informal pode se apresentar. Segundo Krein e Proni (2010) a informalidade pode abranger diversos fenômenos, tais como contratação ilegal de trabalhadores sem registro na carteira de trabalho, contrato atípico de trabalho, falsa cooperativa de trabalho, trabalho em domicílio, autônomo sem inscrição na previdência social, evasão fiscal das microempresas, comércio ambulante e economia subterrânea. Ademais, para Martínez, Short e Estrada (2017, p. 34), no setor informal “três setores de trabalho distintos podem ser identificados: o emprego informal no setor informal, o emprego informal no setor formal e o emprego informal nos arranjos domésticos”, o que contribui para a pluralidade mencionada.

Nesta pesquisa, considero trabalhador informal aquele que não está protegido pela regulamentação do trabalho e pela seguridade social, resultando em sua precarização. Além disso, assumo o entendimento do processo de informalidade, em sua complexidade, visto que o sujeito trabalha informalmente em razão do desemprego ou por escolha na busca por sua sobrevivência.

Entretanto, percebo que o trabalho informal não é um processo que ocorre de maneira única, sendo que cada país, com suas próprias características, vivencia esta realidade de maneira distinta. Então, aqui surge o seguinte questionamento: e no Brasil, como tem sido este processo? No próximo tópico apresento a informalidade no cenário brasileiro.

3.1.1 A formação do mercado de trabalho no Brasil e a informalidade

O mundo do trabalho tem passado por grandes transformações e isso não é diferente no que diz respeito ao cenário brasileiro. Para tanto, a fim de compreender os processos históricos que contribuíram para tais mudanças, como o trabalho precário, a terceirização, o trabalho temporário, o trabalho informal e o desemprego, é necessário retomar alguns momentos históricos. Nesse sentido, destaca-se a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, a industrialização, a regulação das relações, a globalização (SANTOS, 2015), assim como as recentes crises econômicas e a reforma trabalhista.

Conforme Theodoro (2005) o mercado de trabalho no Brasil teve início no século XIX, no qual a economia baseava-se na escravidão. Foi um período marcado por profundas transformações, isso porque o país foi colônia até 1808, império de 1808 até 1889, e a partir de então tornou-se uma República. Por este motivo, tratou-se de um século marcado por transformações políticas e sociais que tiveram grande importância para a história do país. Durante todo aquele período, a economia brasileira continuava organizada em torno da produção de insumos para o mercado europeu, tais como café, açúcar e algodão. Assim, até a década de 1850 não existiam outras formas de organização desta produção além da utilização do trabalho escravo.

Contudo, para Theodoro (2005), o fim da escravidão, em 1888, desencadeou a existência de um grande contingente de “livres e libertos”, fora do binômio senhor-escravo, os quais não encontravam outras atividades além do trabalho ocasional e de subsistência. Além disso, segundo o autor, o Brasil possuía 3 milhões de habitantes no início do século XIX, dos quais 1,6 milhão eram escravos, 400 mil negros e mulatos libertos e 1 milhão de brancos, o que demonstra que os escravos representavam mais de 50% da população. Naquela época era perceptível um processo de exclusão.

Exploração do tipo compulsório, de um lado, e massa marginalizada, de outro, constituem amplo processo decorrente do empreendimento colonial-escravocrata, que iria se reproduzir até épocas tardias do século XIX. Sistema duplamente excludente, pois a um só tempo cria a senzala e gera um crescente número de livres e libertos, que se transforma nos desclassificados da sociedade (KOWARICK, 1994, p. 58).

Observo, assim, um período de transição no mercado de trabalho, decorrente da substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre. Segundo Ribeiro (2017) os ex-escravos

então se tornariam trabalhadores assalariados que, junto com os demais trabalhadores nacionais livres, formariam um grupo de trabalhadores sem oportunidade de trabalho. Assim, com a abolição da escravidão e o conseqüente movimento de imigração que se ocupa da produção de café, conforme Theodoro (2005), uma parte crescente da população libertada, até então escrava, acaba se juntando ao grupo de homens livres e libertos, dos quais a maioria se dedicava à economia de subsistência, principalmente em pequenos serviços urbanos. Desse modo, observa-se o nascimento do mercado de trabalho, o qual foi acompanhado da entrada significativa de uma população trabalhadora no setor de subsistência e em atividades mal remuneradas. Este processo, por sua vez, vai dar origem ao que, algumas décadas mais tarde, se denominará “setor informal”.

Ademais, na transição para o mercado livre, é evidente a ação do Estado. Segundo Theodoro (2005, p. 104), por exemplo, desde a abolição da escravidão até 1920 “a ação do Estado no Brasil foi decisiva tanto em face do desenvolvimento geral da história econômica do país quanto, mais especificamente, para a história da conformação de seu mercado de trabalho”. Como também, o autor ressalta que o mercado de trabalho no Brasil foi moldado por meio de uma política de imigração que era favorecida por taxações e subvenções, em detrimento da mão de obra nacional. Portanto, conforme relata o autor, o mercado de trabalho surgiu em um ambiente de exclusão para com uma parte significativa da força de trabalho e o Estado, por sua vez, criou condições para que fosse consolidada a existência de um excedente estrutural de trabalhadores. Em suma, com o fim da escravidão a imigração foi incentivada, no sentido de buscar mão de obra qualificada.

Mas é a crise de 1929 que contribui para o encerramento da fase de exportações. Neste período, segundo Schiffer (2004), a indústria aparece na economia nacional como alternativa à crise do café, estando vinculada à produção agrária, visto que a maior parte do capital investido vinha dos latifundiários e comerciantes atacadistas de café. Assim, no que tange ao mercado de trabalho no processo de industrialização no Brasil, segundo Theodoro (2005), entre 1920 e 1930 a ação estatal assume uma posição fortemente intervencionista, em que o Estado passa a ter um papel fundamental na atividade empresarial privada, estabelecendo políticas de proteção e de estímulo a estas atividades, estabelecendo diretrizes gerais em setores estratégicos como melhoria das comunicações e do transporte, e a construção de grandes rotas inter-regionais que passam a permitir a interligação das regiões do país. Da mesma forma, Pochmann (2015) coloca que a participação do estado foi essencial como um sócio estratégico no processo histórico de acumulação de capital, visto que sem tal

intervenção, a industrialização no Brasil dificilmente teria avançado, da mesma forma que se verificou entre as décadas de 1930 e 1970.

Além disso, Ribeiro (2017) coloca que a industrialização resultou na imigração do campo para a cidade e apesar da absorção de trabalhadores pelo mercado interno e do emprego assalariado ter avançado, o mercado de trabalho não conseguiria absorver toda a força de trabalho urbana nas grandes cidades, a qual se constituía por um grande contingente de trabalhadores oriundos do meio rural. Nesse contexto, para que esta parcela de trabalhadores não fosse convertida em desemprego, os trabalhadores passaram, então, a ocupar postos de trabalhos informais. Embora eles tinham o intuito de alcançar o mesmo nível de proteção social e trabalhista que os trabalhadores formais, “prevaleceu, na maioria das vezes, a desproteção, quando não a marginalização social, sinal inequívoco da condição de últimos cidadãos brasileiros” (POCHMANN, 2012, p. 25).

Segundo Theodoro (2005) os anos de 1930 marcaram o início da regulamentação do trabalho e do mercado de trabalho no Brasil de maneira mais efetiva. Dentre as várias iniciativas, a legislação da Era Vargas (CLT) instituiu a garantia de férias pagas, aposentadoria e assistência médica, assim como a criação de sindicatos e tribunais específicos para as questões trabalhistas. Todavia, segundo o autor, seu objetivo era constituir uma força de trabalho estável e disponível ao capital, assegurando o processo de industrialização do país. Desta maneira, na medida em que os informais mantiveram-se fora deste processo, deixou-se de oferecer medidas de proteção efetiva a estes trabalhadores.

Deste modo, segundo Theodoro (2005), o período que se estende de 1930 a 1980 apresenta características que ajudam na compreensão da evolução do mercado de trabalho. Em primeiro lugar, vale ressaltar que ocorreu uma forte concentração da população nas cidades, pois em 1940 dois terços da população brasileira viviam nas zonas rurais e um terço nas cidades. Essa situação se inverte a partir de 1980, onde dois terços da população moravam em regiões urbanas, e um terço da população morava na zona rural. Como resultado, ocorreu a proliferação de favelas, as quais eram habitadas por uma população que desenvolvia atividades precárias, principalmente no pequeno comércio e na prestação de pequenos serviços. Tratavam-se de atividades que se desenvolviam nas cidades (como o comércio ambulante, os serviços pessoais, o trabalho doméstico, os serviços de reparação e de renovação de imóveis) e que passavam a absorver um contingente significativo da força de trabalho urbana. De acordo com Pochmann (2012), a partir da década de 1980 o país passa a enfrentar uma fase de baixo dinamismo em suas atividades produtivas, o que desencadeou em maior incapacidade de expandir o emprego paralelo ao aumento da população

economicamente ativa. Tal situação desencadeou um excedente de mão de obra, o surgimento de ocupações precárias, assim como a ampliação da concentração de renda e riqueza, incorrendo na expansão do trabalho barato de prestação de serviços a famílias.

De um modo geral, Theodoro (2005) afirma que os anos de 1980 podem ser considerados como marcados por uma crise econômica iniciada nos anos 70, com o aumento da inflação, o crescimento da dívida interna e externa e a elevação das taxas de juros que provocaram a queda nas taxas de investimento e a recessão. Além disso, para o autor, tem-se a urbanização, cujas características são o crescimento da população urbana nas regiões metropolitanas e nas cidades médias, bem como a predominância da migração urbana-urbana. No final dos anos 1980, o Brasil contava com uma rede de aglomerações urbanas acima de 15 milhões de pessoas. Com toda essa questão econômica e aumento do desemprego, verifica-se o aumento da informalidade.

É importante ressaltar que, de acordo com Dedecca (2005), a década de 1980 é marcada por um período de democratização com a elaboração de uma nova Constituição Nacional que objetivava promover um desenvolvimento econômico interno atrelado ao desenvolvimento social. As grandes mudanças da Constituição de 1988 estavam centradas na construção de uma política social efetiva. Nesse sentido, para o autor, foram estabelecidas as bases para um desenvolvimento centrado no mercado interno caracterizado pela justiça social. Assim, esperava-se que os anos 90 fossem marcados pela retomada do crescimento com a geração de emprego e a distribuição de renda. Entretanto, isso não se realizou, já que no lugar de uma retomada econômica com geração de emprego e distribuição de renda, o país passou por mais um período estagnado, com aumento do desemprego e da desigualdade social.

Segundo Santos (2015), o fortalecimento da sociedade civil aconteceu no mesmo período em que houve a intensificação do processo de reestruturação tecnológica e gerencial da indústria. Nesse período, as propostas das empresas estavam restritas à adoção dos círculos de qualidade e, além disso, elas não se preocupavam em alterar as formas de organização do trabalho ou até mesmo em investir em novos equipamentos.

Fim dos anos 80, início da década de 90: o cenário era de redução do volume dos empregos na indústria, aumento do emprego nas atividades de serviços, comércio e de crescimento vertiginoso de trabalhadores no mercado informal. Reforça assim a precariedade do mercado, incapaz de gerar empregos suficientes à demanda crescente de desempregados. Foi um período de acelerada tecnificação da indústria e dos serviços, com drásticas consequências para a oferta de empregos (MENDES, 2003, p. 31).

Conforme Santos (2015), a partir de então, o Brasil é inserido no movimento da globalização financeira, abertura comercial, privatizações, desregulamentação das relações de trabalho e reforma da previdência social. Nesse sentido, observa-se a abertura comercial em um contexto de crise e a retração do mercado interno, paralelo a redefinição da intervenção do Estado. Neste período, para a autora, citam-se medidas de contenção de custos, renovação das práticas organizacionais, novas formas de gestão da mão de obra, medidas de redução de efetivos, além da flexibilização do trabalho.

a crescente flexibilidade do trabalho, em todo o mundo capitalista, evidenciada na subcontratação (terceirização), no emprego temporário, nas atividades autônomas, na informalidade, nas cooperativas de trabalho e em outras formas de trabalho assalariado disfarçado – práticas flexíveis de emprego e dos mercados de trabalho – constituem formas concretas de flexibilização que se difundem em todas as atividades e lugares, associadas a processos de desindustrialização e de descentralização geográfica das fábricas (DRUCK, 2002, p. 12-13).

Para Santos (2015) a flexibilização acarretou numa intensa precarização do trabalho, visto que os sindicatos se enfraqueceram, houve uma redefinição dos contratos trabalhistas devido ao trabalho em tempo parcial, temporário e subcontratado, horas extras, crescimento de atividades informais, o que mostra que houve uma redefinição radical das condições de trabalho. A autora complementa que a reestruturação econômica decorrente da última transformação tecnológica, a qual foi responsável pela inserção da microeletrônica nos processos produtivos, fortalece a tendência do trabalho informal e do trabalho por conta própria, o que deixa evidente que no final do século XX esta forma de trabalho intensifica-se em decorrência da flexibilização.

No século XXI, especificamente no início do Governo Lula, o desemprego tratava-se de um problema grave, mas desde então houve uma significativa redução da taxa de desemprego no Brasil. Destaca-se que, segundo Moretto e Proni (2011), a crise financeira internacional que se iniciou a partir de setembro de 2008, mostrou a fragilidade do modelo de regulação neoliberal, forçando a maioria dos países a buscar políticas de recuperação econômica, bem como adotar medidas de contenção dos efeitos sociais perversos ocasionados pelos impactos verificados sobre o mercado de trabalho. Todavia, segundo o autor, ao contrário de muitos países desenvolvidos, em que o combate ao desemprego envolveu esquemas de subsídios às empresas para reduzir de forma temporária a jornada de trabalho de parte dos empregados, garantindo, assim, a continuidade no emprego, o Brasil não adotou esse tipo de política. A estratégia utilizada pelo governo para o enfrentamento da crise

privilegiou a manutenção da demanda, garantindo o nível da atividade produtiva, assim como do emprego. Podem ser citados, na área monetária, a redução das taxas de juros, medidas para equilibrar a liquidez e o aumento da oferta de crédito dos bancos públicos. Na esfera fiscal, houve desoneração tributária, ampliação dos investimentos em infraestrutura e das transferências aos programas sociais (MORETTO; PRONI, 2011).

Contudo, segundo Mattei (2018), outra crise econômica atingiu o Brasil a partir de 2015, em que houve uma retração das atividades econômicas que afetou diretamente o mercado de trabalho brasileiro e, conseqüentemente, desfez a conjuntura favorável predominante no período 2003-2014. Vale citar alguns aspectos que afetaram o desempenho da maioria das empresas, como a expansão do *déficit* público, o descontrole do processo inflacionário proveniente da pressão de custos e do movimento altista durante o primeiro semestre de 2015 dos preços dos combustíveis, energia, água e transportes, a alta do dólar que acabou encarecendo as importações e afetando os preços dos produtos exportáveis no mercado doméstico, a política de restrição do crédito, bem como a subida gradativa da taxa de juros Selic (MATTEI, 2018). Nesse sentido, conforme Mattei (2018), entre 2015 e 2016 o Brasil teve uma de suas maiores recessões econômicas que atingiu todos os segmentos sociais, principalmente a classe trabalhadora que foi afetada diretamente pelo problema do desemprego e queda dos salários.

a recessão econômica diminuiu o número de pessoas ocupadas e, como ainda é intenso o aumento da PEA no país, retrocedeu, em dois anos, todo o avanço de 10 anos na redução da taxa de desemprego. Esse efeito da recessão sobre o mercado de trabalho foi reforçado pela interrupção da queda na taxa de participação que vinha acontecendo desde o início dos anos 2000 e tinha ajudado na melhoria dos indicadores do mercado de trabalho (BALTAR; LEONE, 2018, p. 41).

Por sua vez, no ano de 2017, tem-se a reforma trabalhista, por meio da Lei nº 13.467/17, com a promessa de criação de milhões de empregos. Todavia, tal reforma só visava a redução de custos laborais objetivando o aumento das margens de lucros das empresas, mesmo que causando a legalização do trabalho precário e o desequilíbrio entre capital e trabalho no que se refere às relações econômicas e sociais de produção (MATTEI, 2018). Assim, segundo o autor, essa reforma acarreta um retrocesso social, pois seus pressupostos relacionam o problema do elevado desemprego ao excesso de proteção trabalhista, sendo uma forma de justificar a mudança substantiva operada no padrão de

regulamentação do trabalho no Brasil. Então, fica evidente que a informalidade nas relações de trabalho decorre de todo um processo histórico.

3.2 OS TRABALHADORES DE RUA NO CONTEXTO DA INFORMALIDADE

Na discussão sobre o trabalho informal, foi possível compreender que ele se apresenta de diversas maneiras e surgiu devido ao excedente de mão de obra urbana. Conforme Alves e Garcia (2012) afirmam, o trabalho informal seria, assim, uma válvula de escape para determinados trabalhadores que não possuem empregos e, conseqüentemente, seguridade social. Como também, ele “se encontra em todas as atividades – rurais, de serviços, comerciais, urbanas, do setor público” (MANVOUTOUKA, 2013, p. 39), demonstrando a sua pluralidade.

Diante desta variedade, o que pretendo discutir neste tópico é sobre os trabalhadores de rua no contexto urbano. Para Pamplona (2013) o comércio de rua se trata de um fenômeno vigoroso, visto que resiste há séculos de mudanças econômicas e urbanas. Ao contrário do que se imaginava, de forma semelhante ao conceito de trabalho informal, ele não desapareceu com a modernidade capitalista, mas foi alimentado por ela. Nas grandes cidades brasileiras, por exemplo, o comércio de rua envolve uma considerável quantidade de pessoas. Assim, segundo Pamplona (2013, p. 226), “é preciso investigar o comércio de rua tendo em vista sua heterogeneidade, seu grau e a forma como se manifesta” no contexto brasileiro.

Na sociedade brasileira, o trabalho observado nas ruas não é um fenômeno tão recente. Andrade (2014) afirma que antes mesmo da independência do Brasil, já era possível visualizar este tipo de trabalho. Nos séculos XV e XVI, ele se apresentava quando os trabalhadores carregavam mercadorias para os navios ou destes para o continente. Como também, o trabalho de rua era visível em situações que havia o transporte de mercadorias, de bens e até de pessoas nas cidades nascentes. Para o autor, nos séculos XVII, XVIII e, principalmente, XIX, a situação no Brasil colonial não foi diferente, visto que as cidades eram povoadas por trabalhadores de rua, sobretudo pessoas de origem africana, negros e mestiços. Isso, de certa forma, demonstra que o trabalho de rua se apresenta também como aspecto cultural dos espaços urbanos.

Atualmente, o trabalho nas ruas ainda é notório. Apesar de os sujeitos desta pesquisa serem os trabalhadores dos semáforos, observo que, de um modo geral, o trabalho realizado

nas ruas é muito mais que isso, pois, segundo Horn (2009), comumente os comerciantes de rua estão relacionados à todos aqueles que vendem seus produtos ou serviços em espaços públicos. Ou seja, além de ambulantes, a informalidade concerne aos camelôs, flanelinhas, malabaristas, engraxates, dentre muitas outras atividades encontradas no cenário urbano, conforme ficou constatado no estudo de Nascimento, Reis e Teodósio (2017).

Esses trabalhadores de rua vendem os seus produtos de diversas formas. Nesse sentido, Bhowmik (2005) define um vendedor de rua como uma pessoa que oferece produtos para venda ao público sem ter uma estrutura construída permanente para tal fim. Além disso, o autor coloca que os vendedores de rua podem estar fixos no sentido de que ocupam espaço nas calçadas ou outros espaços públicos/privados ou eles podem ser móveis no sentido de que se movem de um lugar para outro carregando suas mercadorias em carrinhos ou em cestos sobre suas cabeças.

Nesse ínterim, Pamplona (2013) assevera que o comércio realizado em vias públicas inclui postos móveis em barracas, bancas ou veículos (como, por exemplo, vendedor de CDs ou outra mercadoria que fica na calçada), comércio de porta em porta (como, por exemplo, a venda de roupas e bijuterias de porta em porta), além de outras situações de comércio varejista que não são realizadas em lojas e sim nas ruas.

Nesse ponto, embora este estudo não esteja restrito somente a um tipo de trabalhador de rua, acredito ser importante diferenciar o camelô do ambulante. Para Pamplona (2013), a expressão ambulante se refere ao trabalhador que normalmente é autoempregado, onde vende diretamente ao consumidor produtos diversos ou presta serviços em vias e logradouros públicos (ruas, calçadas, praças, jardins, etc.), fora de lojas, em pontos fixos ou móveis, ou de forma itinerante, em que leva sua mercadoria junto ao corpo, com ou sem permissão oficial. Dito de outro modo, segundo Rodrigues (2008), o que diferencia o vendedor ambulante do camelô, é que este tem a posse de um ponto fixo, estando em um camelódromo ou nas ruas e calçadas, ao contrário do vendedor ambulante. Assim, nas palavras de Andrade (2014), o comércio ambulante é uma das manifestações das atividades informais que é mais explícita na dinâmica urbana, sendo que atua como um subterfúgio para aqueles que são excluídos do mercado de trabalho formal.

A literatura mostra que tanto em pesquisas nacionais quanto internacionais, as características desse fenômeno, ou melhor, das pessoas que agem na informalidade, não são tão discrepantes. Nesse sentido, Alves e Garcia (2012) estudaram o trabalho ambulante realizado na praia da cidade de João Pessoa. Os autores perceberam a existência de uma heterogeneidade de produtos e serviços oferecidos, como saída de praia, água, picolé,

castanha de caju, refrigerante, aluguel de cadeira, aluguel de guarda-sol, passeio de barco, dentre outros diversos produtos e serviços oferecidos. Ademais, muitas vezes, os produtos comercializados são produzidos na casa do próprio vendedor ambulante, evidenciando que a rede da informalidade é muito maior do que a manifestada na praia (ALVES; GARCIA, 2012).

Outrossim, no estudo de Alves e Garcia (2012) foi observada a predominância de algumas características entre os trabalhadores ambulantes, tais como renda mensal e índice de escolaridade baixos, além de ficar evidente uma relativa desilusão em relação ao retorno ou procura por trabalho formal em virtude da idade avançada ou porque acreditam que trabalhando na informalidade as oportunidades de aumentar a renda familiar serão maiores. Fato que chamou a atenção dos autores, foi que a maioria dos trabalhadores ambulantes pesquisados morava em bairros de periferia, os quais são distantes dos bairros em que trabalhava. Como também, os autores perceberam que alguns deles moravam em outras cidades.

Outro estudo nacional, trata-se da pesquisa de Pamplona (2013) o qual percebeu que a taxa de desemprego é que determina o maior ou menor número de comerciantes nas ruas da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). Para Pamplona (2013) existe uma heterogeneidade no comércio informal. Isto porque, não apenas as mercadorias comercializadas são variadas, mas os próprios rendimentos obtidos são diversos, assim como a operação da atividade e os níveis de aceitação social para os variados tipos de comércio ambulante. Dessa forma, conforme destaca Pamplona (2013, p. 244), “há pelos menos três grupos distintos que marcam a heterogeneidade presente no comércio de rua: grupo de situação precária (sem recursos); grupo de situação sustentável (com recursos); e grupo com atividade socialmente condenável”.

Internacionalmente, em estudo recente, Martínez, Short e Estrada (2017) constataram que quase metade da população trabalhadora da Colômbia depende da economia informal para obter renda. Nesse sentido, eles examinaram os vendedores ambulantes no centro de Cali, na Colômbia, buscando analisar quem trabalha como vendedor ambulante, quanto ganha, aspirações e percepções de seu trabalho, e quanto se assemelha ao resto da população trabalhadora. Foi observado que mais de dois terços dos vendedores são chefes de família, confirmando que a venda ambulante é uma parte central da economia doméstica. Grande parte dos entrevistados tem menor nível de escolaridade, é de classe baixa e a venda ambulante é a principal fonte de renda para suas famílias. Como vantagem do trabalho informal, os vendedores relataram que possuem independência, boa renda e nenhum chefe. Já como

desvantagem, eles destacaram as condições de trabalho difíceis, ao lidar com altas temperaturas, por exemplo. Além disso, foi constatado que a economia informal no centro de Cali não existe isoladamente, mas ocorrem fluxos significativos de dinheiro entre as economias formal e informal, visto que os vendedores ambulantes adquirem bens e serviços da economia formal.

Por sua vez, Carcedo (2017) realizou seu estudo com flanelinhas em consonância com as relações de poder no uso do espaço público em Santa Rosa, Argentina. Segundo Carcedo (2017), nos últimos anos, em diferentes ruas, avenidas, praças e estacionamentos em Santa Rosa (La Pampa), é possível perceber a expansão de flanelinhas, assim como a presença de malabaristas, vendedores ambulantes e artistas de rua. Como resultado, o estudo de Carcedo (2017) evidenciou que alguns dos motivos para começar a trabalhar na rua dizem respeito ao fato de não ter patrão nem horários, além de obter maior renda em comparação com outros empregos formais.

Sendo assim, encerro este capítulo com a fala de Durães (2006, p. 5) que afirma que “o fenômeno da informalidade hoje no Brasil (e no mundo) já ultrapassou, e muito, a mera fronteira urbana ou das ruas. A informalidade é mais que isso, é global e presente em diversas partes do mundo”. Estando presente em vários lugares, a informalidade nesta pesquisa está centrada na figura do sujeito que trabalha nos semáforos, seja como malabarista, vendedor ambulante, flanelinha, pedinte, panfleteiro e muitos outros.

Então, a partir de tudo que foi discutido até o momento, o próximo passo será apresentar o percurso metodológico que permitiu que eu compreendesse as práticas cotidianas de territorialização desses trabalhadores dos semáforos.

4 PERCURSO METODOLÓGICO PARA A REALIZAÇÃO DA PESQUISA

Neste capítulo apresento o percurso metodológico, ou seja, quais caminhos foram percorridos metodologicamente com vistas a alcançar o objetivo proposto inicialmente neste trabalho. Porém, antes de apresentar as estratégias de pesquisa, reforço que do ponto de vista ontológico e epistemológico esta pesquisa se localiza no paradigma interpretativo, uma vez que busquei compreender as práticas cotidianas no processo de territorialização dos trabalhadores dos semáforos e, desse modo, procurei entendimentos na perspectiva dos participantes da ação (BURREL; MORGAN, 1979), de forma aprofundada. Para Saccol (2009) a pesquisa interpretativa atribui importância aos significados subjetivos e sociopolíticos, assim como ações simbólicas contidas na construção e reconstrução da realidade dos indivíduos. Nesse sentido, a autora ressalta que o pesquisador capta o que é mais significativo, a partir da perspectiva dos sujeitos estudados, atribuindo importância às suas palavras, expressões e imagens, baseando-se, assim, em seus próprios conceitos e experiências.

Concordando com os argumentos de Saccol (2009) de que o paradigma interpretativo relaciona-se fortemente com os estudos qualitativos e de que meu propósito foi realizar uma pesquisa em profundidade com os indivíduos, procurando compreender os significados atribuídos por eles, digo que este estudo caracteriza-se como de natureza qualitativa. Mas por que esta escolha? No próximo parágrafo justifico porque o estudo qualitativo é mais apropriado para esta pesquisa.

Primeiramente, Van Maanen (1979) considera a pesquisa qualitativa um termo guarda-chuva, visto que abrange uma série de técnicas interpretativas que procuram descrever, decodificar, traduzir e, de outro modo, chegar a um acordo com o significado, e não a frequência de certos fenômenos mais ou menos naturais no mundo social. Por esta razão, existem várias formas de investigação que o pesquisador pode utilizar para o entendimento dos fenômenos sociais. Dito de outra forma, Merriam (2009) salienta que em vez de determinar causa e efeito, prever ou descrever a distribuição de algum atributo entre um grupo, os pesquisadores qualitativos estão interessados em descobrir o significado de um fenômeno para as pessoas estudadas, buscando entender como elas interpretam suas experiências, como constroem seus mundos e o significado que atribuem às suas experiências. Assim sendo, a ênfase da pesquisa qualitativa é nos processos e significados (SALE; LOHFELD; BRAZIL, 2002). Com base nestas explicações, entendo que ao invés de saber

“quanto”, a pesquisa qualitativa busca compreender “como” um determinado fenômeno ocorre, o que faz com que ela se torne a mais apropriada para a realização deste estudo, tendo em vista que eu ficaria impossibilitada de compreender o cotidiano do sujeito que trabalha nos semáforos por meio de números e de gráficos.

Nesse íterim, com o propósito de compreender as práticas cotidianas de territorialização dos trabalhadores dos semáforos, foi necessária a minha imersão na realidade vivenciada de forma participativa. Para tanto, fiz uso da observação participante, a qual foi uma das técnicas mais valiosas na realização desta pesquisa, pois a partir dela mergulhei em meu campo de estudo, a fim de captar as sutilezas nas ações diárias dos sujeitos que trabalham nos semáforos.

Segundo DeWalt e DeWalt (2011) a observação participante ocorre quando o pesquisador participa das atividades diárias, rituais, interações e eventos de um determinado grupo de pessoas a fim de apreender os aspectos explícitos e tácitos de suas rotinas cotidianas, bem como de sua cultura. Os autores ressaltam que ao fazer uma observação participante, estabelecer um relacionamento é um elemento essencial. Para DeWalt e DeWalt (2011) esse relacionamento é construído ao longo do tempo e requer que o pesquisador se empenhe em aprender o comportamento apropriado em um ambiente, mostre respeito pelas pessoas em um ambiente, seja um ouvinte bom e cuidadoso, e esteja pronto para retribuir de maneira apropriada.

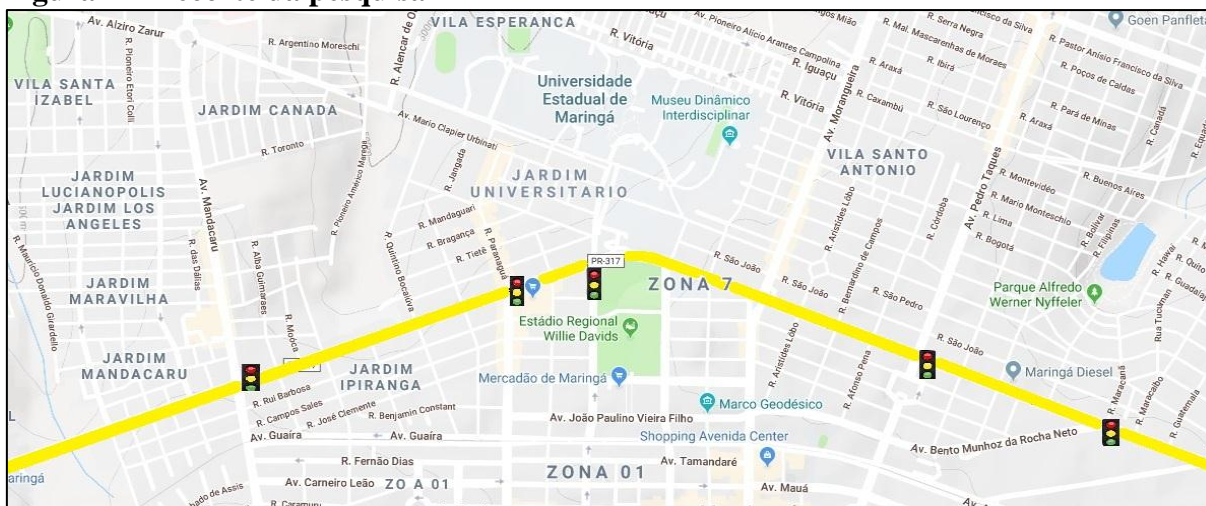
DeWalt e DeWalt (2011) apresentam alguns elementos-chave da observação participante: a) viver no contexto dos participantes por um longo período de tempo; b) aprender e usar a linguagem e o dialeto locais; 3) participar ativamente de uma ampla gama de atividades diárias, rotineiras e extraordinárias com pessoas que são participantes completas nesse contexto; 4) usar a conversa cotidiana como técnica de entrevista; 5) observar informalmente durante atividades de lazer; 6) fazer registro de observações em notas de campo (geralmente organizadas cronologicamente); e 7) usar informações tácitas e explícitas em análise e escrita. No decorrer deste e, principalmente, do capítulo posterior será possível observar que durante a observação participante todos estes sete elementos a compuseram.

Da mesma maneira, segundo Vieira e Pereira (2005), a observação participante se trata da técnica em que o pesquisador se insere total ou parcialmente no campo de estudo, passando, nesse momento, por um processo de “aculturação” e vivenciando o cotidiano do grupo analisado. Nesse sentido, a observação participante foi favorável para o estudo proposto, pois, conforme apontam Vieira e Pereira (2005), uma das maneiras de estudar a natureza de uma cultura ou de uma subcultura é observar o funcionamento do dia a dia de um

dado grupo ou organização. Aqui, as características da cultura que está sendo observada se tornarão evidentes à medida que as relações entre os indivíduos, a linguagem utilizada, os símbolos, as imagens e as rotinas do dia a dia se tornarem conhecidas. Assim, ao se explorar o racional dos vários aspectos de dada cultura, é possível descobrir que existem explicações históricas para as formas pelas quais as coisas são feitas.

Para a realização da observação participante, primeiramente defini como lócus de pesquisa toda extensão da Avenida Colombo da cidade de Maringá e em seguida selecionei cinco trabalhadores para acompanhá-los em seu dia a dia e buscar compreender suas práticas cotidianas de territorialização, conforme detalharei no próximo capítulo. A minha permanência em campo, portanto, ocorreu de maio a setembro de 2018.

Figura 1 – Recorte da pesquisa



Fonte: adaptado do Google Maps (2018).

O destaque em amarelo na figura acima corresponde a Avenida Colombo, em que trabalhei em cinco de seus cruzamentos, conforme apresentado nas cinco figuras de semáforos, a saber: cruzamento da Avenida Colombo com a Avenida Mandacaru com o trabalhador Inácio⁵, vendendo gomas; cruzamento da Avenida Colombo com a Rua Paranaguá com o trabalhador Roberto, vendendo balas; cruzamento da Avenida Colombo com a Avenida Duque de Caxias com a trabalhadora Augusta, vendendo paçocas, cocadas e amendoins; cruzamento da Avenida Colombo com a Avenida Pedro Taques com a trabalhadora Bianca, vendendo trufas; e cruzamento da Avenida Colombo com a Rua

⁵ Os nomes de todos os sujeitos que participaram desta pesquisa são fictícios a fim de preservar a identidade deles.

Maracanã, com o trabalhador João, “fazendo” malabarismo. Além de trabalhar com estes, também trabalhei alguns dias como panfleteira no cruzamento da Avenida Colombo com a Avenida Pedro Taques e no cruzamento da Avenida Colombo com a Avenida Duque de Caxias.

A fim de realizar a observação participante com os trabalhadores, as atividades exercidas por mim eram vender junto com eles, ajudar no que fosse necessário (por exemplo, comprar os produtos) e cuidar do ponto. No caso do malabarista, como o material era algo utilizado somente por ele, confeccionei três claves⁶ caseiras. Assim, nos dias em que o acompanhava, eu também procurava fazer malabarismo.

Todavia, Lüdke e André (2013) reforçam que as observações de cada pessoa a respeito da vivência diária são muito influenciadas pela história pessoal de cada um, levando a privilegiar certos aspectos da realidade e negligenciar outros. Para que se torne um instrumento válido e fidedigno de investigação científica, no entanto, os autores ressaltam que a observação deva ser controlada e sistemática, o que requer um planejamento cuidadoso do trabalho e uma preparação rigorosa do observador.

Além disso, a observação participante se trata de uma ferramenta primordial, consistindo em investigar, vivenciar e representar a vida social (EMERSON; FRETZ; SHAW, 2007), referindo-se ao convívio continuado com dado grupo social que inclui métodos especiais de coleta e registro. Na realização da observação participante, o pesquisador anota suas observações, colhe depoimentos, faz entrevistas, faz registros visuais e levanta genealogias, conforme os interesses de sua pesquisa. Assim, Emerson, Fretz e Shaw (2007, p. 352) dizem que “a observação participante envolve não apenas acesso e imersão em novos mundos sociais, mas também produz relatos escritos e descrições que trazem versões desses mundos para outros”, em que seria um processo de produção e reprodução textual.

Em resumo, a observação participante é uma estratégia de pesquisa que envolve não só a observação direta, mas todo um conjunto de técnicas metodológicas que pressupõe grande envolvimento do pesquisador na situação estudada (LÜDKE; ANDRÉ, 2013). E como isso foi feito? Para responder a esta pergunta, outra fonte de coleta de dados que utilizei tratou-se dos registros de campo que foram feitos por meio de caderno e diário de campo e que, posteriormente, serviram para enriquecer as observações e as análises.

De acordo com Cavedon (2014), o caderno de campo deve ser um bloquinho pequeno que serve para anotar de modo discreto algum dado passível de ser esquecido, seja um nome

⁶ Objeto utilizado para fazer malabares.

ou uma palavra-chave. O diário de campo, por sua vez, é elaborado em casa, e pode ser registrado sob a forma de arquivo em um computador. É válido destacar que, segundo Cavedon (2014), as primeiras idas a campo resultam em longos diários, por conta de descrições físicas detalhadas. A autora ressalta que o diário de campo remete a algo que deve ser produzido diariamente, sendo incorreto o pesquisador escrever sobre a sua ida a campo semanalmente. Isto porque, por melhor que seja sua memória, detalhes importantes referentes ao campo ou aos seus próprios sentimentos vão se perder, pois a ansiedade, a tristeza ou a alegria que acompanha o pesquisador durante dois ou três dias após o retorno do campo não serão registradas no diário com a mesma emoção. Ou seja, a escrita do diário de campo exige disciplina por parte do pesquisador.

Enfim, May (2004) argumenta que a observação participante não é fácil de utilizar ou analisar, mas se trata de um estudo disciplinado e sistemático que, se bem realizado, auxilia a entender as ações humanas, trazendo, deste modo, novas maneiras de ver o mundo social. Com base nisso, todos os dias eu levava comigo um pequeno papel e uma caneta para anotar algo que observava e que pensava ser importante, seja uma ação ou uma frase. Ao chegar em casa, já procurava escrever no diário de campo tudo que tinha anotado e observado no dia de trabalho. Agir dessa maneira foi essencial para mim, haja vista que me sentia entusiasmada ao escrever, pois tudo ainda estava fresco em minha memória. Sem contar que no processo de análise os diários foram de grande importância, visto que me fizeram lembrar aspectos vivenciados e observados em minha permanência em campo.

Neste processo de observação participante destaco, ainda, que houve a utilização de registros fotográficos. Estes não tiveram uma técnica de análise específica, mas serviram como suporte ilustrativo das observações e entrevistas. Este instrumento de coleta de dados é importante ao passo que, conforme Loizos (2002), a imagem oferece um registro restrito, porém é um poderoso caminho para ilustrações das ações temporais e dos acontecimentos reais, sejam eles concretos ou materiais, o que faz com que o trabalho se enriqueça. Quando algo me chamava a atenção, eu pedia autorização ao trabalhador para que pudesse fazer o registro fotográfico. Assim, consegui registrar 102 fotografias.

Ademais, durante o período de observação participante fiz uso da história oral. Esta escolha se deu, visto que em outras situações, talvez, as pessoas não seriam ouvidas. Diante disso, de acordo com Ichikawa e Santos (2006), a história oral privilegia vozes esquecidas, como a dos iletrados, dos vencidos, dos marginais e das minorias, como negros, mulheres e operários que são marginalizados pela sociedade. Ou seja, “ela dá atenção especial aos

dominados, aos silenciosos e aos excluídos da história; à história do cotidiano e da vida privada; à história local e enraizada” (FRANÇOIS, 2005, p. 4). Assim sendo,

a história oral possibilita novas versões da história ao dar voz a múltiplos e diferentes narradores. Esse tipo de projeto propicia, sobretudo, fazer da história uma atividade mais democrática, a cargo das próprias comunidades, já que permite construir a história a partir das próprias palavras daqueles que vivenciaram e participaram de um determinado período, mediante seus referenciais e também seu imaginário. O método da história oral possibilita o registro de reminiscências das memórias individuais; enfim, a reinterpretação do passado (THOMPSON, 2002, p. 18).

Dessa forma, valorizando os menos elitizados, Thompson (2002, p. 17) ressalta que “é preciso [...] descobrir e valorizar a memória física e espacial, como também descobrir e valorizar a memória do homem. A memória de um pode ser a memória de muitos possibilitando a evidência dos fatos coletivos”. Ou seja, a memória de um indivíduo pode evidenciar outros fatos presentes na coletividade.

Como também, Bom Meihy (2002) diz que a história oral gera uma percepção do passado como algo que tem continuidade hoje e cujo processo histórico não está acabado, fazendo com que, como afirmam Ichikawa e Santos (2006), a presença do passado no presente imediato das pessoas seja a razão de ser da história oral.

De forma a clarificar como ocorre um estudo de história oral, resalto que o depoimento gravado é a sua base. Isso significa que entrevistador, entrevistado e aparelhagem de gravação são elementos que constituem a relação mínima da história oral (BOM MEIHY, 2002). Nesse sentido, Bom Meihy (2002) classifica a história oral em três tipos, sendo: a história oral de vida, que sendo mais subjetiva que objetiva, expõe a narrativa do conjunto da experiência de vida de uma pessoa; a história oral temática, que parte de um assunto específico e previamente estabelecido, se comprometendo com o esclarecimento ou opinião do entrevistado sobre algum evento definido; e a tradição oral, que trabalha com a permanência de mitos e a visão de mundo de comunidades que têm valores filtrados por estruturas mentais asseguradas em referências do passado remoto.

Neste estudo, a história oral temática foi a modalidade escolhida, pois ela está de acordo com os objetivos propostos nesta pesquisa e, além disso, o intuito foi (re)construir as histórias dos sujeitos acerca de um evento específico, por meio de suas falas. Em outras palavras, a história contada por eles me ajudou a compreender seus processos de territorialização. Além do mais, a história oral temática foi adequada para este estudo, uma vez que priorizei a participação dos trabalhadores dos semáforos no que diz respeito às suas

práticas cotidianas de territorialização, ou seja, escolhi, segundo Alberti (2005), pessoas que participaram ou que tiveram conhecimento do fenômeno estudado.

No transcorrer da realização da observação participante, desenvolvi 17 (dezesete) entrevistas de história oral temática com os trabalhadores, os quais trabalhavam no mesmo cruzamento em que fazia a observação participante ou que havia visto em outros semáforos. A fim de buscar uma pluralidade de pessoas que trabalham nos semáforos, foram selecionados jovens e idosos, homens e mulheres. Um aspecto importante considerado nessa escolha foi de levar em consideração os diferentes tipos de produtos que são comercializados por eles, bem como os diferentes pontos da Avenida Colombo em que se localizam tais trabalhadores, haja vista que tanto os produtos quanto os pontos têm suas peculiaridades. E, por fim, outro aspecto considerado na seleção dos entrevistados, foram aqueles que trabalham informalmente nos semáforos como forma de sobrevivência. As descrições dos entrevistados são feitas no quadro abaixo.

Quadro 1 – Descrição dos entrevistados

Nome	Cruzamento com a Avenida Colombo	Tipo de trabalho	Idade	Tempo de trabalho nos semáforos de Maringá
Alfredo	Avenida Morangueira	Panfleteiro	38	8 meses
Augusta	Avenida Duque de Caxias	Vendedora de cocada, amendoim e paçoca	62	7 anos
Orlando	Avenida 19 de Dezembro	Vendedor de guardanapo	60	3 meses
Jorge	Avenida Mandacaru	Vendedor de goma	24	7 meses
Roberto	Rua Paranaguá	Vendedor de bala	40	1 ano e 6 meses
Alice	Avenida Bento Munhoz da Rocha Netto	Vendedora de trufa	33	1 ano
Osmar	Rua Paranaguá	Vendedor de bala	61	6 anos
Luiz	Avenida Pedro Taques	Malabarista	42	18 anos
Pedro	Avenida São Paulo	Vendedor de pão	32	2 anos e 3 meses
Mário	Avenida Duque de Caxias	Vendedor de água, protetor solar de carro, paçoca, carregador de celular e bandeira do Brasil	58	5 anos
Regina	Avenida Morangueira	Vendedor de paçoca e amendoim	54	10 anos
Inácio	Avenida Mandacaru	Vendedor de goma e chiclete	72	4 anos
Estela	Rua Paranaguá	Panfleteira	32	1 ano
Sérgio	Avenida Tuiuti	Vendedor de bala, água e poncã	29	8 meses
Eduardo	Avenida Morangueira	Vendedor de água	29	1 ano

Ricardo	Avenida Duque de Caxias	Vendedor de goma e pedinte em situação de rua	30	4 anos
Lucas	Avenida Duque de Caxias	Pedinte em situação de rua	19	2 anos

Fonte: elaborado pela autora.

Destaco que tanto no processo de solicitação de concessão das entrevistas quanto da gravação, percebi que algumas pessoas ficavam um pouco ressabiadas. No caso, teve trabalhador que não quis fazer a entrevista e outros até perguntavam se eu não trabalhava na prefeitura e tinha o propósito de tirá-los da rua.

Lembrando que elaborei um roteiro de entrevista com perguntas direcionadas às pessoas que trabalham nos semáforos da cidade de Maringá - PR. Embora tivesse um roteiro predefinido, não descartei a possibilidade de deixar as pessoas falarem à vontade, tendo em vista que “a história oral se apresenta como forma de captação de experiências de pessoas dispostas a falar sobre aspectos de sua vida. Quanto mais elas os contarem a seu modo, mais eficiente será seu depoimento” (BOM MEIHY, 2002, p. 51).

Além disso, a entrevista deve ser feita “em um lugar em que o informante se sinta à vontade” (THOMPSON, 2002, p. 265). E este autor sugere que a entrevista seja feita somente entre o entrevistador e o entrevistado. Assim, tendo a rua como local de trabalho dos sujeitos desta pesquisa e devido ao fluxo de veículos, as entrevistas seriam prejudicadas. Desse modo, as entrevistas eram agendadas previamente. Geralmente eles davam uma pausa no trabalho para concedê-las e nós íamos a alguma calçada onde os ruídos eram menores, ou seja, as entrevistas ocorriam conforme a disponibilidade do trabalhador.

Nesse sentido, considerando os aspectos éticos, me apoiei nos argumentos de Ichikawa e Santos (2006) ao falar para o entrevistado que ele tinha o direito de não falar sobre o que não lhe era conveniente, assim como solicitar o desligamento do gravador quando considerasse oportuno e solicitar a exclusão de trechos da entrevista realizada. Assim como as fotografias, as entrevistas foram gravadas com a autorização dos entrevistados. Para a gravação eu dizia que se eles não quisessem falar algo, não teria problema e que eles poderiam se sentir à vontade. Em um caso, o trabalhador me contou sobre um determinado acontecimento, mas pediu que não colocasse o trecho na pesquisa.

A junção de todas as estratégias mencionadas até aqui foi de grande importância para a realização deste estudo, uma vez que isoladamente talvez eu não conseguiria alcançar os meus objetivos. Então, após apresentadas as técnicas de coleta de dados, fica a questão de como estes dados foram analisados. As análises das entrevistas de história oral temática, assim

como das observações, foram feitas por meio da análise de narrativas e apoiando-se nas orientações de Bom Meihy (2002), Ichikawa e Santos (2006) e Joaquim e Carrieri (2018).

Segundo Alberti (2005), a narrativa é um dos principais alicerces da história oral, pois um acontecimento ou uma situação vivida pelo entrevistado não pode ser transmitido a outro sem que seja narrado. Destaco também que a análise de narrativa foi adotada, pois “narrar consiste precisamente em expressar o significado da experiência através dos fatos: recordar e contar é interpretar” (PORTELLI, 1996, p. 2).

Mas, o que é uma narrativa? Primeiramente, esta técnica permite compreender, por meio dos relatos, aspectos relacionados à visão de mundo dos pesquisados, que é importante para o entendimento das práticas cotidianas. Além disso, a análise de narrativas “procura entender o texto por sua totalidade, pela sua ‘grandeza’, partindo de suas peculiaridades” (ALVES; BLIKSTEIN, 2006, p. 418). A narrativa é conceituada por Alves e Blikstein (2006, p. 406) como sendo “o discurso que trata das ações que ocorreram no passado”, o que permite compreender o processo de territorialização dos trabalhadores, a partir das histórias contadas por eles. Nessa perspectiva, a partir das observações e das histórias contadas pelos sujeitos, busquei compreender o que a narrativa revelou e o discurso proferido pelos sujeitos, para que assim eu pudesse compreender como a história é mostrada (ALVES; BLIKSTEIN, 2006).

Barthes (2011) reforça que a narrativa pode se sustentar pela linguagem articulada, oral ou escrita, pela imagem, fixa ou móvel, pelo gesto ou pela mistura ordenada de todos estes elementos. Para Camasmie (2007, p. 51) “é necessário que o narrador faça o ator falar vozes até então emudecidas pela direção dada pelos acontecimentos, voltando os passos sobre as experiências vividas para então narrá-las”. Além disso, as narrativas não devem ser julgadas como verdadeiras ou falsas, pois elas expressam a verdade de um ponto de vista, de uma situação específica no tempo e no espaço (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2002).

Enfim, após coletadas todas as informações, chegou o momento de transformar o oral em escrito. Segundo Joaquim e Carrieri (2018) esta etapa trata-se de um momento importante para a análise das entrevistas de história oral, pois é quando o pesquisador colocará toda a sua emoção, além dos aspectos ditos e não ditos, de forma escrita.

No processo de análise das falas dos sujeitos, destaco que as narrativas foram transcritas de forma a manter a forma original de como foram ditas. Como o gravador não capta gestos e, dificilmente, emoções, faz-se necessária uma reconstrução do relato dado pelo entrevistado, a fim de tentar manter a sua forma original. Para tanto, segundo Bom Meihy (2002), a transcrição da entrevista contempla duas etapas: textualização e transcrição. A textualização, segundo Ichikawa e Santos (2006), é um estágio mais elevado na construção de

um texto de história oral, constando a reorganização do discurso. Aqui a voz do entrevistador é anulada e suas perguntas são suprimidas. Já a transcrição trata-se do momento em que o texto é recriado em sua plenitude. Segundo Joaquim e Carrieri (2018, p. 310) “para trazer para o texto a emoção, a atmosfera e o ritmo da fala na experiência do encontro, é preciso modificar e reordenar, permitir que determinada fala apareça (mesmo que não dita) e remontar essa aura que permeia a narrativa” fazendo com que o leitor experimente essa narrativa também. Subentendo que muitos aspectos ficam velados no momento da transcrição das entrevistas, sendo necessária a inserção de gestos ou palavras que não aparecem explicitamente por meio do gravador.

No entanto, como apontam Joaquim e Carrieri (2018), transcrever as entrevistas gravadas, palavra por palavra, não significa que o pesquisador colocará no papel toda sua experiência vivida naquele momento. Para Joaquim e Carrieri (2018, p. 310) “cabe ressaltar que o texto final jamais será um reflexo da entrevista, pois ele jamais teria sido pronunciado pelo narrador. Porém, cada palavra ali escrita precisa representar a essência da narrativa, para que cada palavra ali disposta pertença a este narrador” de modo que o leitor sinta a narrativa como se estivesse realmente ouvindo a fala do pesquisado.

Então, na análise dos dados busquei preservar ao máximo a narrativa dos entrevistados, inclusive aspectos “não ditos”. Segundo Bom Meihy (2002, p. 181) como “se considera que o documento de história oral é a entrevista e não a fita gravada, pode-se colocar no texto o que foi ocultado ou não dito na gravação”. Isto porque, como o gravador não capta gestos, choros ou risadas, o pesquisador pode mencioná-los a fim de dar mais originalidade à entrevista. E, desse modo, na análise das narrativas busquei fazer diálogos entre elas e as teorias utilizadas (cotidiano de Certeau e territorialização de Raffestin).

Portanto, até aqui apresentei as estratégias de pesquisa utilizadas para estudar o cotidiano dos trabalhadores dos semáforos da cidade de Maringá e poder captar as minúcias, evidenciando diferenças onde se veem apenas obediência, uniformização e conformismo. Para tanto, no próximo capítulo apresento minha experiência em campo, bem como as respectivas análises.

5 SEMÁFORO: UM LUGAR PRATICADO POR TRABALHADORES INFORMAIS

Neste capítulo apresento tudo que captei em campo na busca por responder ao objetivo proposto inicialmente nesta pesquisa. Para tanto, escrevo a princípio sobre o processo de aproximação e aceitação no campo de pesquisa. Em seguida, faço uma descrição sobre a minha experiência com cada trabalhador. Procuo entender, posteriormente, se o trabalho nos semáforos se trata de uma estratégia de sobrevivência ou uma alternativa de vida. Por fim, com base em todas as sutilezas observadas e obtidas por meio das entrevistas, dedico um tópico para cada objetivo específico com a finalidade de responder ao problema norteador desta pesquisa.

Ressalto que pelo fato de ter realizado a observação participante, é impossível me “apagar” neste processo. Portanto, no decorrer deste capítulo a minha presença se mistura com a de cada trabalhador, a fim de compreender as suas práticas cotidianas de territorialização. A partir de agora, então, convido você a caminhar comigo pelos semáforos da Avenida Colombo da cidade de Maringá com o propósito de conhecer e compreender as práticas desveladas no dia a dia dos trabalhadores.

5.1 BUSCANDO UMA APROXIMAÇÃO COM O CAMPO: ENTRE OBSERVAÇÕES E CONVERSAS INFORMAIS

Como já disse no início deste trabalho, o meu interesse em estudar as pessoas que trabalham e (sobre)vivem nos semáforos, reside no fato de que no início do ano de 2017, quando ingressei no Mestrado, chamou-me a atenção o grande contingente de pessoas trabalhando nos cruzamentos da cidade de Maringá e eu imaginava que se tratavam de pessoas que poderiam enriquecer os estudos da minha área com a prática do trabalho informal. Logo eu, que imaginava que com o curso de Administração “as portas se abririam com maior facilidade em relação ao mercado de trabalho formal ou eu poderia aprender a ‘receita’ de como ter o meu próprio negócio”, percebi que, com toda certeza, o trabalho exercido nos semáforos também engloba as “funções administrativas” e isso foi ficando bem claro para mim, quando da minha permanência em campo, conforme descreverei adiante.

Além disso, observei e constatei a gestão ordinária, a qual é realizada cotidianamente por diversos sujeitos anônimos, conforme apontam Barros e Carrieri (2015).

Diante deste cenário, após ler diversas reportagens sobre as pessoas que trabalham nos semáforos das cidades brasileiras, sobretudo da cidade de Maringá, e também após a construção da base teórica para a realização desta pesquisa, senti a necessidade de me inserir em campo, pois eu precisava me aproximar e ganhar a confiança das pessoas que posteriormente contribuiriam com a minha pesquisa. Conforme será descrito a seguir, caminhei por toda a extensão da Avenida Colombo com o propósito de encontrar essas pessoas e conversar com elas para que eu pudesse ter acesso ao seu cotidiano. Durante as minhas primeiras caminhadas pela Avenida Colombo, levei em consideração que por mais que conversasse com várias delas inicialmente, eu teria que refletir sobre os diferentes pontos que estavam, os gêneros, os diferentes horários e a forma como elas trabalhavam. E foi assim que fui selecionando-as. A partir disso, os meus primeiros contatos ocorreram.

Era 22 de maio de 2018 quando resolvi ir a campo, no período vespertino, buscar uma primeira aproximação com as pessoas e com a realidade vivenciada nos semáforos. Saí de casa sem levar muita coisa, apenas um celular, um pedaço de papel e uma caneta no bolso da blusa para fazer alguma anotação, caso precisasse. Fui caminhando e logo no cruzamento da Avenida Colombo com a Rua Professor Lauro Eduardo Werneck avistei uma moça que aparentava entregar uns panfletos aos motoristas. Não hesitei, me aproximei dela e quando o sinal abriu, ela chegou perto de mim. Rapidamente, dei um “oi”, comecei a conversar e ela só apontou o dedo para o seu ouvido mostrando que era surda. Eu fiquei sem graça, uma vez que estava super animada para conversar. Rapidamente, ela me deu um de seus panfletos e, enquanto isso, foi entregar o restante aos motoristas. Quando o sinal abriu, ela se aproximou de mim e ficou olhando para o papel. Sem pensar muito, peguei R\$ 2,00 que tinha no bolso, dei para ela, que sorriu e pegou. Porém, como eu não conseguia me comunicar com aquela moça, me despedi e continuei a caminhada. Recordo-me que naquela tarde eu já sentia bastante calor e ficava imaginando as pessoas trabalhando embaixo daquele sol.

Naquele primeiro dia, aproveitei ainda para ir a outros semáforos. Após alguns minutos caminhando, cheguei ao cruzamento da Avenida Colombo com a Rua Paranaguá. Avistei um senhor vendendo alguns produtos e ao me aproximar observei que ele colocava uns pacotes de balas nos retrovisores dos carros e rapidamente voltava para pegar e ver se alguém iria querer. Quando o sinal abriu, se aproximou de mim, mas nem deu tempo de falar comigo e logo o sinal fechou novamente. Depois de colocar os pacotes e voltar recolhendo, vi que o sinal já estava abrindo e uma motorista jogou o dinheiro na grama e ele foi todo feliz

pegá-lo. Após oferecer os seus produtos em dois sinais fechados, ele chegou perto de mim, me cumprimentou, falou que iria descansar um pouco e sentou em seu banquinho de madeira que estava próximo a sua bolsa. Nesse momento, ele me disse que se chamava Osmar, que era de Sarandi e que trabalhava no semáforo há cinco anos. Lembro-me que conversamos um pouco e logo depois outro rapaz que trabalhava no mesmo semáforo que ele, apareceu e perguntou se já dava para ir almoçar. Aqui, nos despedimos e eu saí.

No outro semáforo, naquele mesmo cruzamento, observei que várias bolas coloridas e do “homem aranha” estavam dispostas no chão e bem no canteiro central da Avenida algumas delas estavam penduradas em uma árvore, porém não consegui ver a pessoa que estava vendendo-as. Então, continuei caminhando.

Do lugar em que estava até a Avenida Mandacaru, o caminho era bem longo para ir a pé e, além disso, o sol estava bem quente, mas fui andando devagar. Após caminhar bastante, avistei um rapaz pedindo dinheiro no cruzamento da Avenida Colombo com a Avenida Mandacaru. Todavia, fiquei com certo receio em falar com ele. Ressalto que isso era bem comum quando do início da minha pesquisa.

Já no cruzamento da Avenida Colombo com a Avenida 19 de Dezembro, observei um senhor que andava vagorosamente de carro em carro oferecendo laranjas. Fiquei no canteiro central da Avenida esperando por ele e, enquanto isso, observei que aquele sinal ficava fechado por bastante tempo, mas mesmo assim o senhor oferecia os seus produtos bem devagar. Quando ele se aproximou para pegar mais laranjas, logo falei: “Oi, tudo bem?” e ele me respondeu: “Mais ou menos”, aparentando estar bem cansado. Mas assim que o sinal fechou, lá foi ele vender suas laranjas novamente. Quando voltou, ele me disse que se chamava Heitor e que trabalhava há dois anos nos semáforos, mas que ficava na Avenida 19 de Dezembro ou na Avenida Paraná. Porém, como o sol estava bastante quente e ele não estava muito para conversa, resolvi finalizar esta primeira ida a campo.

No dia 23 de maio de 2018 retornei a campo, mas desta vez fui no período diurno. Não levei celular, diferentemente do dia anterior, apenas um pedaço de papel e uma caneta, pois, por não ter bolso, fiquei com receio. Aquele dia estava frio e ao sair de casa, segui em sentido a Rua Paranaguá e chegando perto do posto de gasolina que fica na esquina da Rua Paranaguá com a Avenida Colombo já avistei uma moça que entregava panfletos. Lembro que fui me aproximando e fiquei perto de um muro até que ela chegasse na calçada novamente e eu pudesse falar com ela. Quando o sinal abriu, fui me aproximando dela e a cumprimentei. Em seguida, ela me disse que se chamava Paula e tinha vinte e seis anos, mas já trabalhava nos semáforos há quatro. Ao rever meu diário de campo (23 DE MAIO DE 2018), destaquei

que ela falou que como não encontrava emprego, o semáforo foi uma alternativa, visto que era casada e precisava pagar o aluguel de R\$ 500,00, já que seu marido também estava desempregado. Continuou dizendo que o emprego no semáforo não é registrado e não é todo dia que ela trabalha, pois só vai quando a empresa a chama. Conversamos bastante, nos despedimos e em seguida continuei caminhando pela Avenida Colombo.

Conforme fui caminhando, observei que na Rua 10 de Maio havia um rapaz vendendo gomas sortidas. Assim, me aproximei e fiquei esperando o sinal abrir para falar com ele. Quando o sinal abriu, fui me aproximando, dei oi e ele correspondeu, mas logo o sinal fechou e lá foi ele vender suas gomas. Enquanto isso, sentei em uma mureta do FazBem Restaurante Vegano e fiquei o observando. Quando o sinal fechou, ele se aproximou de mim, sentou-se, começou a conversar e disse-me que se chamava Bruno. Aproveitei e perguntei há quanto tempo estava trabalhando ali e ele me respondeu que estava há vinte dias. Retomando o meu diário de campo (23 DE MAIO DE 2018), verifiquei que me disse que veio de Belo Horizonte (Minas Gerais) para arrumar emprego em Maringá e que era para ele ter chegado dia 30 de abril de 2018, mas chegou somente no dia 02 de maio de 2018, uma vez que no meio do caminho quando vinha para Maringá ele foi assaltado e levaram seus pertences, inclusive roupas e celular. E como ele tinha uma vaga de emprego para o dia 30 de abril de 2018, acabou perdendo o prazo e a vaga de emprego. Chegando em Maringá, sem os seus pertences, mas com os documentos, ele passou a ficar em um albergue e como não encontrava emprego, viu a oportunidade de vender gomas nos semáforos até encontrar um emprego formal. Falou que tem experiência em vidraçaria e que todos os dias até umas 9h30min entregava currículos nas empresas e depois ia aos semáforos. Em seguida, perguntei se compensava a venda nos semáforos e ele me disse que por dia chegava a tirar R\$ 60,00 e que foi comprando roupas e até um celular novo com o dinheiro que ele “ganhava nas ruas”. Além disso, me disse que não pretendia ficar nos semáforos pelo resto da vida, “porque tem gente que fica”. Conversamos bastante e senti como se ele estivesse realizado de estar desabafando com alguém. Por fim, nos despedimos e saí.

Naquele mesmo dia, aproveitei para ir ao cruzamento da Avenida Colombo com a Avenida Morangueira. Fui caminhando e chegando lá, fiquei apenas observando os trabalhadores. Percebi que tinha um senhor que estava entregando panfletos e três moças, sendo que duas delas estavam vendendo bombons e uma estava sentada em um caixote de madeira, mas que aparentava entregar panfletos também. Fiquei observando todos durante uns quinze minutos e após isso retornei para casa.

No dia 05 de junho de 2018 retornei a campo no período da manhã e chegando ao cruzamento da Avenida Colombo com a Rua Professor Lauro Eduardo Werneck, avistei um malabarista e uma senhora com uma cesta em seus braços, vendendo algo que eu já imaginava ser paçoca e cocada. Como também, eu sabia que ela era de Paranaíba, pois logo quando iniciei o Mestrado e estava vindo de ônibus a Maringá, a senhora também estava e disse que vendia os doces no semáforo. Bem, observei que o rapaz se apresentou durante dois sinais fechados e logo depois ele se aproximou de uma árvore onde estavam os seus pertences, colocou sua mochila nas costas e mais umas duas pequenas bolsas em seu braço e saiu caminhando. Depois disso, resolvi ir ao canteiro central da Avenida Colombo. A senhora estava oferecendo os seus produtos aos motoristas e fiquei esperando o sinal abrir para eu me aproximar. Em meu diário de campo (05 DE JUNHO DE 2018) escrevi que ao chegar perto dela falei: “Oi, tudo bem?” e ela já veio oferecendo seus produtos que custavam R\$ 4,00 e disse que era para ajudá-la, mas falei que naquele momento não tinha dinheiro. Em seguida, ela me disse que se chamava Augusta e que trabalhava nos semáforos há sete anos ou mais, sempre vendendo paçoca, cocada e amendoim. Ela também falou que na semana anterior não tinha ido trabalhar, por conta da greve dos caminhoneiros. Nisso, suas contas atrasaram e não tinha o dinheiro para pagar o seu aluguel. Após esta conversa nos despedimos.

Fui caminhando aos demais semáforos e logo na Rua 10 de Maio avistei o Bruno. Desta vez, parecia que ele estava entregando algo aos motoristas. Fui até onde ele estava e enquanto entregava aquilo que eu não sabia o que era, sentei na beira da porta do FazBem Restaurante Vegano. Observei que o sinal abriu e de longe Bruno já me avistou. Chegou próximo de mim, me cumprimentou com um aperto de mão e me disse que estava vendendo gomas, mas o homem que trabalhava nas proximidades do semáforo pediu para que ele entregasse uns pequenos panfletos. Falou-me que nos últimos dias tem vendido suas gomas, mas também entregava panfletos quando os comerciantes das proximidades pediam. Sobre emprego, me disse que estava entregando currículos, mas encontrou um curso de confeitiro que começaria no próximo dia 06 de junho de 2018, o qual se realizaria no período da manhã. Sendo assim, como ele trabalhava nos semáforos no período da manhã, me disse que continuaria trabalhando no período da tarde. Despedimos-nos e saí. Após este dia não mais encontrei o Bruno nos semáforos.

No dia 12 de junho de 2018, após meu exame de qualificação, retornei a campo e com a ideia de que eu deveria sair da representação e ir para experiência. Sendo assim, fui até o cruzamento da Avenida Colombo com a Avenida Duque de Caixas, conversei novamente com Augusta, falei sobre a minha pesquisa e pedi autorização para trabalhar com ela, com o

objetivo de fazer observação participante e acompanhar o seu dia a dia. A princípio, ela disse que não dava pra vender e dividir o dinheiro da venda comigo, uma vez que a prejudicaria e as coisas estavam caras. Porém, eu disse a ela, com calma, que não pretendia ganhar nada e que poderia ficar despreocupada com isso, pois eu só queria fazer a observação, mas participando do trabalho nos semáforos. Depois disso, ela ficou super animada, dizendo que com isso poderíamos vender mais rápido, pois eu era jovem e bonita. Disse ainda que eu ajudando, ela poderia ir embora mais cedo. Naquele mesmo dia comecei a trabalhar com ela. No próximo tópico conto a experiência de trabalhar nos semáforos com Augusta.

Todavia, como eu tinha por objetivo fazer a observação participante com mais trabalhadores, seguindo os critérios que mencionei anteriormente, decidi procurar outros. Assim, minha banca de qualificação sugeriu que eu estudasse não só os trabalhadores “normais”, mas também as pessoas que estão no mundo da prostituição e do tráfico de drogas, no sentido de ser não-hegemônica. Nesse sentido, no dia 13 de junho de 2018, mandei mensagem para o Marcelo, um colega do Mestrado em Administração na UEM, e o convidei para que me acompanhasse nas idas noturnas à Avenida Colombo. Naquele dia, fomos por volta das 19h45min e andamos de carro por toda a extensão da Avenida Colombo a fim de encontrar esses trabalhadores informais. Percebi que o cenário noturno é totalmente diferente do dia, em virtude da presença de outros tipos de trabalhadores, tais como prostitutas, pedintes e usuários de drogas, não necessariamente nos semáforos. Recordo-me que ao observar as travestis de Maringá, eu me sentia um pouco ingênua, devido elas usarem apenas peças como calcinha e sutiã, pois em Paranavaí eu não observava isso. No trajeto realizado, notei que no cruzamento com a Avenida Mandacaru havia uma mulher com aparência de uns trinta e cinco anos, que oferecia apenas um artesanato aos motoristas. Chamou a atenção que ela estava indo somente nos carros que estavam com os vidros abertos. Verifiquei também uma grande diferença entre os dois pontos da Avenida Colombo, visto que o sentido para Sarandi tinha mais travestis/prostitutas. Observei, além disso, que as travestis/prostitutas geralmente ficam em esquinas e locais que não estejam funcionando no período noturno. No entanto, ao chegar em casa e refletir sobre esses trabalhadores, vi que eles não trabalham nos semáforos e em decorrência disso não os considerei para a concretização da pesquisa.

No dia 02 de julho de 2018, após um jogo do Brasil pela Copa do Mundo, fui caminhar, no período da tarde, para ver como estava ocorrendo o trabalho nos semáforos. No cruzamento da Avenida Colombo com a Avenida Duque de Caxias, percebi que o Mário (o conheci quando fiz observação participante com Augusta) estava vendendo água, bandeira do Brasil e protetor de sol para carro. Ele parecia cansado, ao mesmo tempo em que não perdia a

vontade de oferecer os seus produtos aos motoristas. Falou para mim que as vendas estavam fracas e que talvez isso estava acontecendo por causa do jogo que tinha terminado. Disse para mim que tinha se levantado quase às 6h00min. No mesmo semáforo, tinha outro rapaz que aparentava ser estrangeiro e apresentava uma dança com uma boneca, a qual era bem diferente e criativa. Quando o sinal abriu, me aproximei e perguntei de onde era. Ele só gesticulou que não sabia falar a minha língua e eu só perguntei: “Peru?” E ele acenou que sim. Acenei o polegar direito com sinal de positivo e ele sorriu. Me despedi deles e fui embora.

Desde o início de junho de 2018, eu já havia entrado em contato com cinco empresas para conseguir trabalhar como panfleteira. Entrei em contato via telefone e depois mandei mensagens via *WhatsApp* para elas. O que me deixava incomodada era que quando eu falava que queria trabalhar como panfleteira, as pessoas das empresas se mostravam super abertas, mas quando eu falava que se tratava de uma pesquisa de Mestrado, mesmo explicando o objetivo, elas ou não respondiam mais às minhas mensagens ou ligações ou ainda diziam que não podiam, visto que eram fiscalizadas. Felizmente, ao entrar em contato com uma sexta empresa, no dia 02 de julho de 2018, a mulher foi super atenciosa e compreensiva comigo. Nesse sentido, no dia 03 de julho de 2018 e em mais outros dois dias trabalhei como panfleteira para sua empresa. No próximo tópico descrevo o trabalho como panfleteira.

No dia 04 de julho de 2018, ao caminhar no período da manhã, observei que no cruzamento da Avenida Colombo com a Rua 10 de Maio havia duas meninas vendendo aparentemente trufas. Me aproximei das meninas e disse que eu fazia Mestrado em Administração e estava fazendo um estudo com as pessoas que trabalham nos semáforos. Percebi que uma das meninas estava desconfiada com a minha presença ali. Mas continuei conversando e explicando a minha pesquisa para acabar com aquela desconfiança. Só para constatar, perguntei o que vendiam e elas disseram que se tratavam de trufas para ajudar nas despesas da faculdade. Uma me disse que cursou Administração no IAP (Instituto Adventista Paranaense), mas que mesmo após a graduação continuava vendendo trufas no semáforo e a outra me disse que fazia finanças em uma faculdade de Maringá e que também trabalhava no semáforo para pagar as despesas da mesma. Expliquei para elas sobre a forma como eu coletaria os dados da pesquisa, porém as meninas não demonstraram interesse de eu fazer a observação participante com elas.

Fui caminhando para outro semáforo e no cruzamento da Avenida Colombo com a Avenida Morangueira, avistei diversos trabalhadores, com uma presença marcante de meninas adolescentes. Atravessei a rua e me aproximei primeiro de uma mulher que entregava

panfletos. Na verdade, ela já tinha terminado de entregar e me disse que às 10h00min iria embora, porque a tarde iria para Marialva entregar panfletos em uma faculdade. Ela me disse que se chamava Cristina e que trabalhava registrada no jornal Metro. Conversei bastante com ela, expliquei sobre a minha pesquisa e ela me pareceu bastante compreensiva em relação ao meu estudo. Disse que os serviços nos semáforos são sofridos, porque existem muitos motoristas mal educados e que nem olham para a sua cara. Com o jornal, ela me disse que o problema não é tanto, porque é algo diário e não igual todos os dias. Observei que no mesmo semáforo tinha uma moça vendendo camisetas do Brasil, pois era período de Copa do Mundo, e todas elas estavam penduradas em um “varal” e a moça estava sentada no chão, mexendo no celular. Outras duas adolescentes estavam vendendo trufas, segundo a moça que eu estava conversando, e elas tinham em média dezenove anos. Ela ainda me disse que as meninas vendiam trufas para pagar a faculdade. Continuei conversando mais um pouco e por volta das 10h00min, fui falar com uma das meninas que estava vendendo trufas. Perguntei por quanto tempo ficaria no semáforo e ela me disse que só mais duas semanas, porque só vendia as trufas no período de férias da faculdade. Após, me despedi e continuei caminhando pela Avenida Colombo.

Em seguida, fui caminhando e olhando o comércio para me localizar por onde estava caminhando. No cruzamento da Avenida Colombo com a Rua Maracanã, avistei um malabarista e um adolescente entregando panfletos. Fui me aproximando e percebi que o malabarista era o João que há dias estava no mesmo semáforo que eu e Augusta. Fui me aproximando e ele disse: “não me diz que você veio trabalhar comigo?”. Ele me cumprimentou e começamos a conversar. Pedi para que eu explicasse a minha pesquisa para ele e eu ia explicando e perguntando se tinha entendido. Daí, ele falou: “Ah, entendi! Quando chego aqui, já penduro minhas coisas na árvore, pra dizer que esse ponto já tem dono” (DIÁRIO DE CAMPO, 04 DE JULHO DE 2018). Depois disso, percebi que ele queria voltar a fazer as suas apresentações, mas deixei agendado que na segunda-feira da próxima semana eu iria começar a observação participante com ele. As observações realizadas com João serão descritas no próximo tópico.

No dia 06 de julho de 2018, saí cedo para encontrar mais trabalhadores. Fui caminhando e quando cheguei ao cruzamento da Avenida Mandacaru, observei dois senhores vendendo gomas e laranjas. Observei que o Heitor, que eu havia conversado há alguns dias, pegou suas mochilas e foi para o outro semáforo vender suas laranjas. Mas, não hesitei muito e fui conversar com o senhor que vendia gomas. Dei bom dia e perguntei se eu poderia falar com ele um pouco. Ele se chamava Inácio e era um senhor bem gentil. Falei sobre a minha

pesquisa, disse que estava trabalhando com outras pessoas nos semáforos para observar o dia a dia e pedi autorização para fazer observação de seu cotidiano no semáforo. Sem muita enrolação, disse que eu poderia ajudar sim e que ele vai ao semáforo todos os dias a partir das 8h00min. Disse ainda que só não vai trabalhar quando tem médico. Então, deixei agendado que a partir da próxima sexta-feira eu iria trabalhar com ele. No próximo tópico descrevo a permanência em campo com Inácio. Lembro que naquele dia, enquanto caminhava para ir embora, comecei a pensar que no sentido Oeste existe a predominância de pessoas mais velhas e no sentido Leste já são pessoas mais novas.

Retornando para casa, notei que no cruzamento da Avenida Colombo com a Rua Paranaguá, o Osmar estava sentado em seu banquinho e o rapaz que trabalha com ele estava vendendo as balas. Atravessei a rua e me aproximei de Osmar. Eu o cumprimentei e ele que estava sentado em um banquinho de madeira, fumando um cigarro e contando algumas moedas, se levantou e sorrindo deu-me um aperto de mão. Falei para ele que eu estava andando pela Avenida Colombo e como o tinha visto, resolvi ir conversar com ele. O rapaz, chamado Roberto, também se aproximou para conversar. Sobre a minha pesquisa, Osmar falou que eu poderia levar o celular e tirar fotos do trabalho deles, que eu poderia até oferecer balas e ficar o dia inteiro com eles. Ele me disse ainda que quando fosse trabalhar com eles, eu poderia almoçar junto porque o rapaz do restaurante dá o almoço de graça, uma vez que sempre trocam moedas. Assim, deixei agendado com o Osmar que na próxima quarta-feira eu iria ficar com eles para poder observá-los em seus trabalhos. Entretanto, logo quando iniciei a observação participante, Osmar se ausentava bastante e por isso conversamos e entramos em um consenso de que eu trabalharia com o Roberto. No próximo tópico descrevo como foi trabalhar com ele.

No dia 10 de julho de 2018, ao caminhar pela Avenida Colombo no período da manhã, encontrei uma menina que vendia trufas na Avenida Pedro Taques. Me aproximei e a cumprimentei. Ele se apresentou como Bianca e disse que trabalhava nas férias e em todo o semestre da faculdade. Expliquei sobre a minha pesquisa, falei que eu já trabalhava com outras pessoas nos semáforos da Avenida Colombo e que já tinha falado com outra menina que vendia trufas, mas ela já iria parar, pois só trabalhava no período de férias. Conversamos por alguns minutos e ela falou que, se quisesse, eu já poderia começar a trabalhar com ela para fazer a pesquisa naquele dia, uma vez que ela tinha uma bolsa reserva contendo trufas. Apesar de eu considerar a situação de Bianca mais como um “bico”, não descartei a participação, posto que poderia compreender mais um pouco sobre o dia a dia nos semáforos.

Destarte, os detalhes sobre a observação participante com ela serão descritos no próximo tópico.

Assim, essas primeiras idas a campo, anteriores à observação com cada trabalhador, possibilitaram que eu tivesse certa aproximação com as pessoas. Lembrando que a minha permanência em campo com cada trabalhador não teve início tudo no mesmo período, na mesma semana. Primeiro, comecei a trabalhar com Augusta e conforme eu ia conhecendo outras pessoas e refletindo sobre os critérios, pedia autorização para fazer a observação participante com elas, conforme pôde ser observado nas datas acima. Além disso, não defini um dia específico da semana para trabalhar com cada uma, mas procurava variar os dias e os horários para sentir as diferenças no dia a dia. Por exemplo, com Augusta eu buscava acompanhá-la da seguinte forma: uma semana eu ia na terça-feira, na outra semana eu ia na quinta-feira e outra vez eu ia no sábado. Deste modo, para melhor compreensão de como foi este processo, no próximo tópico descrevo o cotidiano de cada trabalhador em que pude observar e conviver durante a realização da pesquisa de campo.

5.2 O COTIDIANO OBSERVADO E VIVENCIADO DOS TRABALHADORES DOS SEMÁFOROS

5.2.1 Augusta: “me dá uma ajudinha”

Comecei a trabalhar nos semáforos com Augusta, uma senhora evangélica de 62 anos, que vende paçoca, cocada e amendoim nos cruzamentos da Avenida Colombo com a Avenida Duque de Caxias, mudando de semáforo conforme as vendas. Logo no primeiro dia em que trabalhei com Augusta, esta me passou alguns doces e em seguida explicou: “o amendoim é R\$ 2,00, mas tem um que é maior e custa R\$ 3,00, a paçoca custa R\$ 3,00 e a cocada é R\$ 4,00. Pode fazer duas cocadas e uma paçoca por R\$ 10,00 porque assim vende mais rápido” (DIÁRIO DE CAMPO, 12 DE JUNHO DE 2018). Além disso, ela me disse para insistir um pouco com os motoristas igual sua irmã faz ao dizer “me dá uma ajudinha”.

Nos dias em que permaneci em campo com Augusta, observei que era comum os motoristas ajudarem, seja deixando o troco ou dando o dinheiro mesmo e não levando o produto. Ao retomar meu diário de campo (12 DE JUNHO DE 2018), verifiquei que certo dia,

ao oferecer os doces, um senhor me disse que não queria, porém iria me dar uma “ajudinha”. Peguei, nem olhei o valor, agradei e saí em direção a Augusta para lhe passar o dinheiro. Quando olhei, eram R\$ 0,25 e pensei: “sacanagem!”. Quando cheguei perto de Augusta, ela ficou bem satisfeita com aquela moeda, pois R\$ 0,25 ajudariam a pagar sua passagem de ônibus de volta a Paranaíba. Outra vez, anotei em meu diário de campo (09 DE AGOSTO DE 2018) que ela havia ganhado R\$ 50,00 de um rapaz. Se aproximou de mim e, com os olhos cheios de lágrimas, me mostrou a nota de R\$ 50,00 e disse que iria pagar sua conta de água. Ao trabalhar com Augusta, isso acontecia comigo por várias vezes, visto que os motoristas também me davam um determinado valor como uma forma de ajudar.

Quando comecei a trabalhar com Augusta, confesso que não senti vergonha de vender nos semáforos, o que me surpreendeu. Todavia, o que me incomodava no começo era a tamanha ignorância por parte de alguns motoristas. Isso me deixava chateada, mas eu tinha que persistir para conseguir vender, poder vivenciar o dia a dia sob o semáforo e compreender as práticas. Então, ao longo dos dias de trabalho foi se tornando algo natural. Por que natural? A sensação que tive era que com o trabalho nos semáforos, as pessoas se acostumam a conviver com isso, porque como dependem dos motoristas às vezes precisam relevar. No tópico 5.5 eu discuto sobre isso novamente.

Ademais, nos dias em que trabalhei com Augusta, verifiquei que quando um semáforo tem menos fluxo de veículos ou as vendas estão fracas, ela sempre muda de um para o outro e após as 10h00min tenta não ficar no semáforo da Avenida Colombo, tendo em vista que sua irmã fica nele. Nos dois casos, enquanto Augusta vendia as guloseimas de um lado da Avenida, eu vendia do outro.

Destaco que eu sempre procurava oferecer os produtos com um sorriso e sempre agradecia mesmo quando a pessoa não comprava. Relendo o meu diário de campo (12 DE JUNHO DE 2018), anotei que tinha aqueles motoristas que baixavam o vidro do carro para, pelo menos, dizer que não queriam. Como também, havia aqueles que apenas acenavam com o dedo com sinal de negativo. Lembro que um que estava falando ao celular, nem acenou, nem nada, apenas me ignorou. Sem contar que os carros com vidro fumê, eu tinha que forçar a minha visão para tentar enxergar o gesto de alguns motoristas no interior do carro. Além disso, percebia que as pessoas que passavam pelo semáforo me olhavam com piedade e outras eu tinha a percepção que pensavam: “o que aquela menina faz ali no semáforo?”. Mesmo assim, continuava o meu trabalho.

Mesmo com certos olhares de alguns motoristas, outros mostravam preocupação comigo e perguntavam se eu estava passando filtro solar, pois o sol estava muito quente.

Como também, outros motoristas tinham curiosidade de saber se eu estava trabalhando no semáforo e até me ofereciam emprego. Ao revisitar o meu diário de campo (26 DE JUNHO DE 2018), vi que anotei: “quando eu estava oferecendo os doces para uma motorista, ela perguntou se eu queria vender Racco (linha de cosméticos). Eu disse que não e lhe expliquei que estava trabalhando no semáforo para uma pesquisa”. Outra curiosidade era saber se eu era filha de Augusta.

Ao trabalhar com Augusta, observei que os carros que estavam com os vidros fechados, ela apenas oferecia de longe e prosseguia, mas nos carros que estavam com os vidros abertos, oferecia de perto e eu via um pouco de insistência de sua parte. Por vezes, ela ficava durante todo o sinal fechado em um ou dois carros. Observando isso, passei a adotar a mesma estratégia, ou seja, focar mais em carros com vidros abertos. Pra vender mais, certo dia, como o sol estava bem quente, resolvi ir beber água no Sesc - Serviço Social do Comércio - e Augusta disse que conforme fosse andando para tomar a água, eu poderia vender para os transeuntes ou mesmo para os motoristas.

Desde o início, Augusta dizia para eu vender mais pela lateral, visto que seria perigoso andar entre as motos e os carros. Agindo desta forma, passei a oferecer os doces a todos os motoristas que estavam na lateral, mas em determinados momentos tinha que ir ao meio da Avenida. Por exemplo, algumas vezes os motoristas me chamavam para comprar algum doce e eu tinha que ir, caso contrário perderia uma venda.

Todos os dias em que trabalhei com Augusta, ela reclamava que as vendas estavam fracas, principalmente em final de mês e também após as 10h00min que era quando seus parentes chegavam de Paranaíba para trabalhar na Avenida Morangueira vendendo os mesmos produtos. Além disso, observei que no início da manhã as vendas eram mais difíceis, visto que quando os motoristas dão notas de valores maiores, não há troco para dar às pessoas que compram. Conforme destaquei em meu diário de campo (26 DE JUNHO DE 2018): “oferecendo no semáforo, um rapaz me disse que queria uma cocada e me deu uma nota de R\$ 5,00. Eu disse que não tinha troco e ele falou: ‘cêis’ dão o golpe. Dando risada, deixou um real a mais para mim”. Mas conforme íamos vendendo, esta situação era amenizada no decorrer do dia.

Também observei que geralmente Augusta leva quarenta cocadas, dez paçocas e dezesseis amendoins para vender no dia. Ou seja, existe um planejamento, a gestão ordinária, para que as vendas deem para o dia. No entanto, houve dia em que Augusta não ia trabalhar e quando eu ia trabalhar com ela novamente, lhe perguntava o motivo de não ter ido. Ela me dizia que sua filha não tinha feito as cocadas e não teria como vender. Ou então, não havia

pegado paçocas de sua irmã e que só pegaria no outro dia. Como eu não tinha dia definido para trabalhar com ela, havia dias em que eu ia até o semáforo e ela não estava, o que no começo para mim era frustrante, mas depois fui me adaptando ao fato de que era comum “faltar”.

Tiveram dias, comumente na parte da tarde, em que o sol estava escaldante. Nisso, a minha cabeça doía, os braços doíam por conta de segurar os produtos e as pernas doíam em virtude de não parar de andar. Mas procurava não demonstrar o meu cansaço aos trabalhadores. Eu que não tinha o costume de tomar muita água várias vezes ao dia, me vi se dirigindo várias vezes ao Sesc para tomar água. E isso era visível com os próprios trabalhadores. Quando o sol estava muito quente ou suas pernas estavam doendo, por exemplo, Augusta atravessava a Avenida e se sentava em uma caixa de concreto que havia no canteiro central da Avenida Colombo e quando queria tomar água e/ou ir ao banheiro ela se deslocava ao Sesc e algumas vezes ficava lá descansando em um banco.

Um aspecto que pude observar foi a presença de outros trabalhadores no cruzamento em que Augusta trabalha e era inevitável manter contato com eles. Augusta conversava com todos, seja para falar sobre o dia a dia no trabalho ou até mesmo para dizer para a pessoa não ficar no mesmo semáforo que ela, pois causaria “estorvo” e observei que os demais trabalhadores possuem certo respeito por ela. Devido a isso, acabei fazendo amizade com os demais trabalhadores que disputam o sinal. Dentre as pessoas que convivem nos semáforos com Augusta, pude conhecer, por exemplo, Teresa (sua irmã) durante dois dias⁷ de observação participante e Mário, que é um senhor que trabalha nos mesmos semáforos e que vende mais de um produto. Por exemplo, quando eu estava iniciando a observação participante era época de Copa do Mundo e ele vendia bandeiras do Brasil e protetor de sol para carro no período da manhã e a tarde também vendia água. Outras vezes, ele vendia paçoca e carregador de celular. Ao fazer a observação participante com Augusta, eu vendia os doces de um lado, ela de outro e o Mário andava entre os carros para oferecer os seus produtos. Sempre quando o sinal abria, voltávamos para o início da fila conversando sobre as vendas ou sobre a vida pessoal. Por exemplo, Mário sempre conversava comigo a respeito de seu processo de aposentadoria.

Além das amigas que fiz quando trabalhei com Augusta, tive a impressão de que passei a ser “respeitada”. Sobre isso, relendo o meu diário de campo (26 DE JUNHO DE 2018), recordei-me de uma situação de que eu estava tentando vender no cruzamento da

⁷ Convivi com Teresa durante dois dias, visto que ela fraturou seu pé e se ausentou dos semáforos por um tempo.

Avenida Colombo com a Avenida Duque de Caxias e quando voltava para o início da fila para tentar vender os doces, um rapaz, vendedor de gomas, estava chegando para vender ali onde eu estava. Quando o sinal fechou, ele saiu na minha frente para oferecer seus produtos para o motorista primeiro. Rapidamente o Mário se aproximou e disse para o rapaz que eu já estava naquele ponto, que eu era “dona”, e que ele não poderia ficar ali. Continuei oferecendo e com um pouco de pena do rapaz que saiu caminhando para outro semáforo, mas não sei para qual ele foi.

Outra situação foi quando uma menina que estava vendendo trufas na Avenida Duque de Caxias foi ao semáforo da Avenida Colombo, em que estávamos trabalhando, e disse para mim que iria ficar junto conosco. Fiquei sem reação, já que eu não achava justo “expulsar” outros trabalhadores, e disse que para mim não teria problema, mas o Mário disse que não dava para ficar quatro vendedores juntos, porque iria estragar as vendas, já que os motoristas não compram quando tem muita gente, e que tinha que ficar três onde ela estava e três onde estávamos. Como também, Augusta se aproximou e disse que muita pessoa no mesmo semáforo estorva. Antes de sair, a menina me disse que achou o posicionamento do Mário ridículo, pois a rua é pública. Me disse ainda que estudou na UEM, estava desempregada e resolveu vender trufas nos semáforos, mas estava desanimada, pois era seu primeiro dia e tinha vendido apenas uma trufa no período da manhã.

Alguns dias trabalhando com Augusta, observei também a presença de malabaristas ou pessoas com outros tipos de apresentação. Retomando o meu diário de campo (21 DE JULHO DE 2018), anotei: “teve um momento em que ofereci os doces para uma motorista, ela negou e depois deu dinheiro para o rapaz que estava se apresentando”, o que eu refletia que com os malabaristas eles poderiam dar qualquer valor, o que não acontecia com os vendedores que possuíam valores estipulados para seus produtos.

Pude observar, que por diversas vezes os trabalhadores que estavam naquele semáforo ficavam perguntando se o outro estava vendendo bem, se o pedinte ou o malabarista ganhava dinheiro e qual era o valor que cada um estava tirando. Um queria saber do trabalho e lucro do outro trabalhador. O Mário, por exemplo, perguntava direto quantas “peças” eu tinha vendido no dia. Sobre isso retomei meu diário de campo (16 DE AGOSTO DE 2018) e vi que o Mário dizia para Augusta que eu “tinha uma clientela boa!” e que eu era “uma boa trabalhadora” devido às vendas que estava fazendo.

Ademais, em minha permanência em campo com Augusta, durante alguns dias almocei com ela. Vendíamos na parte da manhã e por volta das 12h30min íamos a algum restaurante das proximidades e logo após almoçar retornávamos ao semáforo. Recordo-me

que uma vez ao chegar ao restaurante para almoçar, ela perguntou sobre o irmão do rapaz que havia nos atendido e pediu um desconto para ela e para mim, falando que eu era sua amiga.

Assim, no total permaneci doze dias trabalhando com Augusta que foi o tempo em que as observações começaram a se tornar repetitivas e sem muitas novidades.

5.2.2 João: “viva!”

João é malabarista, trabalha no cruzamento da Avenida Colombo com a Rua Maracanã e não possui horário fixo, visto que têm dias que trabalha no período da manhã, em outros no período da tarde e em outros dias trabalha no período da noite. Conforme a necessidade, ele vai ao semáforo em dois períodos como de manhã e à noite, por exemplo. Além disso, têm dias que João não vai trabalhar e, segundo ele, isso ocorre porque faz alguns bicos, como, por exemplo, colocar azulejo. Por conta disso, diversos dias em que fui para trabalhar com ele, eu não o encontrava. Ressalto que com ele eu também não tinha dias fixos para acompanhá-lo, mas ia em variados dias da semana.

O trabalho com João foi o que eu fiquei mais limitada em participar. Isto porque, como ele trabalha com apenas um material, diferentemente dos vendedores, não tinha como participar literalmente, a não ser que houvesse um revezamento entre eu e ele. Porém, várias vezes procurei uma brecha para falar e trabalhar, mas ele sempre desviava o assunto. Foi então que resolvi realizar pequenas atividades como cuidar do ponto, comprar produtos que ele precisava usar para se apresentar, avisar quando algum motorista dava dinheiro e aprender malabarismo. Como eu fiz isso? De modo a complementar essas atividades, confeccionei minhas próprias claves em casa. Então, nos dias em que estava com ele, enquanto se apresentava, eu ficava tentando aprender o malabar no canteiro central e ao mesmo tempo atenta ao seu trabalho. Relendo meu diário de campo (09 DE JULHO DE 2018) anotei que certo dia quando o sinal estava aberto, João se aproximou de mim e falou para eu “brincar com as claves”, já que só se aprende malabarismo brincando. Em seguida, tirei os óculos para não quebrá-los e os coloquei no bolso. Ele pegava uma clave e jogava para mim, eu não conseguia pegá-la com apenas uma mão, mas pegava com as duas. Nossa! Eu era muito desastrada. No período em que permaneci em campo com João, notei que as pessoas me olhavam e parecia que se perguntavam a razão de eu estar ali no semáforo com um malabarista.

Nos dias de observação participante, verifiquei que para trabalhar no semáforo, João utiliza roupas coloridas. Às vezes é verde e amarela, outras vezes é laranja ou ainda vermelha. Ele também pinta o seu rosto com *pancake*⁸ e faz detalhes utilizando-se de lápis de olho e batom. E carrega sempre consigo uma bolsa e três claves.

No período da manhã, João geralmente chega por volta das 9h20min e já pendura sua bolsa em uma placa de sinalização. Comumente, deixa as claves encostadas na placa de sinalização e vai ao posto de gasolina, provavelmente para tomar café, tomar água ou ir ao banheiro. Quando retorna, já começa a se apresentar para os motoristas, sendo que quando o sinal fecha, primeiro os cumprimenta.

Mas destaco que as saídas de João me deixavam inquieta e ao longo do período de permanência em campo foram tornando-se visíveis para mim. Observei que João saía algumas vezes do ponto que estava trabalhando e ia ao posto de gasolina, segundo ele, “calibrar os neurônios”. Quando voltava, eu reparava que ele parecia mais animado e já começava a se apresentar para os motoristas. Por vezes, ele mudava de humor comigo e se mostrava “arisco” com a minha permanência em campo e meu tipo de pesquisa. Algumas vezes, perguntou se eu não era alguma psicóloga que o estava pesquisando e que também nunca tinha visto o tipo de pesquisa que eu estava fazendo, como participar do dia a dia dele. Outra vez relatei em meu diário de campo (14 DE AGOSTO DE 2018) a seguinte situação: às 11h12min, João disse que ia sair, que demoraria somente uns dez minutos que é o “tempo para ele ficar legal”. E eu fiquei perto da árvore cuidando do seu ponto. Passaram vinte minutos e nada do João voltar. Passaram quarenta minutos e nada. João voltou às 12h10min e eu vi que seus olhos estavam bem vermelhos. Ele me disse que tinha começado a falar com um conhecido e que não viu a hora passar.

Ademais, as palavras utilizadas em suas apresentações são: “Bom dia para todos... e para mim também. Ótima semana...”. João sempre assovia neste momento e ao mesmo tempo que faz o malabarismo, sorri, conversa e brinca com os motoristas. Quando, por ventura, cai alguma clave no chão ele diz: “e de novo para um número perfeito”, com o intuito de não perder o ritmo e os motoristas continuarem o assistindo. Quando João termina de se apresentar, ele tira o chapéu da cabeça e passa de carro em carro para que os motoristas o recompensem por sua apresentação. No momento em que recebe dinheiro dos motoristas, ele diz: “Viva!”. Após isso, com o sinal já aberto, João fica no canteiro central da Avenida Colombo com seus braços esticados, com o objetivo de conseguir mais recompensas. O

⁸ Base branca utilizada para fazer a maquiagem.

dinheiro recebido é colocado em sua bolsa que fica pendurada na placa de sinalização e logo em seguida ele volta a se apresentar. Depois de se apresentar, é comum João conversar com os motoristas e/ou passageiros, mesmo que às vezes isso lhe custe um sinal fechado. Em meu diário de campo (31 DE JULHO DE 2018) escrevi: “apresentou-se, depois foi pegar o dinheiro com os motoristas. Mas, ele começou a conversar com uma moça e tinha um homem lhe chamando para dar dinheiro. Como João não ouviu, o gritei para ir pegar, pois o sinal já estava abrindo”.

Durante os dias de observação participante, notei que o dinheiro recebido variava de moedas até cédulas de valores maiores. Recordo-me que em um dia João se aproximou e mostrou, com o dinheiro na palma da mão, o tanto que tinha ganhado em uma apresentação: R\$ 0,05. Porém, apesar de valores menores como este, João sempre agradecia aos motoristas e soltava um “viva!”. Em outros momentos, lembro que ao passar o chapéu entre os motoristas, um destes deu a ele R\$ 5,00. João disse que tinha conta de energia para pagar e que se o motorista quisesse, até pegaria a conta no carro para ele ver. Foi então que o motorista lhe deu mais R\$ 20,00.

Em algumas conversas, quando o sinal estava aberto, João dizia que tinha uma prestação para pagar e por isso teria que trabalhar bastante. Em um determinado dia, ele falou para mim que precisava conseguir R\$ 80,00, visto que tinha que levar seu carro para lavar, cortar o cabelo do seu filho e comprar um chip para seu celular. Por isso, naquele dia faria dois turnos para conseguir esse valor. Em outro dia, João disse que precisava conseguir R\$ 60,00 no semáforo para pagar duas contas de energia, pois tinha receio de chegar a terceira e fazerem o corte.

O que chamou a minha atenção é que João tem muitos conhecidos que passam por aquele semáforo. Lembro-me que ele cumprimentava e/ou conversava com várias pessoas e elas acabavam por me cumprimentar também. Além disso, percebia que do outro lado da Avenida Colombo, carros e motos sempre buzinavam para ele, ou até mesmo as pessoas falando em tom alto: “viva!”.

Diferentemente dos outros pontos em que fiz observação participante, no semáforo em que João trabalha não ficam muitos trabalhadores. De vez em quando, algum trabalhador ficava junto conosco para entregar panfleto e isso não acontecia todos os dias. Algumas vezes tive contato com um senhor, já idoso, que entregava panfletos alguns dias da semana naquele semáforo, pois já era um ponto estabelecido pela empresa.

Ademais, observando, reparei que João não tinha discutido com os panfleteiros por estarem trabalhando em seu ponto. Quando questionei isso a João, me disse que é porque eles

não estão vendendo, mas quando são pessoas que objetivam conseguir dinheiro, ele briga sim. Disse que luta pelo seu ponto, pois sobrevive daquele semáforo. Assim, João não deixa outros trabalhadores venderem ou pedirem dinheiro no semáforo em que trabalha.

Recordo-me que numa tarde, quatro indígenas estavam caminhando em sentido ao semáforo, provavelmente para pedirem dinheiro. João já olhou com “cara feia” para eles. Então, eles se sentaram na calçada do outro lado da Avenida, esparramaram um pano no chão e arrumaram suas coisas. Nesse momento, João já estava muito bravo, dizendo que “o pessoal que trabalha nos semáforos briga com os indígenas, pois eles vêm de ‘outras quebradas’ e querem roubar o nosso espaço”, conforme descrevi em meu diário de campo (07 DE AGOSTO DE 2018). Ele falava alto e gesticulava para mostrar aos indígenas que eles não deveriam trabalhar no mesmo semáforo que ele.

Em seguida, escrevi em meu diário de campo (07 DE AGOSTO DE 2018) que João me deixou cuidando do ponto e disse que ia abastecer o carro. Eu fiquei apenas observando os indígenas. Pouco depois ele estacionou o carro e perguntou: “cê segura a mula aqui?” (cuidar do ponto). Eu disse que ficaria cuidando do ponto para os indígenas não irem, pois o João tinha que provar uma roupa de um evento que iria participar fazendo malabares. Assim, fiquei andando pelo canteiro central para mostrar que ali já tinha gente, mas parece que isso não ajudou muito. Isto porque, pouco depois um menino veio pedir dinheiro no semáforo em que eu estava. E depois, veio uma mulher e mais duas crianças. Esta mulher ficava sentada no chão e colocava a menina para pedir dinheiro. Quando João chegou, ficou muito bravo. Falou para os indígenas saírem, porque ali era o “canal” dele. Ele ficava mais bravo ainda, porque quando as crianças iam pedir dinheiro, os motoristas davam para elas e deixavam ele sem. Tentei conversar com as mulheres indígenas, mas elas nem ligavam para o que eu falava. Em certo momento, João se estressou tanto que ele colocou suas chaves no chão e começou a bater palma pelo fato da criança estar pedindo dinheiro. Foi quando os indígenas resolveram sair e foram para o outro lado da Avenida e, assim, João disse que não deixa ninguém ficar naquele ponto.

Certa vez, fui acompanhar o trabalho de João no período noturno e desta vez o Marcelo me acompanhou. À noite, João costuma trabalhar após as 19h00min. Naquele dia havia um pedinte no semáforo, mas quando João chegou, após alguns minutos, aquele foi embora. Ao retomar meu diário de campo (23 DE AGOSTO DE 2018), anotei: “depois, ele me deu R\$ 5,00 e pediu para que fosse ao posto de combustível comprar gasolina. Fui ao posto e quando voltei, ele estava se maquiando dentro do carro”. Chegando ao semáforo, ele colocou um pouco de gasolina em um pedaço de garrafa pet e em seguida colocou gasolina

nas tochas, acendeu o fogo com um isqueiro e já começou a se apresentar. Ele sempre passava em meio aos carros e esticava os braços com o chapéu em suas mãos, assim como ocorre no período da manhã e da tarde. À noite, quando se apresenta, fala: “Viva! Fogo” e também as frases de “Boa noite! Ótima semana!”, sempre brincando com os motoristas.

Com João, permaneci em campo durante dez dias que foi o momento em que eu não via mais novidades e, além disso, no último dia, ele estava um pouco alterado e disse que não era para eu o acompanhar mais.

5.2.3 Roberto: “tem que ter persistência”

Roberto é vendedor de balas, trabalha no cruzamento da Avenida Colombo com a Rua Paranaguá e sua rotina de trabalho no semáforo acontece entre às 8h00min até às 14h00min, aproximadamente. Mas esses horários variam conforme o movimento, as vendas e a quantidade de pacotes de balas que ele tem por meta vender diariamente. No semáforo em que ele fica também trabalha Osmar (digo de modo fixo), o qual vende os mesmos produtos e da mesma forma que Roberto.

Trabalhando com ele, me propus a vender os pacotes de balas. Desse modo, nos dias de observação participante, notei que logo ao chegar para trabalhar, tanto Roberto quanto Osmar possuem o costume de pendurar seus pertences em um pé de árvore. Recordo-me que uma vez Osmar disse para mim que foi ele mesmo quem colocou os pregos na árvore e que esta era o seu guarda-roupa.

Ademais, ambos os trabalhadores têm a prática de revezar para colocar as balas nos retrovisores dos carros. O que quero dizer com isso é que enquanto o Osmar entregava na primeira fileira, o Roberto colocava nas filas do meio, enquanto um sentava-se para descansar o outro trabalhava, tornando-se visível para mim uma relação muito boa entre eles. Por eu estar trabalhando com eles, isso também acontecia comigo, ao passo que nos comunicávamos em relação a vez de cada um “tacar” as balas nos retrovisores. Como escrevi em minhas anotações de campo: “eu colocava as balas nos cinco primeiros carros quando a fila estava grande. Quando a fila estava pequena, com uns quatro carros, apenas Roberto ia a fim de colocar em todos” (DIÁRIO DE CAMPO, 08 DE AGOSTO DE 2018).

Tanto Roberto quanto Osmar pareceram-me já serem conhecidos pelos motoristas. Em relação a isso, retomei meu diário de campo (01 DE AGOSTO DE 2018), pois, em um dos

dias em que trabalhei com eles, peguei cinco pacotes de balas na bolsa do Roberto e fui tentar vender. Um motorista perguntou se eu estava ajudando o Osmar e o Roberto e eu disse que sim. Por conta disso, ele me deu algumas moedas. Neste cenário, as gorjetas se tratavam de algo que diariamente eu ganhava, assim como os demais trabalhadores.

Como também, ambos colocavam as balas em 10 a 13 retrovisores, conforme o volume de carro, e depois voltavam correndo para pegá-las novamente. Por eu não ter tanta agilidade, logo quando comecei a trabalhar, Roberto disse para eu pegar alguns pacotes de balas. Conforme destaquei em minhas anotações de campo: “peguei quatro pacotes de balas para colocar nos retrovisores, pois caso pagasse mais o sinal poderia abrir e eu poderia perdê-los. O Roberto até brincou dizendo: ‘se você correr, você some’, pelo fato de eu ser magra” (DIÁRIO DE CAMPO, 20 DE JULHO DE 2018). Nesse sentido, percebi que devido à quantidade que colocam, o trabalho deles requer muita agilidade e, por isso, eu conseguia colocar no máximo seis pacotes de balas nos retrovisores dos carros.

O que vem à minha mente, é que era comum eles colocarem as balas nos carros e não dar tempo de voltarem para pegar, pois o sinal abria e os carros iam embora com as balas penduradas nos retrovisores. Algumas vezes, os pacotes de balas caíam quando o carro fazia a próxima curva e um de nós ia pegar. Só pegávamos de volta se os carros não tivessem passado por cima e as amassado.

Outro aspecto que verifiquei é que eles mesmos montam os pacotes de balas. Certa vez, enquanto estávamos conversando no canteiro central, eles me contaram que fecham a embalagem com serrinha e vela/ferro de passar. Todos os dias, quando ia trabalhar com Roberto e Osmar, eu gostava de ver as mensagens nos pacotes de balas quando o movimento estava fraco. Recordo-me que em um momento de descanso, Roberto me disse que mudava as frases todas as semanas para chamar a atenção dos motoristas.

Figura 2 – Pacotes de balas com mensagens distintas



Fonte: material de campo.

No entanto, eu observava que alguns motoristas nem olhavam o pacote que estava no retrovisor de seu carro. Outros pegavam o pacote de bala, olhavam e colocavam no retrovisor novamente. A respeito disso, reli meu diário de campo (20 DE JULHO DE 2018) e verifiquei que fiz a seguinte anotação: “quando eu tinha colocado os pacotes de balas nos retrovisores dos carros e estava voltando para pegar novamente, um senhor me disse com a cara fechada: ‘isso [o valor] não vale nem a bala!’”. Isso me deixava chateada, mas em seguida eu recomaçava o trabalho, porque apesar desse tipo de pessoa, outras davam ânimo. Por exemplo, pessoas que sorriam, agradeciam e que demonstravam certa preocupação conosco.

Em minha permanência em campo, notei que Osmar não tinha muita paciência. Então, quando ele colocava os pacotes de balas nos retrovisores dos carros em dois sinais fechados e conseguia vender apenas um ou nenhum, logo pegava suas coisas e ia embora. É aí que destaco a relação de amizade que eu observava entre ele e Roberto. Este último falava várias vezes para aquele: “tem que ter persistência Osmar”, caso contrário não conseguiria vender e era uma frase muito dita por ele. Em meu diário de campo (01 DE AGOSTO DE 2018), escrevi: “quando voltei para passar o dinheiro para o Roberto, o Osmar disse: ‘olha, três numa pancada só!’”, pois eu tinha conseguido vender três vezes e naquele momento ele não tinha conseguido vender nenhuma vez. Quando viu isso, arrumou suas coisas e foi embora. Depois Roberto me disse que Osmar fica bravo quando vê que o outro está vendendo e ele não.

Conquanto, nos dias de observação participante, verifiquei que a forma como eles praticam o trabalho nos semáforos é diferente. Sobre isso, em meu diário de campo (29 DE AGOSTO DE 2018) anotei que enquanto eu estava tentando vender as balas, um senhor disse: “não quero comprar, não!”, mas quando voltei ele acabou comprando. Isso me fez pensar que o ato de colocar as balas nos retrovisores e depois voltar para pegar, faz com que aquele motorista que não queira comprar, repense um pouco e compre.

Um dia, ao chegar para trabalhar, Roberto me disse que há uns vinte minutos, um motorista “jogou sua balinha do outro lado da rua” (DIÁRIO DE CAMPO, 05 DE SETEMBRO DE 2018). Pude constatar essa situação quando eu trabalhava. Retomando meu diário de campo (08 DE AGOSTO DE 2018), anotei que em um determinado carro coloquei as balas no retrovisor e o motorista disse que não era para por, mas educadamente eu disse que já voltava para pegar. Depois que coloquei as cinco nos carros e estava voltando para pegar, o motorista estava batendo desesperadamente no vidro para tirar as balas de seu carro. Naquele dia, eu e Roberto estávamos trabalhando embaixo de chuva e apesar de eu perceber que as vendas estavam melhores, não deixavam de existir motoristas apáticos.

Nos semáforos, os trabalhadores convivem com diferentes tipos de pessoas e para poderem trabalhar, muitas vezes precisam relevar a falta de educação e o desprezo de alguns motoristas. Relendo meu diário de campo (11 DE SETEMBRO DE 2018), escrevi: “uma motorista levantou o vidro do carro quando eu estava me aproximando para colocar o pacote de bala no retrovisor de seu carro”. Por outro lado, existem motoristas que ajudam, conforme descrevi em minhas anotações (11 DE AGOSTO DE 2018): “enquanto estava tentando vender as balas, um motorista me deu R\$ 10,00. Em seguida, passei o dinheiro ao Roberto que disse: ‘que benção!’”. Por várias vezes, quando o fluxo estava pequeno, descansávamos e vi alguns motoristas chamarem para comprar pacote de bala.

Assim como com os demais trabalhadores, eu me sentia útil trabalhando com Roberto. Conforme escrevi em meu diário de campo (05 DE SETEMBRO DE 2018), o Roberto colocou as balas em cinco sinais fechados, se aproximou de mim e disse para eu tentar vender, pois ele não estava conseguindo. Coloquei nos carros e logo na primeira “tacada” vendi dois pacotes de balas. Roberto ficou bem feliz e disse que eram os dois que ele estava precisando vender. Além disso, eu era elogiada e em meu diário de campo (20 DE JULHO DE 2018) algumas anotações demonstraram isso: “Roberto disse: está sendo uma boa vendedora! Se nada der certo, vem para os semáforos”. E depois “está se tornando uma boa vendedora, vou te contratar”.

Mas, por vezes pensei que conseguia vender devido eu ser jovem e mulher e isso ficou evidenciado na seguinte anotação: “depois de oferecer as balas, o Osmar se sentou e eu fui tentar vender. Quando um rapaz me deu R\$ 2,00, o Osmar disse: ‘você é chamativa!’” (DIÁRIO DE CAMPO, 11 DE AGOSTO DE 2018).

A minha saída de campo com Roberto ocorreu após doze dias de trabalho, quando tudo se tornou natural e eu não via mais novidades em seu cotidiano.

5.2.4 Inácio: “o povo só compra de mim por causa da minha idade avançada”

Inácio é um senhor de 72 anos, aposentado e que trabalha no cruzamento da Avenida Colombo com a Avenida Mandacaru, de segunda a sábado, geralmente das 8h00min às 18h00min, vendendo gomas e chicletes. Há dia em que ele vai ao médico e por isso não vai trabalhar. Mas, quando dá tempo ele chega mais tarde ao trabalho no semáforo, por exemplo, às 10h00min.

Para acompanhar o dia a dia de Inácio, me propus a vender gomas nos semáforos juntamente com ele. Nesse sentido, no início da observação participante, ao retomar meu diário de campo (11 DE JULHO DE 2018) fiz a seguinte anotação: “ele me disse que era para eu vender somente na beira da calçada, porque no meio era mais perigoso. Disse que ele mesmo vendia no meio, já que tinha mais experiência”. Embora vendesse pela lateral, algumas vezes quando os motoristas chamavam, eu me inseria entre os carros para poder realizar uma venda.

Um aspecto que observei é que algumas vezes Inácio chega com seu carrinho, outras vezes busca na oficina e o encosta num canto. Sobre os primeiros momentos de trabalho, escrevi em meu diário de campo (25 DE JULHO DE 2018) que ele tirou do carrinho duas caixas de gomas que não tinha vendido no sábado, pois disse que naquele dia as vendas estavam muito ruins, e deu uma caixa para mim. Depois, ajeitou sua garrafa de água, um pote de biscoito salgado e seu colete em um saco dentro do carrinho. Tudo arrumado, ele derrubou no chão uma corrente com cadeado para amarrar o seu carrinho. Ele enrolou a corrente no mesmo e prendeu ao pé de um carrinho de comércio de lanches. Então, fomos ao semáforo trabalhar.

Figura 3 – Inácio com seu colete e o carrinho amarrado



Fonte: material de campo.

Da mesma forma que pode deixar seu carrinho na oficina, quando Inácio quer tomar água e/ou ir ao banheiro vai até ela, pois, segundo ele, é o único que tem autorização para tomar água e ir ao banheiro na oficina. Como também, Inácio compra as caixas de goma em uma loja de doces que fica localizada perto daquele cruzamento. Desse modo, ele não precisa se preocupar em levar ao semáforo uma quantidade de caixas, visto que quando está vendendo e as gomas acabam, ele só pega o dinheiro e vai comprar mais. Quando nossas caixas de gomas estavam quase vazias, Inácio colocava o resto de suas gomas em minha caixa e ia comprar mais na loja de doces. E quando já era final de tarde, ele dizia para mim que se caso não vendesse, deixaria para o dia seguinte. Ademais, lembro-me que um dia, enquanto estávamos vendendo, um motorista perguntou ao Inácio se ele não tinha “Trident”. Como não tinha, rapidamente foi na loja e comprou alguns para vender caso mais alguém pedisse (DIÁRIO DE CAMPO, 30 DE JULHO DE 2018).

Inácio já é bem conhecido pelos motoristas. Relendo meu diário verifiquei que anotei a seguinte situação: “enquanto estava oferecendo as gomas nos carros, uma mulher perguntou se eu estava ajudando o ‘vozinho’ e no momento que disse sim, ela deu um real para eu passar pra ele” (DIÁRIO DE CAMPO, 13 DE AGOSTO DE 2018). Em outra situação escrevi que quando eu estava oferecendo as gomas aos motoristas, uma mulher disse que queria comprar

goma com o Inácio, mas ele estava caminhando para os últimos carros da fila. Para não perder a venda, eu disse para ela que eu estava trabalhando junto com ele e ela disse: “Tem certeza?”. E eu disse que sim, mas como o sinal estava abrindo, ela comprou de mim e eu disse que passaria o dinheiro para ele.

Nos dias de observação participante, notei que era comum os motoristas darem dinheiro e não quererem a goma. Ou ainda, compravam as gomas, mas deixavam o troco para nos ajudar. Ou ainda, compravam em grande quantidade. Lembro que uma vez Inácio conseguiu vender cinco gomas de uma vez e em outra ganhou R\$ 10,00 de uma motorista. Retomando meu diário de campo (18 DE JULHO DE 2018), fiz a seguinte anotação: algo que me chamou a atenção foi que enquanto eu estava oferecendo as gomas aos motoristas, um destes disse que não queria e nem baixou o vidro. Porém, como não havia mais carros atrás dele, eu fiquei em pé aguardando mais algum chegar. Foi quando aquele motorista me chamou e pediu duas gomas, sendo que deu R\$ 7,00 a mais e disse que o troco era meu e falou “Deus te abençoe!”. Em outra situação descrita em meu diário de campo (10 DE SETEMBRO DE 2018) foi que: “quando eu estava oferecendo as gomas aos motoristas e estava voltando para o início da fila, pois o sinal tinha acabado de abrir, uma motorista me chamou: “moça!” e jogou R\$ 4,00 (duas notas de R\$ 2,00) no chão do canteiro central”.

Em uma tarde, estava muito calor e todos os trabalhadores haviam ido embora e somente Inácio e eu continuamos trabalhando. Questionei isso a ele quando voltávamos para o início da fila, ao que disse: “pra você ver a situação. O povo está desconsolado. Você vê a luta que eu faço! O povo só compra de mim por causa da minha idade avançada” (DIÁRIO DE CAMPO, 27 DE AGOSTO DE 2018).

Não posso deixar de mencionar o contato que tive com outros trabalhadores neste semáforo. Em algumas situações, alguns trabalhadores iam naquele semáforo, mas logo saíam. Em meu diário de campo (13 DE SETEMBRO DE 2018) escrevi: “logo de manhã, havia um rapaz vendendo gomas no semáforo em que Inácio trabalha. Quando Inácio e eu íamos começar a trabalhar, aquele rapaz se aproximou e disse que não sabia que naquele ponto já tinha gente. Pediu desculpas, saiu e foi para outro semáforo”.

Porém, no mesmo semáforo também trabalha Sebastião, um senhor que vende água, mas que nos dias frios vende gomas. Observei que para vender, ele utiliza uma pequena caixa de isopor que está escrito: “Água: R\$ 2,00”. Sempre conversávamos, enquanto os carros não chegavam, e sempre revezávamos as filas para um não atrapalhar o outro. Verifiquei que em alguns dias, Sebastião chegava e já ia ao boteco. Em meu diário de campo (25 DE JULHO DE

2018) escrevi: “enquanto isso, Sebastião se aproximou, colocou sua caixa de água em cima da bicicleta e disse ‘vou pro boteco, porque tô de saco cheio disso aqui’”.

O pessoal que arrecada dinheiro para fazer marmitas para as pessoas em situação de rua sempre aparecia no mesmo semáforo que Inácio trabalha, porém, este continuava oferecendo suas gomas e não discutia. Eu observava também que as três pessoas que arrecadavam dinheiro para fazer marmitas para as pessoas em situação de rua ficavam cada uma em um semáforo e nos últimos dias observei que as três ficavam no mesmo semáforo, porém cada uma ficava em uma fila.

As relações que ocorrem entre os trabalhadores são inevitáveis e alguns deles conversavam comigo e até pediam para cuidar de seus materiais quando saíam um pouco. Em meu diário de campo (18 DE JULHO DE 2018) escrevi: “umas 11h00min, o vendedor de suco de laranja foi comprar um lanche em uma lanchonete perto de onde estávamos trabalhando e pediu para que eu olhasse o seu carrinho”. Assim, enquanto ele foi comprar seu lanche, fiquei olhando suas coisas e ao mesmo tempo oferecendo as gomas aos motoristas.

Ademais, recordo-me que um dia, vários indígenas chegaram naquele cruzamento, sendo que se dividiram um pouco em cada semáforo. No semáforo em que trabalhávamos, tinha duas mulheres indígenas e duas crianças. Só que diferente de outros semáforos, Inácio “deixou” elas trabalharem ali e dizia que “se for pra ser, vai ser”. Outra vez, uns jovens que foram aprovados no vestibular de inverno da UEM estavam em todos os semáforos daquele cruzamento. Recordo-me que Sebastião disse que aquilo era vagabundagem e que eles só estavam lá para atrapalhar. Já Inácio disse para mim que, por mais que estivesse bravo, não poderia dizer nada.

Todos os dias algum pedinte aparecia no semáforo em que estávamos trabalhando. Porém, só pedia um pouco e já ia embora. Não ficava o dia todo naquele semáforo. Certa vez, observei que uma mulher foi ao mesmo semáforo em que estávamos e começou a pedir dinheiro aos motoristas. Depois, Inácio me disse que ela pede dinheiro para comprar drogas, mas não mexe com ninguém.

Por fim, quando termina de trabalhar, Inácio atravessa a Avenida e vai até onde está o seu carrinho, tira seu colete, guarda e também quando sobram gomas, guarda na caixa para vender no dia seguinte. Em seguida, guarda seu carrinho na oficina e depois vai ao ponto de ônibus para ir embora. No diário de campo (11 DE JULHO DE 2018) escrevi: “como ainda sobravam duas gomas em sua caixa, eu disse que ia tentar vendê-las. Ele ficou em dúvida se pegava mais uma caixa para vender ou não. Perguntou se a gente terminaria até às 17h30min

e eu disse que achava que não. Ele também achou melhor parar, porque sua perna estava doendo”. Assim, as caixas que ainda sobravam gomas, a gente deixava para o dia seguinte.

No total, trabalhei dez dias com Inácio que foi quando tudo começou a se tornar repetitivo e obtive importantes informações sobre seu cotidiano.

5.2.5 Bianca: “as despesas da faculdade”

Quando está de férias⁹ da faculdade, Bianca trabalha no cruzamento da Avenida Colombo com a Avenida Pedro Taques alguns dias da semana, vendendo trufas, geralmente das 7h40min até por volta das 13h00min, dependendo das vendas. Ela vem e vai embora de ônibus para sua cidade, Ivatuba (PR). Desde o primeiro dia em que fui conversar e posteriormente trabalhar com Bianca, observei que ela leva consigo duas bolsas térmicas contendo trufas. Bianca vende trufas de diversos sabores, como brigadeiro, beijinho, maracujá, morango, dois amores e leite ninho. Relendo o diário de campo (10 DE JULHO DE 2018), escrevi: “foi então que ela me disse que tinha trazido uma bolsa a mais contendo trufas e logo se baixou e colocou mais trufas na bolsa que ficaria comigo”.

Já no primeiro dia em que comecei a trabalhar com ela, me explicou que vende uma trufa por R\$ 3,00 e duas R\$ 5,00. Dessa forma, em meu diário de campo (10 DE JULHO DE 2018) escrevi que coloquei a bolsa de lado, sobre meus ombros, e Bianca me disse para ficar no mesmo semáforo que ela, mas nas outras duas fileiras, ou seja, ela com duas e eu com as outras duas. E que eu poderia oferecer as trufas justificando como ela diz: “Oi. Eu faço faculdade e me mantenho com as trufas. Você pode ajudar?”. Mas como já estava trabalhando com outras pessoas, então preferi apenas oferecer.

Nas primeiras horas trabalhando, meus braços geralmente doíam por conta do peso da bolsa, mas nada mais que algumas horas para poder vender algumas trufas, ela ficar mais leve e o braço parar de doer. Nesse sentido, observei que Bianca pendurava sua bolsa em uma árvore no canteiro central e em seguida realizava suas vendas mais pela lateral, sem ir muito ao meio da Avenida. Ao se aproximar dos carros, notei que sempre cumprimentava os motoristas com um “olá” e um aceno com as mãos. Ela era muito simpática com os motoristas

⁹ Em virtude de trabalhar somente no período de férias, a observação ficou limitada, todavia não a desconsidereei nesta pesquisa. E pelo que percebi, o trabalho nos semáforos como forma de pagar as despesas da faculdade, na verdade se trata de um “bico”.

e dizia: “eu faço faculdade e me mantenho com as trufas. Você pode ajudar?”. Parecia também que ela não tinha tanta dificuldade para realizar suas vendas, apesar de que vi motorista negar e nem sequer baixar o vidro do carro. Da mesma forma que ela, eu procurava sempre ser simpática com os motoristas.

Era comum os motoristas perguntarem para mim sobre a produção das trufas que estavam sendo vendidas. Em meu diário de campo (17 DE JULHO DE 2018), destaquei a seguinte situação: “consegui vender em alguns carros e em um desses oferecimentos, uma mulher disse que não queria, mas perguntou onde as trufas eram feitas”. Na verdade, esta pergunta foi feita algumas vezes e a percepção que eu tinha é que as pessoas gostavam de saber a origem das trufas e por quem eram feitas.

Nos dias em que permaneci com Bianca, observei que nos demais semáforos daquele cruzamento ficavam diversos trabalhadores. Comumente havia panfleteiros, mas eu notava que Bianca sempre ficava em suas duas fileiras e outro trabalhador que estivesse lá, ficava nas outras. Em meu diário de campo (10 DE JULHO DE 2018) escrevi que um panfleteiro que estava junto comigo no semáforo disse da seguinte forma: “para entregar panfletos não dá para ficar com risadinha”. E eu disse para ele que as pessoas eram educadas comigo e era difícil ter pessoas que fechavam os vidros para mim. Tinha vendedor que ia oferecer, o vidro ficava fechado, mas quando eu me aproximava, os motoristas abriam. Então, ele disse: “é porque você é mulher, bonita, daí eles pegam”. A percepção que eu tive, pela fala dele, era que mulheres só conseguem trabalhar nos semáforos pelo fato de serem mulheres. Mas até que ponto isto é favorável a elas? Isto porque, a quantidade de mulheres nos semáforos é menor do que de homens.

Outras vezes, chegavam outros estudantes que vendiam trufas. Um dia, tinha chegado um rapaz da mesma faculdade de Bianca que estava vendendo nas outras fileiras do semáforo em que ela estava. Outra vez, um casal também chegou para vender trufas. Depois, Bianca me disse que os dois também estudavam na mesma faculdade que ela e estavam vendendo trufas no semáforo porque se casariam. Naquele semáforo, também observava o pessoal que arrecadava dinheiro para fazer marmitas para as pessoas em situação de rua e que um deles ficava mudando de semáforo conforme o movimento de veículos.

Nesse contexto, observei também que é grande a quantidade de caminhões naquele semáforo. Tinha vez de parar mais de cinco caminhões. Quando isso acontecia, era mais difícil oferecer, mas mesmo assim eu me arriscava entre os caminhões, caso contrário não venderia. A respeito disso, escrevi em meu diário de campo (10 DE JULHO DE 2018) que as laterais da Avenida são muito perigosas e sempre quando ia voltar para a calçada quando o

sinal abria, eu olhava para os lados, porque as motos iam “costurando” em meio aos carros. Teve até momento em que quase fui atropelada. Por isso, eu evitava ir para as filas do meio, mas às vezes não tinha jeito, porque como não tinha carro na última fileira, perto da calçada, o jeito era ir para o meio da Avenida.

Também era notável que alguns motoristas deixavam troco, quando, por exemplo, o sinal abria. Certa vez, quando fui oferecer as trufas, uma mulher disse que queria duas e me deu uma nota de R\$ 10,00, mas o sinal abriu e, como não dava tempo para dar o troco, ela disse que eu poderia ficar com ele. Aqui, pude ver que o trabalhador deve ser muito rápido por conta do sinal de trânsito, que abre muito rápido.

Em torno das 13h00min, Bianca para de trabalhar e retorna para sua cidade. No último dia em que fiz observação participante com ela, me disse que seria o último dia que estaria vendendo, pois na próxima segunda-feira suas aulas retornariam.

5.2.6 Panfleteira: “melhor aceitação”

Para completar as observações, trabalhei como panfleteira durante três dias nos cruzamentos da Avenida Colombo com a Avenida Duque de Caxias e Avenida Colombo com a Avenida Pedro Taques. No primeiro dia de trabalho como panfleteira, a dona da empresa me passou algumas dicas de como se portar diante das entregas. Desse modo, ela me disse para sempre procurar dar “bom dia” ou “boa tarde” aos motoristas e entregar os panfletos de um em um e, além disso, aceitar quando o motorista não quer pegar o panfleto. Conforme escrevi em meu diário de campo (03 DE JULHO DE 2018), eu buscava sempre fazer o que a dona da empresa me disse e dar bom dia aos motoristas sempre com um sorriso. Eu notava que as pessoas eram bem atenciosas. Embora tivessem aquelas pessoas mal educadas que nem olhavam pra receber o panfleto que estava entregando, muitas pessoas abriam o vidro do carro e o recebiam. Senti que com a panfletagem as pessoas estão mais dispostas a receber do que quando é a venda de um produto. Percebi, por exemplo, que em alguns carros, um rapaz que vendia balas ia oferecer e os motoristas não abriam o vidro, mas quando eu ia entregar panfletos, eles abriam.

Utilizei o uniforme da empresa e a dona me passou a quantidade de mil panfletos a serem entregues durante o dia. Assim, em meu diário de campo (03 DE JULHO DE 2018) escrevi: “depois, fomos ao semáforo em que eu iria fazer o serviço de panfletagem e enquanto

fazia as primeiras entregas, ela foi tirando algumas fotos de mim para mostrar para o cliente onde eu estava”. Em outras palavras, ao iniciar os trabalhos, ela tira fotos para mostrar ao cliente em que cruzamento o trabalhador se encontra. Isto porque, é o cliente quem decide como a divulgação será feita, ou seja, é a empresa que contrata que diz se os panfletos serão entregues em bairros, em semáforos ou de porta a porta. Nesse sentido, nos dias em que participei, os panfletos variavam de divulgação de eventos a divulgação de promoções. A sacola ou caixa contendo os panfletos era colocada encostada em alguma árvore ou canto.

Na entrega de panfletos, observei que somos ignorados, mas não tanto quanto uma pessoa que está vendendo. Eu sempre entregava os panfletos com um “boa tarde!” e um “obrigada!” mesmo quando a pessoa não pegava o panfletos, pois foi isso que a mulher havia me ensinado no primeiro dia que panfletei. Eu percebia que com essa estratégia, mesmo que a pessoa não ia pegar o panfleto, ela acabava recuando e pegando. Outras vezes, enquanto estava entregando eu observava que, embora não fosse a maioria, algumas pessoas ignoravam demais e outras já falavam que não queriam achando que era algum produto, mas quando viam que era panfleto elas pegavam. Recordo-me que um dia, enquanto entregava, um motorista me disse: “só entregar, não está vendendo não” (DIÁRIO DE CAMPO, 06 DE SETEMBRO DE 2018).

Devido à negação de alguns motoristas e ao sol quente, principalmente no período da tarde, eu já não estava mais aguentando entregar panfletos, parecia que não diminuía a quantidade. Todavia, conforme descrevi em meu diário de campo (03 DE JULHO DE 2018): “naquela tarde, senti que parecia que as pessoas sentiam mais piedade por eu estar entregando os panfletos naquele sol escaldante”.

Destaco também que percebi que algumas vezes um vendedor ia aos carros depois de mim e acredito que era para aproveitar a oportunidade em que alguns vidros estavam abertos, pois teve até um motorista que tinha fechado o carro quando ele estava vendendo água, mas baixou o vidro quando fui entregar o panfleto. Sobre esta situação, destaquei em meu diário de campo (06 DE SETEMBRO DE 2018) que quando estamos vendendo algum produto, geralmente as pessoas tendem a fechar o vidro dos carros quando nos aproximamos. No caso dos panfletos, quando nos aproximamos, as pessoas já baixam o vidro para recebê-los.

Quando se entrega panfleto, também existe a divisão do semáforo com outros trabalhadores. Assim, no cruzamento da Avenida Colombo com a Avenida Duque de Caxias, tinham outros vendedores e pedintes. Já no cruzamento da Avenida Colombo com a Avenida Pedro Taques, era mais comum a presença de outros panfleteiros.

Por fim, nos diversos semáforos há diferença muito grande do fluxo de veículos. Por exemplo, a diferença que senti da Avenida Colombo em relação ao semáforo da Avenida Pedro Taques foi que naquela paravam vários carros. Assim, em cada sinal fechado eu conseguia entregar panfletos para diversos motoristas e sentia que os panfletos estavam terminando mais rápido do que imaginava.

No total, trabalhei três dias como panfleteira, pois a dona da empresa entrava em contato comigo quando havia entrega nos cruzamentos da Avenida Colombo. Como já possuía sua equipe de trabalho, em tais dias ela buscava me “encaixar” em um dos cruzamentos para poder realizar esta pesquisa.

5.3 TRABALHO NOS SEMÁFOROS: ESTRATÉGIA DE SOBREVIVÊNCIA OU ALTERNATIVA DE VIDA?

Ao longo da realização desta pesquisa, senti a necessidade de compreender o porquê das pessoas trabalharem informalmente nos semáforos da cidade de Maringá. Por que digo isso? Porque durante a minha permanência em campo e nas próprias entrevistas, ficou perceptível que a idade, a cidade em que moram e até os empregos em que trabalharam anteriormente são aspectos que de certa forma se entrelaçam no entendimento da razão de estarem nos semáforos e, conseqüentemente, das práticas cotidianas no processo de territorialização.

Com base neste cenário, antes de tudo, resalto que os trabalhadores dos semáforos são sujeitos ordinários, conforme denomina Certeau (2014), que possuem maneiras de fazer por meio de suas práticas cotidianas, táticas, estratégias e conveniências, que se contrapõem ao que é estabelecido como a maneira correta pelo poder dominante, podendo ser os órgãos públicos ou a própria sociedade. No caso desta pesquisa, observo que o semáforo é um meio de controlar o tráfego de veículos, mas a partir do momento em que a pessoa o utiliza para praticar o trabalho informal, ela está subvertendo sua “verdadeira” finalidade. Utilizando-se do uso e consumo mencionado por Certeau (2014), ela utiliza aquele espaço à sua maneira, seja em relação ao horário que trabalha, a forma como se apropria e domina e como mantém as relações diariamente na prática do trabalho informal. De acordo com Certeau (2014), tal maneira de fazer uso diferente daquilo que é imposto ou dado denomina-se bricolagem.

Nesse contexto, pude ver que o homem ordinário, na figura do trabalhador informal, que realiza tais transformações se refere a jovens, adultos e idosos, homens e mulheres, e os motivos para tal prática são diversos, indo ao encontro de Ferreira (2007), ao afirmar que os trabalhadores escolhem a informalidade em decorrência do desemprego que exclui um contingente de mão de obra disponível no mercado, mas também pela flexibilidade da jornada de trabalho, pela possibilidade de ter uma renda melhor a que recebiam anteriormente no mercado formal, pelo acesso contínuo a uma parcela dos rendimentos, pela inexistência de chefia, bem como por uma perspectiva de ascensão social. Os argumentos de Pedro, por exemplo, retratam a escolha pelo trabalho no semáforo e a “negação” de reinserção no mercado de trabalho formal.

[...] eu já tive proposta de pegar um cargo um pouco mais alto, mas mesmo assim eu tenho que analisar bastante pra mim ver se é compensativo ou não. Porque ali eu posso fazer o meu horário, entendeu? Como eu tenho família, às vezes eu tenho que levar esposa no médico, levar minha filha no médico. Então... Hoje eu penso nisso tudo, em geral, se vai compensar não só na parte financeira, mas na minha vida em geral, no meu cotidiano. Eu penso em tudo. Se eu ver que for uma coisa muito compensativa, eu posso sim largar a rua e ir pro emprego formal, mas caso contrário, se não for uma proposta muito boa, eu nem penso na verdade [risos], eu prefiro ficar na rua (Pedro, vendedor de pão, 32 anos).

Dessa forma, o trabalho informal realizado nos semáforos pode ser uma estratégia de sobrevivência ou uma alternativa de vida (FERREIRA, 2007), visto que as pessoas estão neles por escolha, devido aos vários benefícios proporcionados, mas também é uma forma de escapar do desemprego ou da inatividade, como pude observar em campo com Inácio. No caso dos trabalhadores que compõem este estudo, assim, o semáforo trata-se de um meio de sobrevivência e abrange estes dois aspectos.

Nesse contexto, por exemplo, quando o sujeito está desempregado, o semáforo torna-se uma alternativa para ele na tentativa de driblar esta situação. Isso ficou claro para mim em um dia quando fiz observação participante com João, conforme destaquei em meu diário de campo (07 DE AGOSTO DE 2018): “percebi que João estava bem ‘apressado’ e quando se aproximou de mim disse que precisava conseguir R\$ 60,00 no semáforo para conseguir pagar a conta de energia, pois tinha duas contas atrasadas e se chegasse a terceira ele tinha receio de cortar”. Alguns trechos das entrevistas também demonstram esta situação.

Por falta de opção, é... Tem muita entrega de currículo, poucas oportunidades. Quando você arruma algum bico pra fazer, o pessoal quer te

explorar... Então, a maneira que eu encontrei de sustentar a minha família foi essa (Roberto, vendedor de bala, 40 anos).

Ah, porque estava sentindo falta das coisas em casa, né? A gente tem que apelar pra alguma coisa, né? Aí foi onde que a “fia” achou de vender bala no semáforo que dava dinheiro (Osmar, vendedor de bala, 61 anos).

Ah, porque está difícil também emprego, né? E aqui eu até ganho bem também. Dá pra mim tirar um dinheiro bom. Trabalho das 11h00min às 16h30min. Então, estamos aí, né? Até a hora que Deus permitir. Eu queria estar trabalhando numa firma, claro. Mas daí não teve opção, tive que vir pra cá, né? (Eduardo, vendedor de água, 29 anos).

Ademais, um aspecto que observei quando da minha permanência em campo é que a maioria dos trabalhadores é homem. As mulheres, por seu turno, se tratam de estudantes que vendem trufas ou de panfleteiras, na maioria das vezes. Nesse cenário, é preciso refletir e ir um pouco além, pois mesmo que a rua seja uma forma de fugir ao desemprego e aparentemente ser mais “favorável” ao homem, é possível perceber também que ela é menos amigável a uma mulher, seja em relação ao medo de violência, assédio e ser confundida com prostituta. Além disso, parece que quando uma mulher está trabalhando nos semáforos, os olhares das demais pessoas já são diferentes. Isso pôde ser constatado em minhas anotações de campo onde após oferecer as balas, o Roberto se agachou perto de mim, acendeu um cigarro e depois disse que uma mulher estava olhando para mim com olhar de reprovação, por exemplo: “o que uma menina jovem e bonita está trabalhando no semáforo?” (DIÁRIO DE CAMPO, 01 DE AGOSTO DE 2018). E com quase todos os trabalhadores que realizei observação participante, os motoristas diziam a seguinte frase: “vou comprar de você, porque é uma moça bonita” (DIÁRIO DE CAMPO, 10 DE JULHO DE 2018). Como também, Alfredo é um panfleteiro que trabalha no mesmo semáforo que sua esposa, que também é panfleteira, porém registrada. Em sua entrevista, ele relata que no começo do trabalho no semáforo, ela sofria com as ideias preconcebidas das pessoas.

Se você não souber diferenciar uma coisa da outra ou saber desconversar... Saber sair de uma situação, você não vai trabalhar. Minha mulher sofreu muito isso daí no começo, pra hoje ela estar aí e o pessoal tratar ela muito bem, porque todo mundo tem mania de achar que as pessoas que estão no semáforo elas são vagabundas, são tudo que tem de ruim, não teve uma sorte na vida e está aí (Alfredo, panfleteiro, 38 anos).

Sendo assim, fica perceptível que a rua “expulsa” as mulheres de trabalharem nela, haja vista que a sociedade impõe que ali não é lugar para elas.

Conquanto, conforme pode ser visualizado no trecho da entrevistada Alice, mesmo que sobrevivendo do dinheiro que consegue obter no semáforo, parece que ela não o considera como um “trabalho de verdade” e em decorrência disso ainda tem esperança de conseguir um.

Eu vim pra cá, porque aqui tem, né, mais possibilidade de trabalho, né? Aí eu estou mandando currículo também para conseguir... Um trabalho, porque eu não vou ficar, né?... Sempre nos bombons, no semáforo. Daí eu estou tentando conseguir um trabalho. Mas, eu já trabalhei em outros lugares. Eu fiquei sem trabalho e aí eu consegui, né, com esses bombons ter uma renda, né? Um dinheiro que eu possa me manter até eu conseguir um trabalho (Alice, vendedora de trufa, 33 anos).

Destaco também que no semáforo existe uma mistura de pessoas que estão trabalhando. Assim, ressalto, com base em Ferreira (2007), não somente o desemprego como o principal desencadeador de trabalho informal que é exercido nos semáforos, mas também como opção por parte de alguns trabalhadores, em decorrência de alguns benefícios como liberdade, não ter patrão e autonomia.

Decidi trabalhar nos semáforos por causa da liberdade. Não tem patrão. Horário que quiser. E sempre tem dinheiro. Não precisa esperar o dia cinco, nem o dia vinte. Todo dia tem dinheiro [...] (Sérgio, vendedor de bala, 29 anos).

O que me levou a estar no sinal foi a necessidade de poder ter uma condição financeira um pouco mais melhor. Porque que nem eu falei pra você, registrado você trabalha muito e ganha pouco. Se eu trabalhar... Que nem hoje eu cheguei aqui 8h30min, eu já tenho R\$ 60,00. E assim, se eu trabalhar até às 14h00min, eu posso ir embora. Eu sou meu patrão, tenho a minha consciência tranquila de que o que eu estou fazendo está certo. E assim... Estou recebendo o que é meu. E na hora que eu falar que eu vou embora e descansar, não vai ser meu patrão que vai me segurar, não vai ter ninguém pra falar pra mim que eu não posso (Jorge, vendedor de goma, 24 anos).

O que eu gosto é que eu posso fazer o meu horário, eu posso... Apesar que eu dependo do horário comercial, né? Mas, eu posso fazer o... Posso planejar o meu dia do jeito que eu posso no caso, né? Que é melhor pra mim. Posso fabricar as minhas coisas de manhã, posso sair pra pagar minhas contas, sem interferência de pedir ao patrão ou a um superior que seja. E, assim que dá o horário comercial que eu necessito eu vou pra trabalhar (Pedro, vendedor de pão, 32 anos).

Pedindo é mais fácil você ganhar. Que o povo ajuda, né? E daí na... Se você for pedir na rua. Na rua ninguém quase não dá assim. Parar as pessoas na rua. No sinal é mais fácil, porque os carros vão ter que parar ali. Daí você vai

lá e pede. Eles dão. Alguns dão. Tem uns que nem abrem o vidro do carro (Lucas, pedinte em situação de rua, 19 anos).

Assim, o trabalho exercido informalmente nos semáforos é um meio de sobrevivência para estes trabalhadores que fogem do que é “correto” pra sociedade. Afinal, esta já possui a ideia de que uma pessoa está de acordo com o padrão quando possui registro na carteira de trabalho. Mas, e quando devido ao desemprego, idade ou até mesmo por condições familiares, a pessoa se vê sem alternativa de possuir o “registro em carteira”? O que ela faz? Aqui, destaco que o semáforo torna-se um meio de ganhar a vida, como é o caso de Augusta que mesmo com dores nas pernas e na coluna, e se deslocando de outra cidade, tem o semáforo como sua forma de sobreviver.

A partir do exposto, outro ponto observado é que em alguns casos eles se deslocam até mesmo de outras cidades, pois em Maringá a venda é um pouco melhor e conseguem sobreviver. Como demonstrado no estudo de Alves e Garcia (2012), por exemplo, foi observada a predominância de algumas características entre os trabalhadores de rua, tais como renda mensal e índice de escolaridade baixos, além de ficar evidente uma relativa desilusão em relação ao retorno ou procura por trabalho formal, em virtude da idade avançada ou porque acreditam que trabalhando na informalidade as oportunidades de aumentar a renda familiar serão maiores. Além disso, a maioria dos trabalhadores ambulantes pesquisados por eles morava em bairros de periferia, distantes dos bairros em que trabalhava. Como também, foi possível perceber que muitos deles moravam em outras cidades. Sobre isso reli meu diário de campo (26 DE JUNHO DE 2018) e observei que Augusta procurava terminar de vender seus doces até por volta das 16h00min, visto que ainda teria que pegar dois ônibus até chegar a Paranavaí, umas 20h00min.

Além disso, chamou minha atenção a quantidade de idosos, acima de 60 anos¹⁰, trabalhando nos semáforos. Por que um idoso estaria trabalhando nos semáforos? Ele não poderia estar em casa descansando? Vários aspectos podem explicar esta situação, como a necessidade de estar ativo e não ficar “parado” e também o fato de não encontrar mais oportunidades no mercado de trabalho formal. Trabalhei um período com Inácio, um senhor aposentado e que todos os dias, de segunda a sábado, trabalha nos semáforos, resistindo em ficar em casa. E chama a atenção, que ele leva o trabalho “à risca”, tendo horário estabelecido para chegar e ir embora.

¹⁰ O Estatuto do Idoso (Lei nº. 10.741/2003) considera uma pessoa idosa aquela que possui 60 anos ou mais.

Contudo, ressalto que no semáforo encontrei não só trabalhadores “normais”, visto que com a minha permanência com os cinco trabalhadores, observei também a presença de pedintes e o uso de bebidas e drogas, conforme descreverei adiante. Desta maneira, o semáforo possui uma heterogeneidade, como destaquei no início desta pesquisa, pois também pode ser uma fonte para pedir dinheiro por pessoas que se encontram em situação de rua.

Tenho 19 anos. Eu nasci em Loanda, daí minha mãe faleceu... Com 26 anos. Daí eu peguei e vim aqui morar com meu pai, daí não deu certo, fiquei com ele até os 16 anos, daí eu vim pra rua e agora eu estou na rua. Faz uns dois anos [que estou na rua], por aí, e todo o tempo que eu estou na rua, eu estou pedindo no semáforo (Lucas, pedinte em situação de rua, 19 anos).

Poxa, é difícil dizer, porque... Quando eu fui pra rua, eu aprendi a manguear, né? Que é o termo que se usa na rua pra pedir, né? Eu aprendi a manguear no semáforo. Então assim, não sei quanto tempo exato, mas se for somar o tempo que eu fiquei na rua, pode por aí de três a quatro anos no semáforo, né? Em várias cidades. Porque quando eu fui pra rua, eu fiquei rodando vários lugares, né? Eu fui pra Umuarama. Eu fui... Passei em Cianorte. E fui rodando pra várias cidades. Foz do Iguaçu. Cascavel. Toda a região do Paraná aqui. Fui até um pouco pro lado de São Paulo também, né? E todas as vezes que eu ia pra essas cidades, rodando na rua, o lugar onde eu ia pedir era o semáforo. Aí eu comecei a vender bala no semáforo depois de um certo tempo, porque eu estava pedindo, eu já não estava me sentindo bem pedindo. Aí eu preferi vender algo do que pedir. Mas, às vezes acontece de pedir também, né? Porque não está vendendo, aí eu acabo pedindo, aí saí mais dinheiro do que vender. Dá uns três a quatro anos. Eu não consigo calcular exato, né? [...] E eu estava rodando e acabei vindo parar aqui em Maringá um dia e aí acabei gostando daqui. [...] Aí toda vez que eu acabo voltando pra rua, eu venho pra Maringá, porque Maringá eu me identifiquei com o lugar e é uma cidade boa pra ganhar dinheiro no semáforo (Ricardo, vendedor de goma e pedinte em situação de rua, 30 anos).

É importante frisar também que antes de trabalhar nos semáforos, a maioria dos sujeitos estava inserida em outros trabalhos. Me chamou a atenção que Orlando atualmente é um trabalhador do semáforo, mas até então ele trabalhava em uma calçada do centro da cidade de Maringá, pois em decorrência da fiscalização realizada pela prefeitura municipal, a qual salientava o risco à saúde e a concorrência desleal no que se referia aos vendedores ambulantes e comerciantes, o trabalhador Orlando viu o semáforo como uma forma de dar prosseguimento às suas atividades. Vejo que ele resistiu, visto que ao tentarem “limpar” as calçadas do centro da cidade, Orlando buscou outros caminhos que findaram no trabalho informal realizado nos semáforos da cidade de Maringá.

Trabalhava perto do Aqui Agora¹¹ e a Tim¹², lá no centro, vendendo pano de prato também. Trabalhei lá dois anos e meio. [Saí de lá] porque lá no centro os fiscais estão pegando no pé. Então, eu vim para o semáforo (Orlando, vendedor de pano de prato, 60 anos).

Da mesma forma, outros trabalhadores estiveram inseridos no mercado de trabalho formal e dentre os vários motivos, cito a situação de Alice que foi demitida em virtude da crise econômica, mas também de Luiz que mesmo estando inserido em um trabalho formal, se identifica com os semáforos. Concluo, assim, com base nas ideias de Ferreira (2007), que o semáforo foi uma estratégia de sobrevivência no primeiro caso, mas o vejo como uma identificação, alternativa de vida, no segundo caso.

Eu trabalhava numa empresa de peças pra caminhão [...] na Colombo mesmo aqui, bem ali na frente. Eu era recepcionista. Aí eles... A empresa começou, né? Mandar embora, aí eu fui... Estava mais nova lá, né? Aí eu fui mandada embora, por causa da crise (Alice, vendedora de trufa, 33 anos).

Olha, eu trabalhava numa empresa de sandálias magnéticas, né? [...] São sandálias de massagem pra voltar a circulação do sangue, essas coisas todas é que pessoas de idade que usam. E eu trabalhava lá, só que mesmo assim eu trabalhava nos semáforos também porque era uma coisa que eu gosto. Mesmo se eu tiver trabalhando num serviço registrado, no final de semana quando dá vontade pra eu ir pro sinaleiro, eu vou, porque eu gosto, não é... É uma coisa que eu gosto de fazer, entendeu? (Luiz, malabarista, 42 anos).

Assim, cada trabalhador do semáforo possui singularidades e isso é inevitável dizer. Entendo que o trabalho informal realizado nos semáforos é uma prática de resistência, pois as pessoas estão realizando-o por causa do desemprego, da opção pela não inserção no mercado de trabalho formal e/ou de viver na rua, e também pelo fato de pessoas que são aposentadas continuarem trabalhando. Estes diversos aspectos fizeram com que o indivíduo realizasse essa prática e transformasse o semáforo, nos dizeres de Certeau (2014), num lugar praticado.

5.4 PRÁTICAS COTIDIANAS DOS TRABALHADORES DOS SEMÁFOROS

Por fora, o trabalho realizado nos semáforos pode não demonstrar claramente as micropráticas cotidianas, mas quando me inseri no campo para realizar este estudo, observei

¹¹ Loja de departamentos.

¹² Loja Tim.

que o dia a dia nos sinais possui ações, gestos e palavras que revelam as maneiras de fazer do homem ordinário. Embora as “regras do jogo” sejam estabelecidas por meio da estratégia, existem aqueles que burlam tais regras. Desta maneira, neste tópico busco descrever as práticas cotidianas que verifiquei. Ressalto que, com base em Certeau (2014), não busquei estudar os sujeitos em si e sim os modos de operação, ou seja, os movimentos realizados pelo homem ordinário.

Bem, logo no início das observações, o que chamou minha atenção foi a prática implícita de demonstrar que aquele espaço tem dono. Isto porque, na maioria dos casos, eles utilizam árvores e placas de sinalização para guardarem os seus pertences e mesmo que seja um pequeno detalhe, demonstra que aquele ponto já é apropriado e dominado por um trabalhador. Eu tinha observado assim estas práticas: Augusta quando chega para trabalhar, pendura suas sacolas no pé de coqueiro; João põe sua bolsa na placa de sinalização; e Osmar logo quando chega, já monta o seu banquinho de madeira no canteiro central e põe seus pertences no pé de árvore. Aqui, posso dizer que essa prática descreve bem o que Raffestin (1993) denomina como tessitura e nó, já que aquela diz respeito ao limite, mesmo que não esteja desenhado literalmente, e este se refere onde os atores se localizam.

Ademais, a colocação de pregos em pé de árvore também está diretamente relacionada com essa prática de apropriação e mostra quem é o “dono do ponto”, uma vez que é onde eles guardam seus pertences. Ao reler meu diário de campo (27 DE JULHO DE 2018), verifiquei esta situação quando Osmar estava chegando para trabalhar. Ele estava com sua bolsa, sua blusa de frio, um pedaço de ferro e seu banquinho de madeira. Se aproximou de mim e me deu um abraço. Em seguida pendurou sua blusa na árvore, sentou-se e disse que foi ele mesmo quem colocou os pregos na árvore, e que esta era seu guarda-roupa.

É possível ver a apropriação nas situações mencionadas e mais ainda, daquilo que é público, daquilo que deveria ser de todos e não algo “particularizado”. Deste modo, com base nas ideias de Certeau (2014), percebo que um espaço que outrora não tinha significados, passa a ter as marcas dos trabalhadores que se utilizam daquele espaço.

Figura 4 – Prática de apropriação em pé de árvore



Fonte: material de campo.

Ficaram notáveis para mim diversas práticas que incorriam na apropriação de diversos espaços. Relendo meu diário de campo (09 DE JULHO DE 2018), recordei que um dia o telefone público, “orelhão”, tocou e João correu para atender. Verifiquei que ele ficou bastante tempo conversando com alguém ao telefone. Quando voltou, perguntei se aquele telefonema era para ele e me disse que passa o número daquele telefone público para quando as pessoas quiserem falar com ele. Ou seja, João se apropriou do elemento “orelhão”.

A prática de se apropriar também ocorre com aqueles que se utilizam das árvores para fazerem uma espécie de varal e pendurarem os seus produtos, conforme ficou evidenciado em minhas idas a campo. Dessa forma, para Raffestin (1993), ao se apropriar de um espaço seja de forma concreta ou abstrata, o sujeito territorializa o espaço. O autor ressalta que qualquer projeto que ocorre no espaço e que é expresso por uma representação evidencia a imagem de um território. Assim, a partir de pequenas práticas, o trabalhador atribui significados a determinados semáforos e, por conseguinte, territorializa. Além disso, qualquer produção se sustenta por conhecimentos, ações, comportamentos e uma prática que supõe a posse de sistemas sêmicos e que ocorrem em um campo que é envolto por relações de poder. Tais relações de poder serão discutidas adiante.

Segundo Frers e Meier (2017) as práticas de resistência empregam uma estética diversificada e seguem diferentes modos de operação, mas elas podem mudar o significado simbólico de um lugar. Para Frers e Meier (2017), em muitos lugares do mundo, tanto no passado como no presente, tanto a mídia como a academia, se concentram nas práticas de resistência no espaço público. Estas resistências contra uma ordem dominante também podem

ser vistas em práticas micropolíticas como o uso dos espaços públicos de formas não sancionadas. Logo, as áreas, como a exploração urbana, são particularmente analisadas como práticas de resistência, pois os sujeitos e suas trajetórias não seguem rotas planejadas e, portanto, podem redefinir regras e estruturas em espaços públicos (FRERS; MEIER, 2017).

Outro aspecto observado é que o cotidiano nos semáforos revela que cada trabalhador estabelece dias e horários para trabalhar, consumindo à sua maneira o que lhe é imposto (CERTEAU, 2014). Por esta razão, tanto nas observações quanto nas entrevistas, verifiquei que a maioria das pessoas possui dias e horários certos para trabalhar, assim como aqueles que estabelecem um dia para trabalhar e outro para preparar os produtos para as vendas, assim como para descansar.

Terça, quinta e sábado. [...] Porque um dia a gente prepara a mercadoria, no outro dia a gente vende a mercadoria que a gente preparou (Regina, vendedora de paçoca e amendoim, 54 anos).

Então, eu trabalho de terça a sexta. [...] Eu não trabalho na segunda-feira porque na segunda eu faço os bombons (Alice, vendedora de trufa, 33 anos).

Eu geralmente eu tiro a segunda e a terça-feira pra mim descansar, porque eu trabalho no resto dos dias, né? Na quarta, quinta, sexta eu trabalho no horário da tarde [...] Sábado e domingo eu trabalho na parte da manhã, porque são pra mim... São os melhores dias, porque tem pessoas que não estão trabalhando. Por exemplo, hoje você vê esse fluxo de carro aqui, mas a maioria deles, eles estão trabalhando. A maioria deles não pode ter uma oferta ali pra te dar (Luiz, malabarista, 42 anos).

Entendo que a fala de Luiz, no trecho acima, nos revela uma estratégia a partir da ótica certeuniana, tendo em vista que ele estabelece os seus dias de trabalho com base na ideia de que em outros dias da semana, a maioria dos motoristas estará trabalhando e não terá uma oferta para lhe dar. Ou seja, nas palavras de Certeau (2014), ele tem o tempo e o lugar para pensar e em seguida agir.

Cabe salientar que os trabalhadores, na maioria dos casos, não trabalham aos domingos, seguindo a tradição do que geralmente ocorre no mercado de trabalho formal, que denomina-se descanso semanal remunerado.

[...] Só de segunda a sábado, domingo não, porque domingo é o dia da gente descansar, o dia da família, o dia de ir na igreja, né? Então, a gente não trabalha domingo (Orlando, vendedor de pano de prato, 60 anos).

Por outro lado, ainda no que diz respeito à forma de fazer uso e consumo (CERTEAU, 2014) dos horários de trabalho, existem aqueles que trabalham aos feriados, com o intuito de se sobressaírem e conseguirem vender os seus produtos. Desta forma, eles agem taticamente, visto que aos feriados os concorrentes não trabalham.

Às vezes eu venho no feriado. Que no feriado às vezes a pessoa de fora passa e compra da gente, né? Porque passa muita pessoa de fora, né? No sinaleiro aí. Daí eles compram da gente pra ajudar. Às vezes, nunca viu isso daqui, está precisando, compra. Vai explicar pra pessoa. Se a pessoa gostou vai comprar, né? (Mário, vendedor de água, 58 anos).

Ou seja, apesar de não ter uma “obrigação” de trabalhar aos feriados, vejo que Mário enxerga uma oportunidade de ir aos semáforos e conseguir vender os seus produtos.

Além disso, conforme observei e escrevi em meu diário de campo (01 DE AGOSTO DE 2018), o Osmar começa a trabalhar depois das 9h00min, quando o “sinal muda”, pois, segundo ele, o semáforo fica fechado por mais tempo e às 11h00min volta a abrir mais rápido. Isso quer dizer que após as 9h00min existe a possibilidade de as vendas serem maiores. A partir dos dizeres de Certeau (2014), compreendo esta atitude de Osmar como uma estratégia, visto que ele resiste em trabalhar mais cedo naquele semáforo e só começa quando sabe que o tempo dele será maior e conseguirá vender suas balas. Nesse mesmo sentido, ele trabalha em dois semáforos.

Eu saio de lá de Sarandi 5h30min, pra “mode” 7h00min eu estar começando a vender bala. 7h00min eu começo lá na [Avenida] 19, pra cima da [Avenida] Mandacaru. Fico lá até 8h30min, depois eu desço pra cá, pra [Avenida] Paraná (Osmar, vendedor de bala, 61 anos).

Ademais, pude observar que alguns trabalhadores não possuem produtos fixos e vão mudando de acordo com as circunstâncias. É o caso dos trabalhadores Sérgio, Sebastião e Mário que alteram o tipo de mercadoria de acordo com o clima ou com a época de determinadas frutas, o que se caracteriza como uma estratégia pela ótica certeuniana haja vista que os trabalhadores possuem o tempo para agirem e assim venderem mais. Se um produto não está vendendo, devido ao clima, por exemplo, os trabalhadores “mudam”, visto que assim conseguirão vender e continuarão atribuindo significados a um semáforo.

Eu vendo carregador [de celular], tapa sol, suporte de celular, pra “ponhar” o celular no carro. Aquele suporte e carregador vende bem. E água. A água sai porque é calor aqui, né? O lugar é quente aqui, né? Povo toma bastante água

aqui, né? [...] Quando está frio, eu vendo paçoca, vendo doce. Quando esquenta, eu vendo água, tapa sol. Conforme o clima, né? (Mário, vendedor de água, 58 anos).

Bala, água e fruta. Fruta geralmente é mais poncã. Fácil de descascar. 100% líquido. E a água, porque é calor. Água, suco, essas coisas, é porque é o calor. Porque ainda não entrou no verão, né? Então, eu estou na bala. Agora estão entrando a melancia e o abacaxi. Então, eu acho que vou vender melancia e abacaxi. Aí quando entrar no verão, daí eu venho com as águas (Sérgio, vendedor de bala, 29 anos).

Esta prática também pôde ser observada em minha permanência em campo, pois quando trabalhei com Inácio, observei que Sebastião, outro senhor que trabalha no mesmo semáforo que ele, vendia água, porém quando a temperatura estava baixa ele vendia gomas. Percebo, então, que não são passivos, conforme afirma Certeau (2014), mas procuram brechas a fim de se sobressaírem.

Da mesma forma que com os produtos, observei que isso também ocorre em relação aos “pontos” em que trabalham, porque mesmo tendo um ponto de trabalho “fixo”, os trabalhadores têm a prática de se deslocarem aos semáforos mais próximos para continuar o trabalho, conforme observei com Augusta, João e Roberto, por exemplo. Sobre isso, observei que embora Roberto trabalhe predominantemente em um semáforo, ele também vai aos outros dois semáforos daquele cruzamento. Essas mudanças ocorrem principalmente na parte da manhã e perto do horário de almoço, quando o movimento fica fraco no semáforo que falei anteriormente. Geralmente no horário de almoço, quando há menos de cinco carros parados no semáforo, Roberto costuma não colocar as balas. Nesses momentos, ele espera um pouco na esperança do fluxo aumentar e, caso isso não ocorra, vai ao semáforo da Rua Paranaguá. Assim, são práticas estratégicas na busca de conseguir atingir seu objetivo.

No dia a dia de trabalho, observei também a prática de sobrevivência nos semáforos. Então, para se protegerem do sol ou da chuva, os trabalhadores passam protetor solar, usam chapéu, carregam garrafas de água e também se protegem nas sombras das árvores. Augusta possui alergia ao sol, mas nada como um guarda-chuva que possa ajudá-la a realizar o seu trabalho. Por falar em tempo de chuva, notei que a chuva muitas vezes não é um aspecto que os desanima de trabalhar. Em meu diário de campo (08 DE AGOSTO DE 2018) destaquei: imaginei que o Roberto fosse parar de trabalhar, mas ele continuou trabalhando e eu continuei também. Observei que naquela chuva, parecia que as vendas eram melhores. Talvez pelo sentimento de piedade por parte de alguns motoristas, em minha percepção.

Por ser um trabalho informal e às vezes por até pensarmos que quando está chovendo a pessoa não tem a obrigação de ir trabalhar ou quando começa ela vai embora. Não! Isso não acontece. Devido ao fato de sobreviverem daquele trabalho, muitas delas enfrentam a chuva para conseguir dinheiro e garantir o sustento. É possível observar, além disso, que quando se trabalha na chuva, o dinheiro adquirido é maior.

Tem vezes que nós ficamos aí... Esse tempo que choveu mesmo, nós estávamos aqui debaixo de chuva. [...] Ganha, ganha mais do que quando não está chovendo (Lucas, pedinte em situação de rua, 19 anos).

O tempo atrapalha, mas é... Por exemplo, na quarta-feira, se eu não me engano da semana passada ou da outra semana choveu na parte da tarde. E eu trabalhei com guarda-chuva debaixo de chuva e vendi todos os meus produtos. Então... E vendi mais rápido que o dia normal. Apesar que eu levei menos produtos, mas eu achei que não ia vender fácil e na verdade eu vendi mais fácil (Pedro, vendedor de pão, 32 anos).

Em dias de chuva, para conseguir trabalhar, Augusta põe sacos plásticos em seus pés para que no final do dia suas meias não estejam molhadas. Em meu diário de campo (12 DE JUNHO DE 2018) escrevi que Augusta lembrou de colocar sacolas em seus pés. Primeiro ela colocou uma sacola branca entre sua meia rosa e sua alpargata preta, pois ajudaria a não molhar suas meias e quando fosse embora só tiraria a sacola e secaria seu sapato no banheiro do Sesc. Com base nestas situações, analiso que existe certa resistência por parte dos trabalhadores, porque é dali que sobrevivem e muitas vezes se deixarem de trabalhar num dia de chuva, pode-se considerar como um dia perdido ou até mesmo uma quantidade em dinheiro que serviria para complementar o pagamento das refeições, do aluguel, da conta de energia ou do gás.

Além do mais, alguns trabalhadores fazem uso do que possuem, ou seja, se aproveitam de objetos que deveriam ter outra utilidade. Nesse sentido, outro aspecto que pude observar é que os próprios trabalhadores Osmar e Roberto montam os pacotes de balas. Certa vez, eles me contaram que fecham a embalagem com serrinha e vela/ferro de passar. Isto é, eles mexem com o *design* dos pacotes de balas. Vejo aqui uma gambiarra, a arte do improvisado, podendo ser entendida como uma bricolagem na visão de Certeau (2014). Ademais, todos os dias, quando ia trabalhar com eles, eu observava as mensagens nos pacotes de balas. Recordo-me que o Roberto me disse que mudava as frases todas as semanas pra chamar a atenção dos motoristas, ou seja, uma forma de amenizar a questão de passar despercebido.

Atrelado ao parágrafo anterior, ressalto que para ganhar dinheiro dos motoristas, ainda é preciso se utilizar de pequenas artimanhas (CERTEAU, 2014), como é o caso de Lucas que ao pedir inventa pequenas histórias aos motoristas para conseguir dinheiro e o caso de Ricardo que quando não consegue vender suas gomas, esconde a caixa e começa a pedir, o que se configura como uma tática na visão de Cerateau (2014), tendo em vista que naquele momento o motorista possui o poder (tempo e lugar) e para tentar convencê-lo, eles terão que encontrar alguma brecha para se sobressair perante esse poder. João também busca convencer os motoristas para dar mais dinheiro, quando vê, por exemplo, que eles possuem mais moedas em suas mãos e assim lhes pede.

Eu chego nas pessoas e conto uma história pra elas e elas dão o dinheiro, ué. Qualquer uma, eu invento na hora. Você fala, olha: “Boa tarde senhora! Eu vim de não sei da onde e eu estava precisando de uma ajuda. Eu nem ia pedir dinheiro pra senhora, é que eu estou com fome mesmo, eu queria comer”. Daí a mulher vai e me dá o dinheiro [risos]. Tem vezes que eu vou com a mesma história o dia inteiro. Tem vezes que eu mudo. Daí eu tenho que inventar outra. Daí eu paro e fico pensando: “qual história que eu vou inventar pra mim ganhar dinheiro?” Senão não ganha, se for só pedir não ganha. Mas, eles sabem que nós estamos mentindo. Eles não são bobos. Eles dão porque eles gostam de nós mesmo (Lucas, pedinte em situação de rua, 19 anos).

Às vezes eu estou até com a bala vendendo e não está dando dinheiro na bala. Eu guardo a bala e começo a pedir. Porque aí dá dinheiro, né? Geralmente quando não está vendendo bala, eu começo a pedir e eu ganho. Mais que a bala. De repente eu fico meia hora vendendo bala, não vendo nenhuma. Meia hora pedindo, eu ganho R\$ 10,00 (Ricardo, vendedor de goma e pedinte em situação de rua, 30 anos).

Por outro lado, percebo que o ato de colocar as balas nos retrovisores e depois voltar para pegar, faz com que aquele motorista que não quer comprar, repense um pouco e compre. Observei que várias vezes alguns motoristas diziam que não queriam as balas, mas, quando voltávamos para pegar, eles mudavam de ideia e compravam. Isso chamou a minha atenção desde o início da pesquisa, pois parece que é uma forma de amenizar a ignorância por parte dos motoristas, ao mesmo tempo em que consegue abranger mais carros.

Você oferecendo de carro em carro, você abrange menos pessoas, você consegue conversar com menos pessoas e você colocando diretamente no retrovisor, você consegue alcançar mais pessoas, mais clientes, entendeu? Às vezes tem um cliente que ele não quer comprar, mas você coloca o “pacotezinho” no retrovisor e quando você volta, ele decide comprar, ele muda de ideia (Roberto, vendedor de bala, 40 anos).

Então, reafirmo, neste momento, que no semáforo ocorre a transformação de um lugar para um espaço, espaço este repleto de significados e que possui as maneiras de fazer do homem ordinário que, por meio de táticas e de estratégias, deixa suas marcas.

Outra prática que pude observar foi com os panfleteiros. Quando trabalhei como panfleteira, a pessoa responsável pela empresa me disse para entregar um panfleto de cada vez, para não desperdiçar. Porém, quando mantive contato com os panfleteiros, observei que alguns entregam dois ou mais panfletos de uma vez, mesmo que num determinado carro tenha apenas uma pessoa. Retomando meu diário de campo (10 DE JULHO DE 2018) destaquei: “perguntei a Paula se ela teria que entregar todos os panfletos naquele dia e ela me disse que sim. Mas, ela me falou que entregava dois panfletos por carro, mesmo que tivesse só uma pessoa e isso fazia com que terminasse rápido”. Dessa maneira, ela age de uma forma diferente daquela proposta pelo poder dominante, no caso a empresa, agindo astuciosamente, nos dizeres de Certeau (2014). Isto porque, a empresa passa para os panfleteiros uma quantidade a ser entregue durante o dia, mas para terminar mais rápido eles subvertem essa ordem.

Ainda no que se refere aos panfleteiros, percebi que algumas vezes um vendedor ia aos carros depois de mim e acredito que era para aproveitar a oportunidade em que alguns vidros estavam abertos, porque teve até um motorista que tinha fechado o carro quando ele estava vendendo água, mas baixou o vidro quando eu fui dar o panfleto, o que demonstra que o panfleteiro possui o próprio, conforme afirma Certeau (2014). Do mesmo modo, posso afirmar que existe a conveniência com aqueles trabalhadores que podem lhes proporcionar benefícios, servindo como uma prática de aproximação (RAFFESTIN, 1993). Entendo que vendedores comumente gostam que panfleteiros estejam no mesmo semáforo, porque eles vão “abrindo os vidros”.

Por outro lado, o que não posso deixar de mencionar, e que foi um aspecto que muitas vezes me deixava chateada, é que diariamente os trabalhadores dos semáforos lidam com preconceito de motoristas e transeuntes, mas pelo fato de sobreviverem daquele trabalho eles precisam encontrar brechas para amenizar esta situação. Nesse sentido, pude identificar que eles fazem uso do que na visão de Certeau (2014) se tem como estratégia. Em minhas anotações de campo isso ficou claro, visto que observei que os carros que estavam com os vidros fechados, Augusta apenas oferecia de longe e prosseguia, mas nos carros que estavam com os vidros abertos, ela oferecia de perto e eu via um pouco de insistência de sua parte. Por vezes, ela ficava durante todo o sinal fechado em um ou dois carros (DIÁRIO DE CAMPO, 24 DE JULHO DE 2018). Além disso, em final de mês o movimento fica muito fraco, mesmo assim Inácio oferecia e eu observava que não insistia muito. Se o motorista lhe desse atenção

ele conversava, mas se o motorista lhe ignorasse ele ia para outro carro. Assim, eles buscam formas de amenizar essa situação de desconforto.

Todos agradecem. É difícil um que às vezes passa chorando, mal humorado. Às vezes problema na família, né? Quando eu vejo que tem alguma coisa, eu já passo reto. Eu ofereço. Quando não abre o vidro a gente vê que já está com algum problema, a gente passa reto (Regina, vendedora de paçoca e amendoim, 54 anos).

Minha relação é essa, que eu trato eles bem, brinca, conversa e quando é aqueles que são nervosos, eu largo pra lá, né? Eu só ofereço e já vou caindo fora (Inácio, vendedor de goma, 72 anos).

Eu acho que é exatamente por isso que eu não costumo parar nas janelas. Passo sempre falando boa tarde, passo andando num ritmo moderado, né? E eu passo andando e falo boa tarde e ofereço pão caseiro, mas não paro na janela. Se a pessoa... Eu acho se a pessoa tem interesse ela vai olhar e vai falar ou se ela é educada o suficiente pra falar “boa tarde! Não, muito obrigado!” Ela vai virar e vai falar com você e eu vou parar e vou aceitar o boa tarde dela e ela falar: “não, eu não quero hoje” e vou falar: “está bom, obrigado, né?” e seguir em frente (Pedro, vendedor de pão, 32 anos).

Eu decidi vender desse jeito porque muita gente fala não pra você, né? E você ponhando no retrovisor aí não tem jeito. Se quer leva, se não quer você tira. E todo mundo fica numa boa. É melhor (Osmar, vendedor de bala, 61 anos).

Além disso, os trabalhadores dos semáforos possuem a prática de reclamar. Penso que seja em virtude da incerteza em relação ao trabalho informal, de ter dia que conseguem ou não o valor almejado, de ser um dia pelo outro. Essas reclamações ocorrem majoritariamente em final de mês. Diversas vezes consegui observar tais situações: Augusta reclamava que as vendas estavam fracas demais e não entendia porque aquilo estava acontecendo, já que as pessoas tinham recebido e não estavam comprando; e Inácio dizia que as vendas estavam ruins todos os dias.

Os trabalhadores sempre procuram saber se o outro trabalhador está “ganhando bem” e em alguns casos eu via certa inveja quando alguém conseguia terminar o seu trabalho mais cedo. Certo dia, observei que um vendedor de água, que fica no semáforo da Avenida Duque de Caxias, foi embora visto que tinha vendido todas as suas garrafas de água. Percebi que Mário ficou visivelmente com inveja e disse que é duro ser pobre, “queria ser pobre só um dia e não a vida inteira” e que “pobre só sofre”, “só trabalha pra pagar contas” (DIÁRIO DE CAMPO, 06 DE SETEMBRO DE 2018).

Por outro lado, com a intenção de conseguirem mais dinheiro, alguns trabalhadores mesmo que não estejam realizando o trabalho no semáforo literalmente, oferecem os seus produtos e serviços aos possíveis clientes. Relendo meu diário de campo (23 DE AGOSTO DE 2018), verifiquei que quando ia almoçar, no trajeto até o restaurante, Augusta oferecia os doces para as pessoas que passavam na rua ou até mesmo para as pessoas que estavam em empresas que passávamos em frente. Da mesma forma, também escrevi no diário de campo (10 DE AGOSTO DE 2018) que quando ia ou voltava de algum lugar, João passava nos carros recolhendo dinheiro mesmo que não tivesse se apresentado. Observei também que, às vezes, quando não dava tempo para se apresentar em um sinal fechado, ele se apresentava rapidamente em cima do canteiro central mesmo e depois recolhia dinheiro dos motoristas, agindo taticamente para conseguir algum valor.

Percebi também a prática de deixar para o dia seguinte. Isso foi observado com alguns dos trabalhadores. Sobre isso, escrevi em meu diário de campo (26 DE JUNHO DE 2018) que como estava quase no horário de pegar o ônibus, Augusta me disse que ia deixar aqueles amendoins para serem oferecidos nele, porque as pessoas sempre compram e também poderia deixar para o dia seguinte caso não vendesse. Da mesma forma, Inácio compra as caixas de gomas e o que sobra deixa para o dia seguinte.

Não posso deixar de mencionar a existência do consumo de álcool e drogas nos semáforos, pois trata-se de um aspecto muito presente no “mundo da rua”. Em alguns casos, a percepção que eu tinha era que fazendo uso deles, a pessoa se sentiria mais desinibida, mas em outros não. Em meu diário de campo (09 DE JULHO DE 2018) anotei que João saía algumas vezes do ponto que estava trabalhando e ia ao posto de gasolina, segundo ele, “calibrar os neurônios”. Outras vezes dizia que sairia e demoraria somente uns dez minutos que é o “tempo para ele ficar legal”. Quando voltava, eu reparava que ele parecia mais animado e já começava a se apresentar para os motoristas. Quando fui fazer entrevista com Ricardo, notei que ele estava com uma pequena garrafa de bebida alcoólica. Já Lucas deixa claro que ele pede dinheiro para sobreviver e também para fumar.

Eu peço pra mim fumar [risos]. Eu peço pra mim fumar, ué. Ou quando não é pra fumar, é pra comer. Eu janto também, como lanche todo dia (Lucas, pedinte em situação de rua, 19 anos).

Ou seja, ele sobrevive com o dinheiro que consegue nos semáforos, mas não deixa de mencionar que o valor adquirido também serve para o uso de entorpecentes.

Outro ponto a ser destacado é que, no caso de vendedores, os produtos que vendem decorrem das facilidades, conforme pude observar com Inácio que compra as caixas de goma em uma loja de doces que fica perto do semáforo em que trabalha. Desse modo, ele não precisa se preocupar em levar ao semáforo uma quantidade de caixas, pois quando está vendendo e as gomas acabam ele só pega o dinheiro e vai comprar mais.

Assim, até a escolha pelos semáforos e horários pode se caracterizar com uma prática a partir da ótica certeuniana.

Porque ele é quatro tempos. Então, quatro tempos ele demora mais. Dá tempo de você oferecer mais o pano. Enquanto os outros semáforos são dois tempos, três tempos, é mais rápido um pouco. Então, esse é mais demorado um pouquinho na faixa que eu estou, devido ser quatro tempos. Quatro vias, ele abre pra quatro linhas passar. Ele abre pra linha que eu estou, abre pra linha pra descer, abre a linha pra subir e abre a linha pra fazer o paralelo comigo. Ele vai abrindo, pra cada linha ele abre um tempo. Então, são quatro tempos, aí fica mais fácil pra trabalhar (Orlando, vendedor de pano de prato, 60 anos).

Ah, porque aqui fica mais dois que são parentes, que é vendedor, fica perto, né? E fica perto do banheiro, perto do posto, né? Perto do lugar que a gente toma água também, que tem bebedouro. Então, é mais facilidade, né? Pra gente. Não precisa ir longe pra tomar uma água, né? Porque tem o posto em frente, né? Tem o banheiro, né? Porque a gente acostumou nesse já. Foi o primeiro que a gente começou e a gente acostumou, né? Daí a gente já fez o ponto aqui. Já começou aqui e sempre ficou aqui. Já fez a freguesia já (Regina, vendedora de paçoca e amendoim, 54 anos).

Neste aqui... Olha, é complicado, como é que eu vou explicar. Porque é bom. O semáforo aqui é bom. Esse é bom. Antes eu trabalhava lá em cima. Antes, muito lá atrás. Na [Avenida] Morangueira ali, posto Presidente¹³. Ali onde tem dois semáforos. Onde abre um primeiro, depois abre o outro. Então, eu trabalhava ali. Ali era muito bom. Mas aí depois que fizeram aqueles pontos lá no meio, mudou o tempo do semáforo. [...] Eu acabei vindo parar aqui. Gostei desse aqui. Fiquei aqui. Na maioria das vezes eu fico nesse, mas de vez em quando eu troco. Vou um pouco em outro, geralmente esse aqui do Condor¹⁴ ou tem um lá em cima na... Que ninguém vai. Lá da... Perto do Cidade Canção¹⁵ ali de cima. Ninguém vai lá. E aí às vezes eu vou lá. Porque quando tem muita gente aqui ou muita gente ali, eu vou lá porque lá não tem ninguém, né? Mas, é pouco tempo também. Na maioria das vezes é aqui (Ricardo, vendedor de goma e pedinte em situação de rua, 30 anos).

Porque é o mais perto da onde eu durmo. E aqui é o sinal que mais... O mais melhor que tem também pra pedir, pra vender. É o mais melhor. [...] Vou naquele outro lá da [Rua] Paranaguá também. [...] Fico nos dois. Se eu não

¹³ Posto de combustível.

¹⁴ Supermercado.

¹⁵ Supermercado.

estiver lá, eu estou aqui [risos]. [...] O outro é melhor daí de madrugada. Lá passa mais gente, mais carro. Por causa que tem os bares lá embaixo, o povo saindo tudo do bar. Daí lá é melhor de noite (Lucas, pedinte em situação de rua, 19 anos).

Eu fico na [Avenida] Pedro Taques só final de semana, que você me vê na [Avenida] Pedro Taques. Porque tem bastante gente trabalhando ainda e nos dias de semana eu já pego outra rotina. Eu vou lá pro Hospital Paraná, que lá não tem ninguém. Lá só tem o pessoal que vende... Eles vendem morango, caixinha de morango e de vez em quando vai uns indiozinhos pedirem dinheiro lá. Lá não vai ninguém, daí eu prefiro estar em local isolado, porque, por exemplo, aqui... Se eu trabalhar aqui, nesse farol aqui, os carros já estão vindo de lá, já tem pessoas trabalhando lá naqueles faróis, pegando oferta lá, chega aqui desanimado, “ah, mais um”. Então, é assim que eu penso, daí eu prefiro ir num lugar onde não tem ninguém. Hospital Paraná, tem um semáforo lá. É bem na saída da cidade. Eu gosto de trabalhar em saída e entrada da cidade. Eu não gosto de entrar no meio da cidade (Luiz, malabarista, 42 anos).

Ali no semáforo eu trabalho de segunda a sexta. Eu saio de casa às 15h00min, na verdade, mas aí eu vou em outro lugar para pegar os pães e eu chego ali mais ou menos às 15h30min, 16h00min, até acabar os pães, em torno de 18h30min, 19h00min. A escolha por esse horário é pelo movimento de pessoas no caso. Se você for durante o dia, você pode perceber que uma parte do dia tem carro, tem pessoas também. Só que na parte da tarde, depois das 16h00min geralmente é o horário que o pessoal sai de serviço. De 16h30min em diante tem gente saindo de serviço. Então, é um horário que tem um fluxo maior de carros e de pessoas [...] (Pedro, vendedor de pão, 32 anos).

Verifico que os trabalhadores ficam nos semáforos devido ao tempo que ficam abertos, como também devido terem menos pessoas, como no caso de Luiz que procura trabalhar isoladamente. Assim, os trabalhadores agem estrategicamente ao “escolherem” os semáforos, visto que possuem o tempo para agirem e assim, quem sabe, terem um lucro maior.

Outra prática que pude visualizar e que também foi mencionada nas entrevistas, se trata da divisão de fileiras. Todos os trabalhadores que fiz observação participante realizam esta prática. Poderia dizer que se trata daquilo que Raffestin (1993) chama de tessituras, as quais dizem respeito a limite, que, de forma explícita ou implícita, demonstra como um grupo se relaciona numa porção do espaço. As tessituras nos semáforos demonstram qual o limite que um trabalhador “domina” e demonstram onde cada um se localiza.

A gente divide os espaços de tempo, cada um trabalha um pouco. O outro está cansado, senta pra descansar, o outro trabalha. Com os malabaristas, a mesma coisa. Quando eles chegam, a gente pega uma faixa, eles pegam a

outra faixa. Com os entregadores de panfletos, a gente não pode nem discutir, nem brigar porque é um trabalho deles. Então, a gente tem que respeitar pra ser respeitado por eles também (Roberto, vendedor de bala, 40 anos).

Não, tranquilo. Cada um vende o seu, né? É que nem ela [Regina] fala pra mim. Se vender a mesma coisa é ruim, né? Ninguém consegue vender nada. Então, ela vende o chocolate, o bombom dela, a paçoca dela. Eu vendo água, o outro pede dinheiro por causa do sopão. É assim, ninguém atravessa ninguém. Entendeu? [...] Cada um vende o seu, mas que nem água, se chegar uma pessoa aqui, eu já falo: “olha, tem como você vender no outro sinal ou no outro, senão vai ficar ruim pra mim e pra você”. Entendeu? Agora que nem a mulher que vende a paçoca dela, o outro ali que vende o docinho dele, é normal. Entendeu? (Eduardo, vendedor de água, 29 anos).

Raffestin (1993) coloca que toda prática realizada no espaço é induzida por um sistema de ações ou de comportamentos e pode ser considerada uma produção territorial, sucedendo, assim, em tessituras, nós e redes, pois, “nenhuma sociedade, por mais elementar que seja, escapa à necessidade de organizar o campo operatório de sua ação” (RAFFESTIN, 1993, p. 150). Assim, as pequenas práticas dos trabalhadores dos semáforos também contribuem para a organização, a hierarquização e a delimitação de um território.

Desta forma, a tessitura, para Raffestin (1993), diz respeito a limite, que, de forma explícita ou implícita, demonstra como um grupo se relaciona numa porção do espaço, como no caso da divisão de fileiras. Os nós, por sua vez, significam onde os atores se localizam, ou melhor, a posição dos atores, aqueles que podem ajudar ou não, ou que tem acesso ou não a determinados recursos (RAFFESTIN, 1993). E as redes, segundo Raffestin (1993, p. 156), tratam-se de “um sistema de linhas que desenham tramas”, podendo ser abstratas ou concretas, que deveriam assegurar a comunicação, porém, muitas vezes, asseguram apenas aquilo que é de seu interesse ou de interesse de seu grupo. Neste último caso, o trabalhador criará vínculos com aquele que pode lhe proporcionar algum benefício, como no caso do panfleteiro que mencionei anteriormente, mas ele afastará aquele que quer conseguir dinheiro ou que está vendendo o mesmo produto.

Todavia, tanto nas observações quanto nas entrevistas, foi possível ver, além disso, que certos trabalhadores procuram semáforos onde têm menos trabalhadores, diferentemente do que foi discutido nos parágrafos anteriores.

É bem mais tranquilo, não é muito corrido, sabe? Não tem muito fluxo, mas assim é até bom. Ali é bom pra vender, porque, às vezes... Eu já tenho cliente também ali, né? [...] O lugar é bom. É fluxo de carro bem menor. É mais tranquilo, eu consigo falar com as pessoas, por mais que sejam três,

quatro pessoas que eu falo, até cinco, que às vezes dá tempo, é bom, eu converso e tal (Alice, vendedora de trufa, 33 anos).

Porque eu escolho trabalhar no sinal onde tem menos fluxo de pessoas trabalhando. Por exemplo, se você... Pode ver que ele está aqui [o João], são poucas pessoas que vêm aqui. Ali mais ou menos [Avenida Pedro Taques]. Mas se você for já na [Avenida] São Paulo, já tem muito. Se você for no debaixo, já tem muito. Se você for lá na [Avenida] 19, tem mais gente ainda. Então, eu procuro sempre lugares onde tem poucas pessoas (Luiz, malabarista, 42 anos).

Do contrário, Lucas procura trabalhar nos horários com maior fluxo de veículos: horário de almoço e horário em que as pessoas saem do trabalho, pois, deste modo, consegue mais dinheiro.

Assim, as práticas dos trabalhadores dos semáforos da cidade de Maringá evidenciam que eles agem, mesmo que de forma minúscula. Muitas vezes fazendo um uso diferente e também resistindo ao poder dominante, seja ele um órgão público ou até mesmo a própria sociedade. A partir dessas práticas, os trabalhadores atribuem significados aos semáforos e os transformam em um local de trabalho.

5.5 RELAÇÕES ENTRE TRABALHADORES, MOTORISTAS E TRANSEUNTES

Os trabalhadores dos semáforos mantêm uma relação constante com os demais trabalhadores, motoristas e transeuntes. Isto porque, os primeiros são aqueles que também estão no semáforo, seja aquele que possui um local estabelecido, seja aquele que chega num determinado dia para se inserir nesse mundo informal. Os segundos, por sua vez, são aqueles que os trabalhadores dependem para comprar os seus produtos, para receber os seus panfletos, para colaborar com os malabaristas que se apresentam ou até mesmo para dar dinheiro ao pedinte que se aproxima de seu carro. E os terceiros são aqueles que estão passando pela calçada e que os trabalhadores terão a oportunidade de contatar quando o sinal abre. Então, os semáforos, de um modo geral, possibilitam que essas relações estejam presentes no dia a dia de tais trabalhadores e o resultado dessas relações são aproximações ou distanciamentos entre os sujeitos que se encontram nos semáforos, com base no sistema territorial mencionado por Raffestin (1993).

Desse modo, no que diz respeito às relações que são estabelecidas no cotidiano, primeiramente o que despertou a minha atenção com as observações e as entrevistas foi a prática da individualidade, ou seja, geralmente os trabalhadores com mais tempo nos semáforos preferem trabalhar sozinhos, não admitindo a presença de outros trabalhadores, mesmo não sabendo o motivo pelo qual o “novo” está ali. Então, pra se manter sozinho no semáforo, o trabalhador conversa ou até mesmo discute com os novos trabalhadores para que eles procurem outro semáforo. Sobre esta situação retomei o meu diário de campo (01 DE AGOSTO DE 2018) e verifiquei que ao trabalhar com Roberto e Osmar, estes não permitiam a presença de outros trabalhadores, sendo que Osmar disse desta forma a um homem que estava arrecadando dinheiro: “tem ponto lá! Aqui já tem dois”.

Nesse sentido, o pronome possessivo “meu” se faz muito presente no dia a dia do trabalho realizado nos semáforos, tendo em vista que os sujeitos dizem serem os donos dos semáforos. Para Souza (2009) o território é entendido como um campo de força, pois além de dizer respeito a uma dimensão do espaço social, dependendo, muitas vezes, de sua dimensão material, ele também é intangível por si só devido se tratar de uma relação social. Retomando meu diário de campo (05 DE JUNHO DE 2018) percebi que fiz a seguinte anotação logo no início de minha inserção em campo: uma fala que chamou a minha atenção é que naquele momento Augusta estava no semáforo da Avenida Colombo literalmente, mas quando fosse umas 10h00min ela teria que ir ao semáforo da Avenida Duque de Caxias, visto que o ponto em que estava naquele momento pertencia a sua irmã e quando chegasse pediria para ela sair. Lembro-me que ela disse assim: “o meu ponto é aquele ali de cima, da Avenida Duque de Caxias”. Enquanto eu ia caminhando, percebi a ausência de Augusta no semáforo em que nos encontramos anteriormente. Foi então que olhei para o semáforo da Avenida Duque de Caxias e a vi. Logo pensei: “ela já deve ter ido para o seu ponto para evitar atritos com a sua irmã”. Para Raffestin (1993) o espaço é um lugar ou um campo de possibilidades, em que a partir das relações sociais de comunicação surgem os sistemas territoriais e por meio de uma representação original o ator pode decidir construir diversos tipos de tessituras e, posteriormente, articular todos ou somente alguns pontos em redes.

Nas falas dos entrevistados isso fica perceptível.

Aqui faz dez anos que eu trabalho aqui, só que um respeita o outro. Se chega, tem dois, três vendedores, o outro já vai procurar outro semáforo, é assim. Só que do meu eu não saio, porque meu lugar... Se eles acharem que está pequeno o espaço, eles que procurem outro, porque ali o lugar já estou acostumada, né? Já tenho os meus fregueses também (Regina, vendedora de paçoca e amendoim, 54 anos).

Com a dona Augusta e com a Teresa a gente se dá bem já. É conhecido, né? Agora quando chega um estranho é mais difícil, né? Tem que conversar, né? Que eu trabalho aqui há bastante ano, né? Com a dona Augusta e com a Teresa já somos amigos, né? A gente tem amizade já, né? Já se acertou, né? Já tem conhecimento, né? [...] Quando chegam outros, aí eu vou conversar com a pessoa. Porque eu trabalho há bastante ano. Aí é mais difícil, né? Entrar gente estranho, né? Muita pessoa, um estorva o outro, né? Aí fica mais difícil pra vender, né? Não tem conhecimento, né? Eu vou conversar com a pessoa que eu trabalho há bastante ano ali, né? Pra pessoa arrumar um sinaleiro pra ela trabalhar, né? (Mário, vendedor de água, 58 anos).

Simples, só ir lá do outro lado. O sol nasce pra todos, mas ele trabalha do outro lado. O sol nasce pra todos, mas ele trabalha lá. Porque aqui, tipo assim, o pessoal está vendo, tem sombra, é um lugar que vende. Ninguém acreditava nesse sinaleiro, então eu vim aqui e acreditei. Fiz as coisas acontecerem. Conquistei uma clientela e não vou deixar pros outros. Aqui, a hora que eu estou lá em casa e preciso de dinheiro eu venho pra cá. Como é que eu vou deixar o outro entrar aqui? Tem pessoas que entram aqui, estão bebendo, ficam fumando ou pedindo dinheiro só pra usar droga. A pessoa vem aqui e no outro dia: “ah, estava junto com o cara”. Nós não, nós somos família. Do outro lado lá tudo bem. Eu não tenho o porquê de proibir do outro lado, porque eu não estou usando, né? E o sol nasce pra todos, mas esse lado aqui... Panfleteiro atrapalha. Porque a pessoa que pega o panfleto, é um carro perdido. Ela não vai ver a bala, ela vai ver o panfleto. Então pra mim é um carro perdido. Mas eles entendem. Eles vão tudo lá pro outro lado lá já. Ou eles pegam a última pista ali do canto. Tem quatro pistas, né? O panfleteiro como eu sei que o cara está recebendo ordens, nós pedimos pra ele fazer os dois últimos lá. Ele não está nem aí, se ele entregar cinco panfletos por dia ele ganha o dinheiro dele. Então ele fica no cantinho dele e nós no nosso (Sérgio, vendedor de bala, 29 anos).

A gente se dá bem, né? Nós somos combinados tudo bem. As pessoas que chegam ao semáforo é porque atrapalham, né? Um está daquele lado e eu estou desse. Cada um tem que ter seu ponto, cada um tem seu ponto, é assim. Que nem os meus sobrinhos, eles têm o ponto deles lá em cima e esse aí é o meu. Cada um tem o seu e nós não vamos lá perto do Condor, porque lá tem gente que tem o ponto lá também. E os pedintes a gente não fala nada, porque a gente tem medo e tem uns que a gente já fala: “Aí filho fica ruim pra mim, pra vender, me atrapalha, estou terminando. Você não pode esperar um pouco eu terminar? Pega outro farol”. A gente conversa direitinho, né? Se a pessoa não quiser obedecer, a gente deixa pra lá, deixa lá, né? A gente procura não deixar, porque é ponto é da gente. Agora o dia que a gente não vem, aí está livre, mas o dia que a gente vem, né? Eu não venho todo dia, só dois ou três dias na semana. Tem semana que eu venho dois dias (Augusta, vendedora de cocada, paçoca e amendoim, 62 anos).

Assim, segundo Raffestin (1993), as tessituras, os nós e as redes podem criar vizinhanças, acessos, convergências, porém podem criar disjunções, rupturas e distanciamentos. Isto é, pessoas que já possuem certo laço de amizade se dão bem, mas novas

peessoas ou que estejam vendendo os mesmos produtos ou serviços são repelidas do semáforo que já possui “dono”. Em outra situação, anotei em meu diário de campo (07 DE AGOSTO DE 2018) que vários indígenas foram ao mesmo semáforo que João trabalha e este falou para os indígenas saírem, porque ali era o “canal” dele.

Logo, a fim de explicitar como ocorre a territorialização, Raffestin (1993) apresenta de modo bem simples os objetivos intencionais de um único sujeito situado em um ponto do espaço, em que ele representará o espaço para si. Trata-se, portanto, de uma percepção egocêntrica da representação, partindo do “eu” para o “não eu”, ou seja, da interioridade para a exterioridade e, assim, acaba por ressignificar aquele espaço. Segundo o autor, a representação se caracteriza como egocêntrica, pois ela é definida de acordo com os objetivos de um ator, o qual comunica suas intenções por meio de sistemas sêmicos. Portanto, percebe-se que existe uma relação social e, assim, “o espaço representado não é mais o espaço, mas a imagem do espaço, ou melhor, do território visto e/ou vivido. É, em suma, o espaço que se tornou o território de um ator, desde que tomado numa relação social de comunicação” (RAFFESTIN, 1993, p. 147).

Ainda no que concerne à demonstração de posse do semáforo, ficou perceptível o trabalho social dos sinais, elemento da conveniência, como afirma Mayol (2013). Segundo Mayol (2013, p. 53), o trabalho social dos sinais manifesta-se por meio de “linguagem de meias-palavras, fixando-se no sorriso da polidez, cumprimento mudo do homem que se apaga diante de uma mulher, ou, ao inverso, vigor silenciosamente agressivo com o qual alguém ‘conserva o seu lugar na fila’ (‘é meu...’) [...]”. No caso do semáforo, em minha permanência em campo, observei que quando um “estranho” chega para trabalhar, os trabalhadores que já estão no sinal olham de uma forma para ele no sentido de mostrar que ali não pode ficar, pois ali já tem dono.

Em consonância com o que foi discutido anteriormente, os “novos” trabalhadores que chegam aos semáforos possuem o hábito de pedir autorização para aquele que já está trabalhando e é aí que ocorrem as relações de poder entre os trabalhadores. E caso não ocorra esse pedido de autorização, os trabalhadores mais “antigos” conversam e/ou discutem com aqueles para procurarem outro semáforo. Em meu diário de campo (26 DE JUNHO DE 2018) escrevi que conforme íamos vendendo, Mário falava alto que quando tem bastante concorrente os motoristas ficam com medo e não compram. Falou que em São Paulo e Curitiba cada um tem o seu ponto e quando alguém chega tem que pedir autorização para a pessoa que já estava lá. Isso ficou bem claro no dia em que uma moça, que estava em seu primeiro dia de trabalho no semáforo, foi pedir autorização ao Mário para trabalhar no mesmo

semáforo que ele, porém este não deixou e ela saiu. Nesse sentido, conforme diz Raffestin (1993), os indivíduos agem no sistema territorial e, segundo ele, delimitar seria isolar ou subtrair momentaneamente ou até mesmo manifestar um poder numa área precisa, a fim de territorializar.

Raffestin (1993) trabalha com o território a partir de uma perspectiva relacional, visto que o território se constrói por meio das relações sociais, geralmente marcadas pelo poder e que se efetuam no espaço. O trecho abaixo evidencia o que foi discutido:

Tem gente que vem aqui, que nunca veio da primeira vez, vê a gente entregando e vem pedir permissão pra poder vender ali (Alfredo, panfleteiro, 38 anos).

Da mesma forma, outra situação observada em minha permanência em campo foi quando eu e Inácio estávamos indo ao semáforo para trabalhar e observamos que tinha um homem vendendo gomas. Quando íamos começar a trabalhar, aquele rapaz se aproximou de Inácio e disse que não sabia que naquele ponto já tinha gente. Pediu desculpas, saiu e foi para outro semáforo.

Ainda em relação às relações de poder, os trabalhadores Ricardo e Lucas, ambos pedintes, trabalham após Augusta ir embora, ou seja, depois das 16h00min. Isto porque, segundo eles, ela tem uma idade mais avançada e também está há mais tempo naquele semáforo. Eu observava que às vezes o Lucas chegava para pedir dinheiro aos motoristas e Augusta dizia para ele ir mais tarde, quando ela fosse embora. Ela utiliza-se, portanto, de seu lugar de poder, do seu próprio (CERTEAU, 2014), para alcançar os seus objetivos, assim como ter poder e territorializar (RAFFESTIN, 1993). Então, pude concluir que se deixar outras pessoas trabalharem no mesmo semáforo que ela, suas vendas ficarão comprometidas. Nesse sentido, sabendo que o território é um lugar permeado por relações de poder (RAFFESTIN, 1993), Augusta exerce o seu quando da não aceitação de novos trabalhadores.

E com a dona Augusta é tranquilo. Quando ela está ali, como ela é uma senhora de idade, quando ela está vendendo aqui... Eu procuro deixar ela trabalhar. Se tiver ela e a irmã dela, que nem está hoje e as duas estiveram aqui, aí eu nem faço aqui. Eu deixo, que nem eu procuro fazer mais a tarde mesmo. A dona Augusta vai embora vai 16h00min, aí eu procuro fazer esse horário que a irmã dela pega um lado e eu pego outro. Que eu tento respeitar ela por ser de idade. E outra, que ela já trabalha aqui há... Muito antes de mim (Ricardo, vendedor de goma e pedinte em situação de rua, 30 anos).

Normal, né? Tudo amigo. Tudo amigo. Tudo se conhece já daqui do sinal mesmo. Daí cada um reveza uma vez, né? Quando todo mundo está no mesmo sinal. Ou quando está a dona Augusta daí nós deixamos ela trabalhar. Daí nós vamos pro outro sinal. Ela manda eu embora. Ela fala: “deixa eu trabalhar, depois vocês voltam” [risos]. Mas, ela vai embora 16h00min. Nós deixamos ela trabalhar, que ela é idosa, né? Ela vem lá de Paranaíba (Lucas, pedinte em situação de rua, 19 anos).

Outros pedintes também chegavam e Augusta conversava com eles, mas como não saíam ela não falava novamente. E na entrevista, Lucas relatou que quando um novo trabalhador chega ao mesmo semáforo em que ele está, aquele tem que pagar pelo ponto, podendo ser caracterizada como uma estratégia a partir de uma análise certeuniana para ter poder no território. Ou seja, referente à Augusta, Lucas utiliza-se de uma tática, ao passo que quando surgem “novos” trabalhadores ele se utiliza de uma estratégia. Aqui fica claro que apesar de seus conceitos serem distintos, estratégias e táticas não podem ser vistas de maneira antagônica, pois em um determinado momento o homem comum pode possuir o “próprio” e em outro pode não possuí-lo. Nesse sentido, “pensar em táticas implica tratar da dissolução da ordem, uma vez que a ordenação é da esfera da estratégia” (HONORATO; SARAIVA, 2016, p. 177). Além disso, segundo estes autores, conforme a estratégia for buscando o controle do seu espaço organizado vão surgindo resistências, o que implica em táticas.

Estou aqui todo dia e aparece outra pessoa... Ou senão ele paga pelo ponto ou senão ele vai pra outro ponto. Cada R\$ 2,00 que ele ganhar um é meu. Cada R\$ 3,00 que ele ganhar, um é meu. Se vier outra pessoa nós fazemos isso. Cada R\$ 3,00 que ele ganhar, um é meu (Lucas, pedinte em situação de rua, 19 anos).

Nesse sentido, alguns trabalhadores visivelmente possuem poder nos semáforos. Em meu diário de campo (23 DE AGOSTO DE 2018) escrevi: “Augusta saiu do meio dos carros e foi na esquina, pois o motorista que iria comprar os doces dela foi estacionar o carro. Logo depois de ocorrer essa situação, um homem chegou para pedir dinheiro no semáforo em que estávamos e Mário disse: ‘a dona Augusta saiu, chegou gente’”. Isso demonstra que os próprios trabalhadores enxergam o poder que Augusta possui naquele território. Sobre isso, também escrevi em meu diário de campo (27 DE AGOSTO DE 2018) que em uma tarde, estava muito calor e todos os trabalhadores haviam ido embora e somente eu e Inácio continuamos trabalhando. Cheguei a questionar isso para ele que disse: “pra você ver a situação. O povo está desconsolado. Você vê a luta que eu faço! O povo só compra de mim

por causa da minha idade avançada”. Logo, o tempo e a idade são aspectos que contribuem para o processo de territorialização.

No ponto de Inácio dificilmente aparecem “novos” trabalhadores e mesmo quando isso ocorre, raramente ele discute. Em minha percepção, o motivo seja pelo fato de compreenderem que aquele espaço já tem dono, bem como por conta da idade e do tempo de trabalho de Inácio. Parece que ele não se importa se vêm outras pessoas, porque mesmo assim consegue vender suas gomas. Mesmo com outras pessoas naquele semáforo, Inácio tinha liberdade, em que oferecia suas gomas entre os carros, do lado esquerdo ou direito da Avenida. Além disso, era perceptível que quando passavam, os motoristas já conheciam Inácio e ele aparentava ser muito querido pelas pessoas. Assim, segundo Raffestin (1993), o poder constrói malhas nas superfícies do sistema territorial para delimitar campos operatórios.

Mas destaco também o caso dos panfleteiros, uma vez que eles não estão vendendo nada, apenas entregando. Isso, de certa forma, demonstra que eles possuem o “próprio” (CERTEAU, 2014), pois, dificilmente serão expulsos pelos demais trabalhadores de um determinado semáforo. Isso ficou visível nas observações com João, Roberto e eu mesma trabalhando como panfleteira, e também nas próprias entrevistas. João, por exemplo, não permite a presença de pessoas que podem conseguir dinheiro dos motoristas, como vendedores, pedintes ou outro malabarista, mas quando é panfleteiro ele “deixa” a pessoa trabalhar, porque ele cuida do ponto “dele”, uma vez que sobrevive dos semáforos. Outras vezes, enquanto estava entregando eu observava que, embora não fosse a maioria, algumas pessoas ignoravam demais e outras já falavam que não queriam achando que era algum produto, mas quando viam que era panfleto elas pegavam. Recordo-me que um dia, enquanto eu entregava, um motorista me disse: “só entregar, não está vendendo não”. Aqui, pude ver, com base numa análise certeuniana, que o panfleteiro detém o “próprio” no semáforo.

Sobre isso, também descrevi em meu diário de campo (29 DE AGOSTO DE 2018) que algumas meninas que entregavam panfletos ficavam no semáforo em que trabalhavam Roberto e Osmar. Conquanto, eles não falavam para saírem, mas até conversavam com elas. Pude observar tal situação, quando, por exemplo, havia uma moça que entregava panfletos em outro semáforo naquele cruzamento e diversas vezes ia até onde Roberto estava trabalhando, pois dizia que no outro semáforo o movimento estava fraco demais, demonstrando novamente que o panfleteiro detém o poder no território do semáforo.

Além disto, o que pude perceber quando da minha permanência em campo é que o trabalho nos semáforos evidencia que os próprios trabalhadores possuem preconceito com eles mesmos. Relendo meu diário de campo (05 DE JULHO DE 2018) anotei que Mário disse

uma vez que o malabarismo não é profissão e sim coisa de vagabundo, já que eles se contentam com moedinhas e disse: “trabalho de verdade é o de vendas, porque é um esforço de verdade igual ao meu”. Dá a entender que vender faz parte de uma “elite” e outros tipos de trabalho não. Conforme mencionei anteriormente, Alice tem esperança de conseguir um trabalho, demonstrando para mim que o semáforo não é considerado um trabalho para ela.

De modo complementar, é possível perceber também uma hierarquização entre os próprios trabalhadores, como se fossem os estabelecidos e os *outsiders*¹⁶. No trecho “agora o que eu não gosto é quando fica cheio de índio, essas pessoas.... Esses nóias quando chegam pedindo aí” da entrevista abaixo, percebo que Inácio se acha superior aos “nóias” e indígenas.

O que eu mais gosto aqui do semáforo é a amizade que eu tenho com as pessoas, que eu tenho muito conhecido já. Agora o que eu não gosto é quando fica cheio de índio, essas pessoas.... Esses nóias quando chegam pedindo aí. Eu não gosto muito não. Acho ruim, né? Eu peço a Deus pra eles irem embora (Inácio, vendedor de goma, 72 anos).

As relações entre aqueles que já estão estabelecidos nos semáforos são boas. Existe a prática de revezar ou de cada um já ter a fileira para trabalhar. Aqui, então, destaco as relações entre os trabalhadores. O Roberto e o Osmar possuem uma boa relação. Era comum quando estavam descansando, eles conversarem sobre assuntos pessoais, assim como Roberto encorajando: “vai Osmar! Taca as balas”. O Osmar reclamava direto que suas pernas estavam latejando de dor e o Roberto dizia para ele ver como queria oferecer as balas, se queria ir nas filas do meio ou da lateral. Observei também que Inácio e Sebastião são bem colegas no semáforo, assim como ocorre na relação entre Augusta e Mário. Os trabalhadores sempre param para conversar, enquanto os carros não vêm, e sempre revezam as filas para um não atrapalhar o outro.

No que diz respeito às relações com os motoristas, é possível perceber certo respeito por estes ao passo que os trabalhadores dependem deles. Nesse sentido, foi percebida a prática da conveniência (MAYOL, 2013) no momento em que os trabalhadores procuram tratá-los bem, com o benefício de que são eles que “colocam comida na minha casa” e, além disso, em outro dia eles podem voltar e comprar. E se tratar mal, eles podem procurar outro trabalhador. Às vezes, mesmo que sejam maltratados, eles precisam relevar.

¹⁶ A relação foi feita, visto que nesta obra parte de um grupo de uma cidade se considerava superior aos demais, em virtude habitarem o local há mais tempo que estes. ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

O motorista é aquele cara, é o cara que coloca comida na minha casa, né? Então, eu tenho que tratar ele bem, por mais que ele não mereça (Sérgio, vendedor de bala, 29 anos).

A pessoa não quer, eu agradeço e vou embora. Agradeço e vou embora também, porque hoje ele não pega, mas amanhã ele pega. Não é porque ele não quer hoje, “não, hoje eu não quero”, não, mas amanhã ele está passando e ele vai querer. Tem que ter educação. Se você não tiver educação, mesmo se a pessoa te maltratar, se acaso acontecer de maltratar, você não pode desrespeitar e nem desmaltratar, porque você depende deles... Depende deles. Ele passa hoje, hoje ele não quer, mas amanhã ele vem e pega, ou depois de amanhã, ou daqui uns dias. Uma hora ele vai precisar, aí ele vai falar: lá tem! Se eu maltratar, ele não compra, ele já compra em outro lugar. Na hora que precisar, ele vai lembrar de mim se eu tratei ele bem. Então, é na onde a gente tem que tratar todo mundo bem (Orlando, vendedor de pano de prato, 60 anos).

[...] A gente tem que relevar, porque... Por que a gente tem que relevar? Os xingos, as críticas, as condenações que a gente tem que relevar? Porque é daqui que a gente vive. Então, se eu for ficar dando atenção pra todo motorista que fala mal da minha pessoa, aí eu não vou vir trabalhar no farol, vou ficar em casa. Então, a gente releva (Roberto, vendedor de bala, 40 anos).

Sempre tratar as pessoas da mesma forma, porque, na verdade, eu dependo delas, né? Pra me... Pra me... Elas comprando ou não, eu posso depender mais na frente se elas não comprarem, né? E elas vão querer comprar um dia quem sabe. Então, é o tratamento é... (Pedro, vendedor de pão, 32 anos).

Nesse sentido, vejo que a conveniência ocorre em meio ao coletivo (MAYOL, 2013), ou seja, é preciso haver eu e o outro. Assim, nos semáforos existe uma relação entre os trabalhadores e os motoristas, e, para manterem a sua homogeneidade, eles precisam renunciar certos aspectos relacionados à sua vontade e estar de acordo com os padrões da coletividade, já que aquele trabalhador que não é conveniente acabará sendo excluído e não conseguirá exercer o seu trabalho. É por isso que, segundo Mayol (2013), a conveniência se trata de um contrato implícito com o intuito de estabelecer uma ordem.

Em minha permanência em campo, observei que mesmo a pessoa sendo mal educada ou muitas vezes passando um pequeno valor em dinheiro, os trabalhadores falavam “Deus abençoe” e agradeciam. Em meu diário de campo (19 DE JULHO DE 2018) escrevi que João brinca com as pessoas, até mesmo se elas não dão nada. Certa vez, ele disse que brinca, pois, “às vezes a pessoa está com o dinheiro ali, mas se eu não usar o meu jeitinho, a pessoa não dá”. Ou seja, tratar bem faz com que ele consiga mais arrecadação.

Do mesmo modo, sorrir e dar bom dia é conveniente, da mesma forma que se trata de uma estratégia. Isso acontece com os próprios panfleteiros, pois é assim que conseguem cativar o motorista e fazer com que ele aceite a divulgação. Como também, observei que no caso de panfleteiros, os motoristas tendem a baixar o vidro e receber a propaganda, o que não acontece na maioria das vezes com os vendedores e demais trabalhadores.

Dando bom dia e mostrando o panfleto no vidro. Daí eles abrem, dando bom dia e entregando pra eles. E o sorriso, né? O que cativa mais eles é o sorriso (Estela, panfleteira, 32 anos).

E ainda há aqueles trabalhadores que dizem não procurar discutir na frente dos motoristas, pois o ato de discutir transmite uma imagem negativa a estes últimos. Segundo Mayol (2013), para gozar dos benefícios da conveniência é necessário que o usuário não dê muito na vista, ao passo que todo desvio explícito dá a entender que o sujeito está indo contra a integridade simbólica e, dessa forma, repercute no nível da linguagem em relação à qualidade moral do usuário. Mas, esse “dar muito na vista” também reflete intrinsecamente, onde o sujeito pode se perguntar: “o que é que vão pensar de mim?” ou então ‘o que é que os vizinhos vão dizer...?’” (MAYOL, 2013, p. 50). Ou seja, existe uma confluência entre o sujeito e o social nessa situação.

[...] não adianta você discutir num local que você está trabalhando porque as pessoas veem. E se elas verem você discutindo, já tem outra visão de você, né? Já é uma outra visão (Luiz, malabarista, 42 anos).

Ademais, observei que muitas vezes o trabalhador deixa de oferecer em outros carros para passar informações a algum motorista. Isso se refere ao tratar bem, ou seja, ser conveniente.

Ao longo das observações e conversas, notei que Augusta para e espera o motorista acenar para atravessar a rua e, segundo ela, isso foi adquirido com o tempo. Percebo que Augusta se utiliza de uma tática, conforme afirma Certeau (2014), para se sobressair perante o poder que os motoristas detêm quando eles precisam sair no momento em que o sinal abre.

Tanto nas entrevistas quanto nas observações constatei que os trabalhadores ganham cestas básicas, gorjetas, quantias de dinheiro maiores e até verduras dos motoristas. Isso acontece devido à criação de um relacionamento com os motoristas. Alfredo, em sua entrevista, disse que isso ocorre porque ele é agradável. Ou seja, novamente surge a conveniência (MAYOL, 2013).

A gente ganha um monte de coisa, passa pessoa do caminhão de verdura: “pega aí, tal, está aqui um maço de alface”. A gente ganha essas coisas, por quê? Porque a gente é agradável, se a gente não fosse agradável a gente não ganharia nem um bom dia (Alfredo, panfleteiro, 38 anos).

Eles dão muita gorja pra mim, né? Dão gorja, eu já ganhei cesta básica no sinal. Eu já ganhei almoço. Hoje eu ganho almoço. Não pago nada. Por causa das moedas. Mas, eu já ganhei almoço assim... Motorista que ia passando e deixava pra mim. Ali pra meio dia. Falava: “eu vou passar aqui e vou deixar uma marmita pra você” (Osmar, vendedor de bala, 61 anos).

Sobre isso, relembrei de uma situação ao rever meu diário de campo (12 DE JULHO DE 2018) que foi quando duas moças se aproximaram e chamaram Mário, o vendedor de água. Ouvi elas pedindo uma paçoca e passaram para ele uma quantia em dinheiro. Aparentemente seria um valor maior que a compra, pois ouvi Mário dizer para elas aceitarem mais paçocas. Escutei elas dizerem: “Deus abençoe!” E saíram. O Mário se aproximou de mim e mostrou a nota de R\$ 50,00 que tinha ganhado. Naquele dia foi embora até mais cedo, por volta das 16h45min, já que geralmente costuma ir embora por volta das 18h00min.

Talvez por isso, alguns trabalhadores se dizem satisfeitos com o que conseguem nos semáforos e preferem o trabalho (informal) nos semáforos a um trabalho formal.

Está bom. O loco! Ah, uns R\$ 200,00 eu faço aqui no dia, hein. Faz. Por aí. Uns cento e pouco, R\$ 200,00 faz. Só pedindo. Se for pedir o dinheiro inteiro, sem gastar. Daí você faz. Tudo que eu preciso eu faço aqui. Tem vezes que eu fumo, uso droga, tem vez que eu guardo pra mim comer. Eu já falo a verdade mesmo. Daí tem vezes que eu uso pra mim comer, eu guardo pra mim almoçar no outro dia. Faço um monte de coisa com o dinheiro! É um monte de dinheiro que ganha aqui [risos] (Lucas, pedinte em situação de rua, 19 anos).

Oh! Seu eu estou satisfeito? Está mais que satisfeito, “fia”. Graças a Deus. Está “bença”, “bença” pura [risos]. Em um dia se eu trabalhar das 8h00min e colocar aí até às 17h30min, eu vou embora daqui com uns R\$ 200,00. Sorrindo! [risos]. Se eu trabalhar cinco dias consecutivos, eu vou ganhar o que vocês não ganham num mês. Já vou ter ali R\$ 1.500,00 (Jorge, vendedor de goma, 24 anos).

Prefiro ficar aqui um tempo. [...] O que os caras fazem em oito horas, nós fazemos em duas. Sem vender, só de doação. Tem muita gente que não compra a bala, dá o dinheiro. Daí, então, esse pessoal aí, se por na ponta da caneta, só ele já paga a diária de uma empresa registrada. Só eles, em um dia (Sérgio, vendedor de bala, 29 anos).

Aqui na verdade ganha, tipo hoje você ganha, amanhã não. É tipo... Você tem que trabalhar hoje, pra amanhã você não trabalhar. Que nem ontem choveu, antes de ontem choveu. Mas se todos os dias sair sol, você ganha bem mais do que na firma (Eduardo, vendedor de água, 29 anos).

Alguns trabalhadores se dizem satisfeitos com o que recebem nos semáforos, alegando fazerem diversas coisas com o que ganham. Porém, no sentido de estar satisfeito, o que despertou a minha atenção foi a fala de Ricardo, pedinte em situação de rua. Mesmo morando na rua e sobrevivendo do dinheiro que consegue nos semáforos, ele resiste em tomar banho no albergue, subvertendo a imagem que a sociedade possui de uma pessoa que está em situação de rua. Assim, com base nas ideias de Certeau (2014), percebo que existe um uso diferente daquilo que consome, ou seja, há uma subversão em relação à construção social existente.

Porque é uma maneira boa pra ganhar dinheiro, né? Maneira de ganhar dinheiro, pra se manter aí, né? Às vezes eu pago hotel, algumas vezes, né? Outras vezes acaba gastando tudo, né? Com bebida, né? E aí acaba gastando tudo e às vezes perde, né? E até um tempo atrás eu estava... Eu mesmo estava fazendo o meu dinheiro e pagando no restaurante. Eu ia lá no restaurante, pagava *self-service*. Tem um ali em cima que é R\$ 9,99. Tem um outro lá embaixo que eu gostava de comer também que era R\$ 14,00. Mas ultimamente eu tenho comido no Restaurante Popular que é R\$ 3,00, é mais barato. Então, na maioria das vezes eu acabo pagando a minha alimentação com dinheiro que eu faço no semáforo, né? Que é no Restaurante Popular. Mas algumas vezes a gente pede em restaurante, né? Que eles dão às 14h00min eles dão. Mas só que aí é só 14h00min, né? Aí você tem que esperar até às 14h00min pra você almoçar. [...] Às vezes eu pago [hotel]. Eu não gosto de ir no albergue e hoje mesmo eu fui lá, porque eu não tinha dinheiro. Mas eu não gosto de ir. Então, quando eu não vou, eu pago no hotel pra tomar banho. Eu não gosto de tomar banho no albergue porque é muita função lá, muita bagunça, né? Por isso que eu não gosto de ir lá. E o banheiro lá depois que o povo da rua vai tomar banho lá vira uma nojeira, uma sujeira danada, né? É muita função lá dentro, muita bagunça que eles deixam no banheiro, né? E aí eu não gosto de ir lá por causa disso aí também, né? (Ricardo, vendedor de goma e pedinte em situação de rua, 30 anos).

Entretanto, o que os trabalhadores mais citam no que diz respeito à relação com os motoristas é a questão de preconceito e ignorância. E muitas vezes o que os trabalhadores diziam para mim em minha permanência em campo é que os motoristas pensam que eles não são trabalhadores e sim usuários de droga.

Mas algumas vezes ou outras, vem uns ignorantes e tal que tem preconceito, ignoram a gente. Mas, eu deixo eles na deles. Procuo não responder muito. Algumas vezes, peço para as pessoas que passam na rua. Na maioria das vezes elas dão sim. São poucos os que têm esse preconceito, né? Que

ignoram a gente. Principalmente a gente que está na rua, né? Mas tem aqueles que ignoram sim. A gente procura... Eu procuro ignorar também, né? Mas tem uns [trabalhadores] que brigam (Ricardo, vendedor de goma e pedinte em situação de rua, 30 anos).

O dinheiro, né? [risos]. O dinheiro, em primeiro lugar, que é um dinheiro que você está ganhando. E querendo ou não, eu gosto das amizades, né? Pessoal que fica aqui trabalhando junto também, né? Outros pedindo, né? Alguns, né? Nem todos. Mas é também. E o que eu menos gosto é quando as pessoas não abrem o vidro pra falar com a gente ou quando às vezes ignoram. Você chega pra falar com a pessoa, a pessoa está com o vidro aberto, você: “Boa tarde! Bom dia! Boa noite!”. A pessoa finge que não está nem te ouvindo. Isso é horrível. Qualquer um dos dois. Tanto vendendo bala quanto pedindo. Isso é horrível. Você chega ali, às vezes a pessoa está até com o vidro aberto, mas ela finge que não está nem te vendo. Ou geralmente o que eles têm feito é a hora que chega no semáforo, já cata o celular e põe no ouvido, mas não está usando o celular (Ricardo, vendedor de goma e pedinte em situação de rua, 30 anos).

O que eu menos gosto são as pessoas. Porque têm pessoas que dá gosto de chegar perto e têm outras que não dá. Ah... Negatividade, egoísmo, talvez, nojo. Aí tem pessoas que dá gosto de chegar perto. Tem outras que você até evita, quando você já passa perto, você já até evita, porque você sabe que a pessoa não é de bem com a vida ou está com problema, daí... Tem umas coisas boas do sinaleiro, são as pessoas que me dão o dinheiro, mas por outro lado são as pessoas que... As pessoas que maltratam. Não é maltratam, né? Ignoram. Pior do que falar um não, eu acho. Então pra mim sempre são as pessoas (Sérgio, vendedor de bala, 29 anos).

Por outro lado, várias vezes, quando eles estavam descansando, vi alguns motoristas os chamarem para comprar um pacote de bala. Outras vezes, a pessoa ia até o ponto e comprava. Lembro que certa vez, um homem se aproximou de nós e comprou R\$ 50,00 de balas do rapaz que estava trabalhando conosco. Como este só tinha quinze pacotes (R\$ 30,00), pegou mais dez pacotes do Roberto e depois lhe deu os R\$ 20,00. Assim, como já tinha vendido todas as suas balas, o rapaz foi embora mais cedo. Teve, ainda, uma situação em que um motorista que estava em um caminhão chamou o Roberto e conversou rapidamente com ele enquanto eu estava recolhendo as balas. Este me disse todo sorridente que ia fazer um bico: “vendi minhas balas e ainda vou fazer um bico”. Ou seja, mesmo que o semáforo seja sua atividade principal, ao fazer um “bico”, percebo que ele está aproveitando uma ocasião para obter uma renda extra e desta forma age taticamente.

Acrescenta-se à pesquisa, que pude observar que os trabalhadores criaram vínculos com as pessoas dos estabelecimentos comerciais que ficam no entorno do semáforo. Isso acontece quando eles possuem um lugar para tomar água, usar o banheiro ou até mesmo guardar os seus pertences. É o caso de Augusta e Inácio, por exemplo.

Como também, têm trabalhadores que ganham almoço dos donos de restaurantes, como é o caso dos trabalhadores Roberto, Osmar, Mário e Inácio, em que o tempo lhes proporcionou que ganhassem este benefício. Em meu diário de campo (20 DE JULHO DE 2018) escrevi: “Osmar me disse que como troca as moedas em um restaurante ali perto, ele ganha marmitex todos os dias”. Foi mencionado ainda que o almoço só é servido de graça após as 14h00min, quando termina o atendimento no restaurante. Assim, “no sábado, notei que o Mário saiu correndo para buscar sua marmitex em um restaurante, depois das 14h00min. Isso porque, após o restaurante fechar eles dão o almoço para ele. Mas, foi só no sábado que esta situação foi observada por mim” (DIÁRIO DE CAMPO, 25 DE AGOSTO DE 2018).

Quanto às relações com os transeuntes, isso ficou visível tanto nas observações quanto nas entrevistas. Embora o trabalho exercido seja no semáforo, existe uma “parada” para conversar com conhecidos, mas também para conseguir alcançar o seu objetivo no semáforo. Quando o sinal está aberto, os trabalhadores conversam com as pessoas que estão passando na calçada com a finalidade de conseguir tal benefício. Observei que certo dia um rapaz foi até Augusta para comprar paçoca com ela. E outro dia, um rapaz que estava passando pela Avenida comprou R\$ 50,00 de balas dos trabalhadores, conforme destaquei em outra ocasião.

O que chamou a minha atenção é que João tem muitos conhecidos que passam por aquele semáforo. Lembro-me que ele cumprimentava e/ou conversava com várias pessoas. Além disso, eu percebia que do outro lado da Avenida Colombo, carros e motos sempre buzonavam para ele, ou até mesmo as pessoas falando em tom alto: “viva!”. Então, no que concerne à relação com transeuntes, é notável que isso existe, embora o objetivo seja o semáforo.

Pra pessoa que está passando na rua, eu ofereço em algumas ocasiões... Ocasões oportunas. Ocasões que eu sei que vão valer a pena. Aonde eu sei que eu vou e vai dar certo. Às vezes, eu espero a pessoa que passa do meu lado pedir ou eu ofereço porque eu já estou acostumado a vender bala. Então, assim, eu sei se eu ir numa senhora ou num senhor, num jovem, eu sei em quem que eu vou ir no momento. Eu uso o ditado “eu não vou dar tiro no escuro”, eu vou já no certo. “Bom dia! Vamos levar uma balinha hoje amiga, qualquer moedinha da compra, ou qualquer moedinha do cafézinho ajuda”. Passando com um monte de sacola, então não tem como. Aquela senhora vindo da feira com aquela bolsinha guardada [...] (Jorge, vendedor de goma, 24 anos).

Vendo! Quando passa na calçada, eu ofereço. Passa atravessando a rua, eu ofereço. Tem vezes que compra. Quem tem dinheiro compra. Os alunos...

Tem a escola ali embaixo, né? (Regina, vendedora de paçoca e amendoim, 54 anos).

Enfim, todas as relações estabelecidas no semáforo atraem ou repelem determinados indivíduos. Segundo Raffestin (1993) as tessituras, os nós e as redes podem ser distintos de uma sociedade para outra, no entanto sempre estarão presentes. Embora no semáforo as práticas sejam quase imperceptíveis por quem passa por ele, ao se inserir no dia a dia é possível compreender as práticas e as relações, muitas vezes envoltas de poder, e que por consequência demonstram as tessituras, os nós e as redes que resultam na territorialização.

5.6 AS PRÁTICAS COTIDIANAS E AS RELAÇÕES CONSTRUINDO TERRITORIALIZAÇÕES

O meu período em campo permitiu que eu descrevesse as práticas cotidianas dos trabalhadores dos semáforos da cidade de Maringá, bem como que eu caracterizasse as relações entre trabalhadores, transeuntes e motoristas. A junção destes dois objetivos, portanto, possibilita que eu interprete como os trabalhadores dos semáforos da cidade de Maringá constroem suas territorializações, uma vez que pelas pequenas práticas e relações é possível agir no sistema territorial (RAFFESTIN, 1993), constituído por tessituras, nós e redes, ocasionando a territorialização e findando nas territorialidades cotidianas.

Antes de tudo, é possível observar que as pequenas ações juntamente com as relações estabelecidas diariamente resultam na territorialização de um espaço que antes só tinha a função estabelecida pelo poder dominante (CERTEAU, 2014), em que o semáforo só “deveria” servir como um meio de controlar o tráfego de veículo, mas que passa então a ser um local de trabalho para determinadas pessoas. Dessa forma, com base em Raffestin (1993), entendo que o semáforo seria a “prisão original” e quando transformado em território pela ação dos trabalhadores passa a ser a prisão que os homens constroem para si.

Conforme diz Raffestin (1993), o espaço é anterior ao território, sendo que o território se forma a partir do espaço no momento em que um ator se apropria dele, seja de forma concreta ou abstrata. Assim, a partir do momento em que o trabalhador se apropria do semáforo, por meio de suas práticas cotidianas, como pendurar seus pertences no pé de árvore ou até mesmo conversar, ele acaba ressignificando aquele espaço e o transformando em seu

local de trabalho, ou seja, em seu território. Este território, por sua vez, em virtude de possuir relações, mostra também a existência de relações de poder (RAFFESTIN, 1993), onde os trabalhadores mais “antigos” no semáforo, por exemplo, possuem um sentimento de posse por aquele espaço e assim dominam e não permitem a presença de outros trabalhadores.

Observo que a prática de dividir fileiras, assim como a forma de dizer e demonstrar explicitamente que aquele “ponto é meu”, pode ser compreendida por aquilo que Raffestin (1993) define como tessitura, em que o semáforo passa a ser um território de convergências e divergências e que resulta na territorialização e na territorialidade. Concernente a isso, vejo que os idosos e os panfleteiros são os que mais detêm “poder” naquele território e, conseqüentemente, conseguem territorializar com mais facilidade, haja vista que predomina o sentimento de respeito por eles, bem como de empatia por parte dos motoristas.

Na sociedade, de um modo geral, observamos que o idoso é estigmatizado e muitas vezes deixado a mercê. Só que no trabalho de rua, especificamente no semáforo, o qual foi o foco desta pesquisa, tive a percepção de que o idoso contorna esta situação e sabe usar essa sua característica em algo que lhe dá “poder” em suas relações. Ou seja, aqui os papéis se invertem, porque o idoso é respeitado no que concerne ao seu território e pareceu-me que o sentimento de piedade por parte dos motoristas é maior em relação a ele. E ainda é possível observar que o próprio idoso sabe utilizar estrategicamente o “poder” que possui nos semáforos, o que faz com que ele consiga territorializar.

Entretanto, este “poder” que o idoso possui nos semáforos não decorre dos marcadores estruturais presentes na sociedade? Pois bem, devido aos cabelos brancos, à pele enrugada e à maior dificuldade em se locomover, a sociedade coloca o idoso em seu devido lugar: o lugar de coitado. Esta legitimação faz com que ele seja mais respeitado pelas pessoas ao seu redor, receba as gorjetas e exista um sentimento de empatia por ele. Por exemplo, no caso de pessoas mais jovens, existe a ideia preconcebida de que elas estão “inteiras”, no sentido de ainda conseguirem se inserir no mercado de trabalho formal, mas esta situação é distinta no caso do idoso e de suas respectivas características. Logo, este idoso passa a ter “poder” nos semáforos e poderia dizer, assim, que seria um corpo que territorializa.

Atrelado a isso, vejo que o fator tempo possui papel preponderante no processo de territorialização. Tendo em vista que a territorialização se trata de um processo, percebo que o tempo faz com que o sujeito que trabalha nos semáforos consiga dar significados a ele e territorializar. Nesse sentido, segundo Raffestin (1993), os sistemas de tessituras, de nós e de redes organizadas hierarquicamente permitem assegurar o controle sobre aquilo que pode ser distribuído, alocado e/ou possuído.

Em consonância com o parágrafo anterior, para manter aquele território sob seu domínio, verifiquei a prática de impedir que outros indivíduos trabalhassem em um mesmo semáforo que já tinha “dono”. Só lembrando que se trata de um lugar público e mesmo assim alguns trabalhadores se apropriam e dizem serem os donos, ou seja, o público passa a ser particularizado. Mas além do “domínio” de um semáforo, verifiquei que ser conveniente com os motoristas propicia benefícios a eles e, conseqüentemente, permite territorializar.

Sendo assim, tendo como objetivo trabalhar informalmente, ou seja, (sobre)viver nos/dos semáforos, verifico que o indivíduo possui um objetivo intencional: ganhar dinheiro. Então, a partir disso, ele procede à repartição das superfícies, à implantação de nós e à construção de redes (RAFFESTIN, 1993). Mas alguns trabalhadores não se adaptam às tessituras, nós e redes como é o caso da trabalhadora que foi vender bombom uma vez e não retornou mais àquele semáforo. Observei também que Heitor sempre está se deslocando de um semáforo a outro, não conseguindo estabelecer um lugar fixo para realizar o seu trabalho. Durante a pesquisa, cheguei a me questionar se ele realmente consegue territorializar algum semáforo, haja vista que ficava de um ponto a outro.

Então, a estrutura tessituras, nós e redes é perceptível no dia a dia dos trabalhadores dos semáforos. Os trabalhadores logo quando começaram a trabalhar nos semáforos, definiram em qual cruzamento trabalhariam e em alguns casos, a permanência acontece até hoje. Com o passar do tempo, as pessoas foram se apropriando do semáforo em que trabalham por meio das práticas cotidianas (CERTEAU, 2014). Para isso, agiram no sistema territorial (RAFFESTIN, 1993) por meio da delimitação, ou seja, do enquadramento do poder, para mostrar que esse território é “meu”. Isso ficou bem visível por meio de trabalhadores como Augusta, Mário, João e Sérgio, em que buscam delimitar um espaço. Essa delimitação não está traçada explicitamente, porém, no momento em que um indivíduo se aproxima para trabalhar, já se mostra para ele que aquela porção do espaço já tem dono. No caso de vendas de produtos diferentes, essa situação é amenizada. Assim, a divisão de fileiras realizada pelos trabalhadores resulta no que Raffestin (1993) denomina como tessitura, em que existe a divisão entre os trabalhadores, ou seja, entre os espaços para se trabalhar.

Os nós seriam onde os trabalhadores se localizam, no caso, os semáforos. Dessa forma, eles procuram saber onde os outros trabalhadores se localizam e o que vendem. Que podem ajudá-los ou afetá-los (RAFFESTIN, 1993), como pôde ser visto na relação entre panfleteiro e vendedor, pois este espera aquele entregar a propaganda impressa para aproveitar a brecha e tentar vender o seu produto.

A rede, por sua vez, é evidenciada por meio das comunicações realizadas entre os trabalhadores. Constatei que a comunicação existe, seja para atrair ou repelir outros trabalhadores. Além disso, percebi que ela sofre barreira em virtude das tessituras existentes no território.

Desse modo, sendo organizado hierarquicamente, o sistema territorial permite que se assegure o controle de tudo aquilo que pode ser distribuído, alocado ou possuído pelos indivíduos, garantindo, assim, a ordem (RAFFESTIN, 1993). Desta forma, observei que o aspecto tempo, bem como o próprio poder e o senso de hierarquização em relação aos outros tipos de trabalho estabelecem uma ordem e contribuem para o processo de territorialização nos semáforos.

Com base nisso, nenhuma sociedade, por mais elementar que seja, escapa à necessidade de organizar o campo operatório de sua ação (RAFFESTIN, 1993). Nesse contexto, para realizarem os seus trabalhos nos semáforos, os trabalhadores também agem no sistema territorial. Embora tais ações sejam minúsculas, elas acontecem por meio das práticas e permitem que os trabalhadores territorializem.

Por outro lado, as práticas cotidianas e as relações geralmente não beneficiam todos, caracterizando-as como dissimétricas. Ou seja, a própria estrutura tessituras, nós e redes pode criar vizinhanças e acessos, porém ela também pode resultar em disjunções e distanciamentos para os indivíduos, como se pôde ver com os trabalhadores. Assim, a partir das territorializações, segundo Raffestin (1993), os trabalhadores criam as territorialidades cotidianas.

O ato de conversar com os motoristas, de deixar ou não um trabalhador no mesmo semáforo ou até mesmo o ato de se apropriar de alguns espaços, ocasiona a territorialização por parte dos trabalhadores e, por conseguinte, permite que as territorialidades cotidianas existam nos semáforos. Assim, o ato de territorializar é um processo que ocorre a partir de um jogo de sinais e códigos, no sistema territorial, e tem como desfecho a territorialidade que, segundo Raffestin (1993), diz respeito à multidimensionalidade do vivido territorial pelos membros de uma coletividade, na qual envolve relações resultantes de três dimensões - sociedade, espaço, tempo.

Por fim, um aspecto que despertou a minha atenção é que para conseguir territorializar e atribuir significados no que antes se tratava apenas de um espaço, o trabalhador precisa se adaptar e se acostumar ao preconceito, ignorância e falta de educação de algumas pessoas. Isso porque, caso não se acostume a este cenário, torna-se dificultoso o trabalhador conviver diariamente sob os faróis e, assim, territorializar.

A gente já está calejado já [risos]. Não faz mais tanta diferença assim. Às vezes a gente fica chateado com algum ou outro, mas é coisa que no outro dia você nem lembra mais (Pedro, vendedor de pão, 32 anos).

Venda é pescaria. Tem dia que você pesca peixe grande e peixe pequeno. Então, isso daí a gente está acostumado. [...] O tempo do sinaleiro nós temos, são só as pessoas mesmo que às vezes entristece. Mas nada que cinco, seis carros atrás não resolva (Sérgio, vendedor de bala, 29 anos).

Os trabalhadores dos semáforos fogem às regras a partir do momento em que estão numa situação de desemprego ou que a idade não permite a inserção no mercado de trabalho formal e eles resistem em meio ao trabalho incerto e repleto de preconceito por parte da sociedade. Mas é por meio das práticas cotidianas (CERTEAU, 2014) e das relações que a territorialização e a territorialidade (RAFFESTIN, 1993) acontecem, refletindo a multidimensionalidade do vivido territorial pelos membros de uma coletividade.

6 CONCLUSÕES

Depois de aproximadamente quatro meses em campo, a minha saída foi acontecendo de forma gradativa e no momento em que o dia a dia no semáforo foi se tornando algo naturalizado. O que quero dizer com isso, é que trabalhando nos semáforos a negação, a ignorância e o preconceito por parte das pessoas foram se tornando normais pra mim. No início da pesquisa eu ficava triste quando alguém me ignorava ou olhava com “cara feia”, mas ao longo do tempo isso não mais mexia comigo. Então, saí de campo no momento em que sentia que eu havia me acostumado com o dia a dia e já não via mais novidades, ou seja, as ações e as palavras começavam a se tornar repetitivas para mim. Conquanto, essa saída de campo ocorreu com a sensação de dever cumprido e com a certeza de que alcancei os objetivos propostos nesta pesquisa.

O primeiro objetivo traçado foi descrever as práticas cotidianas dos trabalhadores dos semáforos da cidade de Maringá-PR. Este objetivo exigiu de mim atenção aos pequenos detalhes contidos no cotidiano dos trabalhadores e, assim, identifiquei tanto táticas e estratégias, quanto conveniências. Estas práticas me permitiram entender que por meio de pequenas ações o indivíduo é capaz de resistir e subverter o que é dado como correto pela sociedade. Sendo assim, enxerguei práticas de apropriação, práticas de sobrevivência, bem como bricolagens e pequenas artimanhas para sobreviver sob os semáforos diariamente e que mostram que os trabalhadores resistem e fazem uso diferente do que foi estabelecido pelo poder dominante, atribuindo significado aos semáforos.

No segundo objetivo, por sua vez, que foi caracterizar como ocorrem as relações entre os trabalhadores dos semáforos da cidade de Maringá-PR, transeuntes e motoristas, busquei me aprofundar nas relações que ocorrem cotidianamente. Desta maneira, as relações me ajudaram a entender que o semáforo é um “campo de forças” e que existe aquele que detém mais e menos poder, como no caso do fator tempo no semáforo, assim como o “poder” que os idosos possuem naquele território. Como também, por meio das relações, foi possível perceber pequenas práticas, assim como conveniências que podem aproximar ou distanciar trabalhadores, transeuntes e motoristas. No que tange aos motoristas, a prática da conveniência ficou explícita quando do bom tratamento para com eles. De um modo geral, na maioria das vezes, são práticas em que os trabalhadores buscam conseguir algum benefício no semáforo, tanto no presente quanto futuramente.

Por fim, no terceiro e último objetivo específico que foi interpretar, por meio das práticas cotidianas e das relações, como os trabalhadores dos semáforos da cidade de Maringá-PR constroem suas territorializações, entendi que não só as práticas cotidianas, mas também as relações que ocorrem nos semáforos, são aspectos que têm papel importante no processo de territorialização. Aqui, os trabalhadores dos semáforos agem no sistema territorial, constituído de tessituras, nós e redes, por meio das práticas e das relações de poder, e isso acarreta a territorialização. Ainda destaco que os fatores tempo, idade e hierarquização presentes no cotidiano dos semáforos foram os que mais explicitamente demonstraram como este processo acontece.

Nesse sentido, com base nestes objetivos e ao lançar luz sobre as teorias de Michel de Certeau e Claude Raffestin, sobre as maneiras de fazer e as relações de poder no território, respectivamente, para compreender as práticas cotidianas no processo de territorialização dos trabalhadores dos semáforos, constatei que o campo da Administração não está restrito somente ao *mainstream*, mas o homem ordinário, aquele que está marginalizado pela sociedade, também realiza uma gestão: a gestão ordinária. Agindo desta forma, este homem ordinário, na figura do trabalhador informal, transgride as regras para conseguir trabalhar, sobreviver e territorializar determinados espaços.

Como contribuição teórica desta dissertação, destaco a presença de marcadores estruturais nos semáforos. Aqui, o corpo do trabalhador é um elemento a ser considerado, visto que por meio dele é possível territorializar. Por exemplo, existe a legitimação de que o idoso está em seu devido lugar. Isso faz com que ele seja respeitado pelas pessoas ao seu redor, receba as gorjetas e exista um sentimento de empatia por ele. Logo, este idoso passa a ter “poder” nos semáforos e, conseqüentemente, seu corpo seria um elemento que ocasiona o processo de territorialização.

Entretanto, como principal limitação aponto que, tanto nas entrevistas quanto nas observações, talvez os trabalhadores podem não ter sido tão abertos, devido ao receio de eu ser alguém que estava fiscalizando-os. Digo isso, pois no período em que eu estava em campo, a prefeitura de Maringá estava fazendo uma “limpeza” no centro da cidade no que tange aos vendedores ambulantes que atuavam nas calçadas vendendo seus produtos, e os trabalhadores ficavam receosos de ela também agir desta maneira com eles.

Como sugestões para trabalhos futuros, alguns aspectos foram mencionados nesta pesquisa, mas não foram tão aprofundados. Assim, como sugestões, vejo a necessidade de próximos estudos se aprofundarem nos idosos que continuam trabalhando informalmente nos semáforos e em certos casos mesmo após a aposentadoria. Como também sugiro um estudo

com as mulheres no mundo do trabalho informal exercido nos semáforos, já que vi e senti o preconceito da mulher trabalhando nas ruas. Também acredito ser importante se aprofundar em estudos com pessoas que se utilizam dos semáforos para conseguirem dinheiro e fazerem uso de bebidas alcoólicas e drogas, já que os semáforos possuem tanto trabalhadores que realizam alguma atividade laboral para garantir sua sobrevivência, quanto pessoas que já não conseguem fazer nenhum tipo trabalho e se limitam a pedir para alcançar seus objetivos.

Por fim, a minha permanência e experiência em campo foi um enorme aprendizado para mim, tanto como pesquisadora, mas principalmente como pessoa. Trabalhando nos semáforos, percebi ainda mais a necessidade de se colocar no lugar do outro e ver que existem pessoas que lutam para sobreviver, mediante diversos obstáculos que surgem no caminho. Mesmo trabalhando e diante de preconceito, ignorância e até nojo por parte das pessoas, elas resistem para a realização do trabalho informal nos semáforos. E, também, a Administração não se restringe aos muros de uma organização, mas ela está presente em vários lugares e em pequenas ações que estão diante dos nossos olhos, mas que muitas vezes não nos atentamos. Com isso, finalizo este trabalho com o sentimento de gratidão aos trabalhadores dos semáforos da cidade de Maringá por permitirem que eu pudesse conhecer o cotidiano no semáforo e por todo aprendizado que, com toda certeza, será carregado por toda minha vida!

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Ana Rosa Camillo; CARRIERI, Alexandre de Pádua; SOUZA, Eloisio Moulin de. The wonderful, magnanimous, spectacular and possible world of traveling circuses in Brazil. **BAR. Brazilian Administration Review**, v. 13, n. 3, p. 1-19, 2016.

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

ALVES, Luciene Andrade; GARCIA, María Franco. Geografia da informalidade: trabalhadores informais ambulantes nas praias de João Pessoa, Paraíba. **OKARA: Geografia em debate**, v. 6, n. 2, p. 263-272, 2012.

ALVES, Mário Aquino; BLIKSTEIN, Izidoro. Análise da narrativa. In: SILVA, Anielson; GODOI, Christiane. K; MELLO, Rodrigo B. (Org.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 403-428.

ANDRADE, João Gabriel Nascimento de. **Trabalho informal e território: aportes sobre o comércio ambulante na área central do Recife-PE**. 2014. 117 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

BALTAR, Paulo; LEONE, E. O mercado de trabalho no Brasil na recessão de 2015-2016. In: MORETTO, Amilton José et al (org.). **As transformações no mundo do trabalho e o sistema público de emprego como instrumento de inclusão social**. Fortaleza (CE): Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, 2018.

BARBOSA, Vera Lucia Ermida; D'AVILA, Maria Inácia. Colonialidade e práticas cotidianas em Minas Gerais - Brasil. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 12, n. 1, p. 86-102, 2017.

BARROS, Amon; CARRIERI, Alexandre de Pádua. O cotidiano e a história: construindo novos olhares na administração. **RAE – Revista de Administração de Empresas**, v. 55, n. 2, p. 151-161, 2015.

BARTHES, Roland. Introdução à análise estrutural da narrativa. In: BARTHES, Roland; GREIMAS, Algirdas Julien; BREMONFD, Claude; ECO, Umberto; GRITTI, Jules; MORIN, Violette; METZ, Christian; TODOROV, Tzvetan; GENETTE, Gérard. **Análise estrutural da narrativa**. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 19-62.

BHOWMIK, Sharit K. Street vendors in Asia: a review. **Economic e Political Weekly**, v. 40, n. 23, p. 2256-2264, 2005.

BOM MEIHY, José Carlos Sebe. **Manual de história oral**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

BRASIL. **Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm>. Acesso em: 24 jul. 2018.

BURRELL, Gibson; MORGAN, Gareth. **Social paradigms and organisational analysis: elements of the sociology of corporate life**. Great Britain: Heinemann Education Books, 1979.

CABANA, Rocío del Pilar López; ICHIKAWA, Elisa Yoshie. As identidades fragmentadas no cotidiano da Feira do Produtor de Maringá. **Organizações & Sociedade**, v. 24, n. 81, p. 285-304, 2017.

CACCIAMALI, Maria Cristina. Globalização e processos de informalidade. **Economia e Sociedade**, Campinas, n. 14, p. 153-174, 2000.

CACCIAMALI, Maria Cristina. **Setor informal urbano e formas de participação da produção**. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1983.

CALDAS, Sielen Barreto. **Direito ao trabalho na rua**. 2013. 200 f. Tese (Doutorado em Direito) - Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

CALLEFI, Jéssica Syrio. **O cotidiano e a territorialização dos velhos em um asilo da cidade de Maringá**. 2017. 158 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2017.

CAMASMIE, Ana Tereza. **Narrativa de histórias pessoais: um caminho de compreensão de si mesmo a luz do pensamento de Hannah Arendt**. 2007. 107 f. Dissertação - (Mestrado em Filosofia) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2007.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pêsoa; SANTOS, Roselí Alves dos. Experiências geográficas em torno de uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 315-340.

CARCEDO, Franco. Trabajo informal y control policial en espacios públicos: el caso de los lavacoches de la ciudad de Santa Rosa. **Revista Huellas**, v. 21, n. 1, p. 31-48, 2017.

CAVEDON, Neusa Rolita. Método etnográfico: da etnografia clássica às pesquisas contemporâneas. In: SOUZA, Eloisio Moulin de (Org.). **Metodologias e análises qualitativas em pesquisa organizacional: uma abordagem teórico-conceitual**. Dados Eletrônicos. Vitória: EDUFES, 2014. p. 65-90.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 2014.

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano: morar, cozinhar**. Petrópolis: Vozes, 2013.

COSTA, Maria da Silva. Relações de trabalho e os regimes contemporâneos de emprego na Espanha e no Brasil: um breve paralelo. **Organizações & Sociedade**, v. 17, n. 54, p. 499-525, 2010a.

COSTA, Maria da Silva. Trabalho informal: um problema estrutural básico no entendimento das desigualdades na sociedade brasileira. **Caderno CRH**, v. 23, n. 58, p. 171-190, 2010b.

COURPASSON, David. The Politics of Everyday. **Organization Studies**, v. 38, n. 6, p. 843-859, 2017.

CUNHA, Aurineida Maria. Trabalhadores de rua: tensões e resistências na luta pelo direito ao trabalho. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 77-85, 2009.

DALBOSCO, Eduardo; KUYUMJIAN, Márcia de Melo Martins. Os desafios de compreender o trabalho informal. **SER Social**, v. 5, p. 189-220, 1999.

DEDECCA, Cláudio Salvadori. Notas sobre a evolução do mercado de trabalho no Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 25, n. 1, p. 94-111, 2005.

DEWALT, Kathleen M.; DEWALT, Billie R. **Participant Observation: a guide for fieldworkers**. Toronto: Altamira Press, 2011.

DEY, Pascal; TEASDALE, Simon. The tactical mimicry of social enterprise strategies: Acting ‘as if’ in the everyday life of third sector organizations. **Organization**, v. 23, n. 4, p. 485-504, 2015.

DRUCK, Graça. Flexibilização e precarização: formas contemporâneas de dominação do trabalho. **Caderno CRH**, Salvador, n. 37, p. 11-22, 2002.

DURÃES, Bruno José Rodrigues. **Trabalhadores de Rua de Salvador: precários nos cantos do século XIX para os encantos e desencantos do século XXI**. 2006. 230 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

DURAN, Marília Claret Geraes. Maneiras de pensar o cotidiano com Michel de Certeau. **Diálogo Educacional**, v. 7, n. 22, p. 115-128, 2007.

EMERSON, Robert M.; FRETZ, Rachel I.; SHAW, Linda L. Participant observation and fieldnotes. In: ATKINSON, Paul; DELAMONT, Sara; COFFEY, Amanda; LOFLAND, John; LOFLAND, Lyn. **Handbook of Ethnography**. London: Sage, 2007. p. 352-367.

FAÇANHA, José Marcílio de Sousa. **Semáforos: parada obrigatória! Um lugar praticado por personagens e histórias**. 2009. 104 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade) - Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Sociedade, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2009.

FERRAÇO, Carlos Eduardo; SOARES, Maria da Conceição Silva; ALVES, Nilda. Michel de Certeau e as pesquisas nos/dos/com os cotidianos em educação no Brasil. **Pedagogia y Saberes**, n. 46, p. 7-17, 2017.

FERREIRA, Maria da Luz Alves. **Trabalho informal e cidadania: heterogeneidade social e relações de gênero**. 2007. 165 f. Tese (Programa de Doutorado em Ciências Humanas – Sociologia e Política da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

FILGUEIRAS, Luiz Antônio Mattos; DRUCK, Graça; AMARAL, Manoela Falcão do. O conceito de informalidade: um exercício de aplicação empírica. **Caderno CRH**, v. 17, n. 41, p. 211-229, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado. 8. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

FRANÇOIS, Etienne. A fecundidade da história oral. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2005. p. 3-13.

FRERS, Lars; MEIER, Lars. Resistance in public spaces: questions of distinction, duration, and expansion. **Space and Culture**, v. 20, n. 2, p. 127-140, 2017.

GAFFURI, Evandro Luiz. **Os imigrantes haitianos, seu cotidiano e os processos de territorialização em Cascavel – Paraná**. 2016. Dissertação (Mestrado em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2016.

GIARD, Luce. História de uma pesquisa. In: CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 9-31.

GUIMARÃES, José Ribeiro Soares. **Perfil do Trabalho Decente no Brasil: um olhar sobre as Unidades da Federação durante a segunda metade da década de 2000**. Organização Internacional do Trabalho. Escritório da OIT no Brasil. Brasília: OIT, 2012.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre. 2004. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>>. Acesso em: 07 dez. 2017.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

HART, Keith. Informal Income Opportunities and Urban Employment in Ghana. **The Journal of Modern African Studies**, v. 2, n. 1, p. 61-89, 1973.

HONORATO, Bruno Eduardo Freitas; SARAIVA, Luiz Alex Silva. Cidade, população em situação de rua e estudos organizacionais. **Desenvolvimento em questão**, v. 14, n. 36. p. 158-186, 2016.

HORN, Zoe Elena. **No cushion to fall back on: the global economic crisis and informal workers**. Women in Informal Employment: Globalizing and Organizing (WIEGO), 2009. Disponível em: <<http://www.wiego.org>>. Acesso em: 06 fev. 2018.

ICHIKAWA, Elisa Yoshie; SANTOS, Lucy Woellner dos. Contribuições da história oral à pesquisa organizacional. In: SILVA, Anielson; GODOI, Christiane. K; MELLO, Rodrigo B. (Org.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 181-205.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Agência de Notícias. **Informalidade e comércio contribuem para queda no desemprego**. 2018a. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Agência de Notícias. **PNAD Contínua**: taxa de desocupação é de 11,8% no trimestre encerrado em dezembro e a média de 2017 fecha em 12,7%. 2018b. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br>>. Acesso em: 04 fev. 2018.

IPIRANGA, Ana Sílvia Rocha; LOPES, Luma Louise Sousa. O Organizar da Estética Espacial: Uma História Táctil da Praça dos Leões. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 12, n. 31, p. 130-153, 2017.

IRIART, Jorge Alberto Bernstein; OLIVEIRA, Roberval Passos de; XAVIER, Shirlei da Silva; COSTA, Alane Mendara da Silva; ARAÚJO, Gustavo Ribeiro de; SANTANA, Vilma Sousa. Representações do trabalho informal e dos riscos à saúde entre trabalhadoras domésticas e trabalhadores da construção civil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 13, n. 1, p. 165-174, 2008.

JAKOBSEN, Kjeld. A dimensão do trabalho informal na América Latina e no Brasil. In: JAKOBSEN, Kjeld; MARTINS, Renato; DOMBROWSKI, Osmir (Org.). **Mapa do trabalho informal**: perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000. p. 13-18.

JOAQUIM, Nathália de Fátima; CARRIERI, Alexandre de Pádua. Construção e desenvolvimento de um projeto de história oral em estudos sobre gestão. **Organizações & Sociedade**, v. 25, n. 85, p. 303-319, 2018.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin W. Entrevista narrativa. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 90-113.

KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e vadiagem**: a origem do trabalho livre no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

KREIN, José Dari; PRONI, Marcelo Weishaupt. **Economia informal**: aspectos conceituais e teóricos. Escritório da OIT no Brasil. Brasília: OIT, 2010.

LEITE, Rogerio Proença. A inversão do cotidiano: práticas sociais e rupturas na vida urbana contemporânea. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, v. 53, n. 3, p. 737-756, 2010.

LEONE, Eugenia Troncoso. **O perfil dos trabalhadores e trabalhadoras na economia informal**. Escritório da OIT no Brasil. Brasília: OIT, 2010.

LEVIGARD, Yvonne E., BARBOSA, Ruth, M. Incertezas e cotidiano: uma breve reflexão. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 62, n. 1, p. 84-89, 2010.

LIMA, Thales Batista de Lima; COSTA, Márcia da Silva. Trabalho informal: uma revisão sistemática da literatura brasileira na área de Administração entre 2004 e 2013. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 14, n. 2, p. 310-324, 2016.

LOIZOS, Peter. Vídeo, filme e fotografias como documentos de pesquisa. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 137-155.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. Rio de Janeiro: E.P.U., 2013.

MANVOUTOUKA, Tine. ¿Hasta qué punto y cómo puede conceptualizarse el trabajo informal? **Laboreal**, v. 9, n. 2, p. 36-43, 2013.

MARTÍNEZ, Lina; SHORT, John Rennie; ESTRADA, Daniela. The urban informal economy: Street vendors in Cali, Colombia. **Cities**, v. 66, p. 34-43, 2017.

MATTEI, Lauro. Emprego e desemprego em tempos de crise econômica e de reforma trabalhista. **Revista NECAT**, v. 7, n. 13, p. 4-11, 2018.

MATTOSO, Jorge. **O Brasil desempregado**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 1999.

MAY, Tim. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MAYOL, Pierre. A Conveniência. In: CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano: morar, cozinhar**. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 46-69.

MENDES, Jussara Maria Rosa. **O verso e o averso de uma história: acidente e a morte no trabalho**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

MENDES, Luciano; CAVEDON, Neusa Rolita. A atividade de camelô como prática urbana no contexto das cidades. **Urbe**, v. 4, n. 1, p. 123-140, 2012.

MENDES, Luciano; CAVEDON, Neusa Rolita. “Território como ordem e caos”: relações de poder entre camelôs, poder público e comerciantes. **BASE - Revista de Administração e Contabilidade da UNISINOS**, v. 12, n. 1, p. 15-26, 2015.

MERRIAM, Sharan B. **Qualitative research: a guide to design and implementation**. San Francisco: Jossey-Bass, 2009.

MORETTO, Amilton J.; PRONI, Marcelo Weishaupt. O desemprego no Brasil: Análise da trajetória recente. **Economia e Desenvolvimento**, Recife (PE), v. 10, n. 1, p. 7-35, 2011.

MUNRO, Iain; JORDAN, Silvia. ‘Living Space’ at the Edinburgh Festival Fringe: Spatial tactics and the politics of smooth space. **Human Relations**, v. 66, n. 11, p. 1497-1525, 2013.

NASCIMENTO, Daniela Viegas da Costa; REIS, Camila Álvares dos; TEODÓSIO, Armindo dos Santos de Sousa. A economia de rua: um olhar sobre Belo Horizonte. **Farol – Revista de Estudos Organizacionais**, v. 4, n. 10, p. 1085-1134, 2017.

OLIVEIRA, Andressa Rodrigues Sensato; SILVA; Carla Holanda da. Território, Territorialidade e Identidade Territorial: categorias para análise da dinâmica territorial quilombola no cenário geográfico. **Caderno de Geografia**, v. 27, n. 49, p. 411-426, 2017.

OLIVEIRA, Simone Mendes de. **Microempreendedor Individual: Singularidades e Ambiguidades**. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social/PPGDS, 2015.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **A OIT e a economia informal**. Lisboa: Escritório da OIT em Lisboa, 2006.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Employment, income and equality: a strategy for increasing employment in Kenya**. Genebra, 1972. Disponível em: <http://www.ilo.org/public/libdoc/ilo/1972/72B09_608_engl.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2017.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Women and men in the informal economy: a statistical picture**. Third edition. Geneva: ILO, 2018.

ORTEGA, Francisco A. Michel de Certeau y las ciencias sociales: un lenguaje alterado. **Memoria y Sociedad**, v. 20, n. 41, p. 55-70, 2016.

PALACIOS, Rosario. The New Identities of Street Vendors in Santiago, Chile. **Space and Culture**, v. 19, n. 4, p. 421-434, 2016.

PAMPLONA, João Batista. Mercado de trabalho, informalidade e comércio ambulante em São Paulo. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 30, n. 1, p. 225-249, 2013.

PANIZA, Maurício Donavan Rodrigues; ICHIKAWA, Elisa Yoshie; CASSANDRE, Marcio Pascoal. As conveniências do cotidiano na trajetória de uma trabalhadora transexual. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, v. 8, n. 2, p. 350-367, 2017.

PAULSEN, Roland. Non-work at work: Resistance or what? **Organization**, v. 22, n. 3, p. 351-367, 2015.

PERDIGÃO, Denis Alves; CARRIERI, Alexandre de Pádua; SARAIVA, Luiz Alex Silva. Das ruas para os shoppings populares: o empreendedorismo informal no discurso dos camelôs e da Prefeitura de Belo Horizonte. **Perspectivas Contemporâneas**, v. 9, n. 1, p. 43-58, 2014.

PEREIRA, Patrícia. Production of public space and everyday life in a gentrified area of Lisbon. **Portuguese Journal of Social Science**, v. 14, n. 2, p. 157-175, 2015.

POCHMANN, Márcio. **O mito da grande classe média: capitalismo e estrutura social**. São Paulo: Boitempo, 2015.

POCHMANN, Márcio. **Nova Classe Média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2012.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**, v. 1, n. 2, p. 59-72, 1996.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ. **Lei municipal nº 5855/2002, de 15 de Outubro de 2002**. Disciplina o exercício do comércio ambulante no município de Maringá. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/m/maringa/lei-ordinaria/2002/585/5855>>

/lei-ordinaria-n-5855-2002-disciplina-o-exercicio-do-comercio-ambulante-no-municipio-de-maringa-2002-10-15>. Acesso em: 01 dez. 2017.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, Kennya de Lima **A informalidade e a lei do microempreendedor individual sob a ótica dos microempreendedores informais: o sentido da escolha**. 2017. 96 f. Dissertação (Mestrado Desenvolvimento Social) - Universidade Estadual de Montes Claros. 2017.

RODRIGUES, Fábio da Silva; ICHIKAWA, Elisa Yoshie. O cotidiano de um catador de material reciclável: a cidade sob o olhar do homem ordinário. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 9, n. 1, p. 97-112, 2015.

RODRIGUES, Ivanildo Dias. **A dinâmica geográfica da camelotagem: a territorialidade do trabalho precarizado**. 2008. 186 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008.

SABADINI, Maurício de Souza; NAKATANI, Paulo. Desestruturação e informalidade do mercado de trabalho no Brasil. **Revista Venezuelana de Análises de Conyuntura**, v. 3, n. 2, p. 265-290, 2002.

SACCOL, Amarolinda Z. Um retorno ao básico: compreendendo os paradigmas de pesquisa e sua aplicação na pesquisa em administração. **Revista de Administração UFSM**, v. 2, n. 2, p. 250-269, 2009.

SALAMON, Rossana Cassigoli. Antropología de las prácticas cotidianas: Michel de Certeau. **Chungara: Revista de Antropología Chilena**, v. 48, n. 4, p. 679-689, 2016.

SALE, Joanna E. M.; LOHFELD, Lynne H.; BRAZIL, Kevin. Revisiting the quantitative-qualitative debate: implications for mixed-methods research. **Quality & Quantity**, v. 36, n. 1, p. 43-53, 2002.

SANTOS, Juliano Batista dos; ABONIZIO, Juliana. Malabaristas: as artes circenses voltam às ruas. **Revista Eletrônica Documento/Monumento**, v. 20, n. 1, p. 154-170, 2016.

SANTOS, Saionara Bonfim. **O labor nas ruas de Salvador: as experiências dos trabalhadores do bairro de Cajazeiras**. 2015. 157 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania) - Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania, Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2015.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções sobre território**. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

SAQUET, Marcos Aurélio. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade. **Geosul**, Florianópolis, v. 22, n. 43, p. 55-76, 2007.

SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 73-94.

SCHIFFER, Sueli Ramos. São Paulo como polo dominante do mercado unificado nacional. IN: DEAK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos. **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2004, p. 73-110.

SINGER, Paul. O trabalho informal e a luta da classe operária. In: JAKOBSEN, Kjeld; MARTINS, Renato; DOMBROWSKI, Osmir (Orgs.). **Mapa do Trabalho Informal**. Perfil socioeconômico dos trabalhadores informais da cidade de São Paulo. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000. p. 11-23.

SOUSA FILHO, Alípio. Michel de Certeau: fundamentos de uma sociologia do cotidiano. **Sociabilidades**, v. 2, p. 129 - 134, 2002.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. 15 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 77-116.

SOUZA, Marcelo Lopes de. "Território" da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 57-72.

THEODORO, Mário Lisboa. As características do mercado de trabalho e as origens do informal no Brasil. In: JACCOUD, Luciana (Org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005, p. 91-126.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983.

ULYSSEA, Gabriel. Informalidade no mercado de trabalho brasileiro: uma resenha da literatura. **Revista de Economia Política**, v. 26, n. 4, p. 596-618, 2006.

VAN MAANEN, John. Reclaiming qualitative methods for organizational research: a preface. **Administrative Science Quarterly**, v. 24, n. 4, p. 520-526, 1979.

VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; PEREIRA, Bill Nunes. Estudos etnográficos em administração. In: VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; ZOUAIN, Deborah Moraes (Org.). **Pesquisa qualitativa em administração: teoria e prática**. Rio de Janeiro: FGV, 2005. p. 223-237.

APÊNDICE A**ROTEIRO DE ENTREVISTA DE HISTÓRIA ORAL TEMÁTICA
(trabalhadores dos semáforos da cidade de Maringá)**

1. Fale um pouco sobre sua vida.
2. Onde você trabalhava antes?
3. Há quanto tempo trabalha nos semáforos?
4. Por que decidiu trabalhar nos semáforos?
5. Está satisfeito(a) com a renda obtida com este trabalho?
6. Por que escolheu trabalhar neste semáforo?
7. Conte-me como é seu o dia a dia nos semáforos.
8. Você trabalha em quais dias e horários da semana?
9. Quais mercadorias vende e por quê?
10. Você tem alguma estratégia (vender, pedir, panfletar, etc.)?
11. Como é sua relação com os motoristas e as pessoas que passam na rua?
12. Como você aborda os motoristas para vender, pedir ou entregar o panfleto?
13. Como é a sua relação com os outros trabalhadores?
14. O que mais gosta e menos gosta do trabalho nos semáforos?
15. Quais são as maiores dificuldades do seu trabalho?
16. Tem algum episódio que te marcou?
17. Quando você aborda os motoristas, você se sente ignorado? Por quê?
18. Deseja conseguir trabalho formal? Por quê?